

Art. 3º - Com base no Inciso IV, do artigo 24, da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), e considerando a urgência da situação vigente, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta de dotação orçamentária própria dos Órgãos e entidades Públicas Estaduais, ficando autorizada a suplementação de créditos extraordinários, na forma do artigo 167, §3º, da Constituição Federal.

Parágrafo Único - A atualização dos recursos financeiros Estaduais, de forma extraordinária, fica condicionada ao reconhecimento de Situação de Emergência por parte do Governo Federal.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do

ato de reconhecimento pelo Governo Federal de situação de emergência decretada pelo município.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2023

CLÁUDIO CASTRO
Governador

DECRETO Nº 48.482 DE 24 DE ABRIL DE 2023

TRANSFORMA OS CARGOS EM COMISSÃO QUE MENCIONA, DA ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA - SEFAZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-040227/000024/2023

CONSIDERANDO:

- a necessidade de observar os princípios que orientam a Administração Pública esculpidos no artigo 37 da Constituição Federal; e

- que compete privativamente ao Governador dispor sobre a organização e o funcionamento da administração pública estadual;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam transformados, sem aumento de despesa, na estrutura da Secretaria de Estado de Fazenda, os cargos em comissão relacionados no Anexo I ao presente Decreto e na forma ali mencionada.

Parágrafo Único - Ficam exonerados, com validade a contar desta data, os atuais ocupantes dos cargos em comissão da estrutura básica da Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ, objeto de transformação no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Ficam nomeados os servidores relacionados no Anexo II ao presente Decreto, nas vagas resultantes da transformação estabelecida pelo Anexo I.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2023

CLÁUDIO CASTRO
Governador

ANEXO I

CARGOS A SEREM TRANSFORMADOS			CARGOS RESULTANTES DE TRANSFORMAÇÃO		
QT	CARGO	SÍMB	QT	CARGO	SIMBOLO
1 (a)	Assessor	DAS-8	1	Superintendente	DAS-9
1 (b)	Assessor	DAS-7	2	Coordenador	DAS-8
2 (c)	Assistente	DAS-6	1	Ajudante II	DAI-2
1 (d)	Assistente II	DAI-6			

Últimos ocupantes:
(a) Decreto nº 48.360 de 07.02.2023
(b) ID 50862324
(c) ID 51183862; ID 5070321-8
(d) ID 50077198

ANEXO II -NOMEAÇÕES

NOME	ID FUNCIONAL	CARGO EM COMISSÃO	SÍMBOLO	SUBORDINAÇÃO
FABIO MARÇAL DA SILVEIRA	5118386-2	Superintendente	DAS-9	Da Superintendência de Aquisições e Contratos de TIC, da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, da Secretaria de Estado de Fazenda, em vaga estabelecida pelo Decreto.
CARLOS FELIPE SIQUEIRA LIMA	5007719-8	Coordenador	DAS-8	Da Coordenadoria de Aquisições, Superintendência de Aquisições e Contratos de TIC, da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, da Secretaria de Estado de Fazenda, em vaga estabelecida pelo Decreto.
JULIANA MARIA IZIDIO FERNANDES	5070321-8	Coordenador	DAS-8	Da Coordenadoria de Sistemas da Receitas II, da Superintendência de Sistema, da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, da Secretaria de Estado de Fazenda, em vaga estabelecida pelo Decreto.

Id: 2473666

DECRETO Nº 48.483 DE 24 DE ABRIL DE 2023

ALTERA OS DECRETOS Nº 48.318, DE 11 DE JANEIRO DE 2023 E O Nº 47.933, DE JANEIRO DE 2022, QUE DISCIPLINA A IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMPOSIÇÕES REMUNERATÓRIAS DO PODER EXECUTIVO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o que consta no Processo nº SEI-150001/007917/2023 e

CONSIDERANDO:

- que a Lei Estadual nº 9.952, de 4 de janeiro de 2023, concedeu mero reajuste geral anual, em atenção à previsão do art. 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988, consoante explícita previsão do art. 1º, caput;

- que a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas estatais, assegurando-lhes a autonomia do respectivo conselho de administração, ao qual cabe dispor sobre a política de pessoal;

- que a redação original dos Decretos nº 48.318, de 11 de janeiro de 2023 e nº 47.933 de janeiro de 2022, padeciam de obscuridade quanto à forma de incidência do reajuste geral anual sobre as estatais do Estado do Rio de Janeiro.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a redação do art. 5º, do Decreto nº 48.318, de 11 de janeiro de 2023, para o seguinte:

Art. 5º - Nas hipóteses de celebração de norma coletiva de trabalho ou majoração de rubricas vinculadas a índices macroeconômicos, os reajustes concedidos, ainda que em ocasião anterior à publicação deste decreto, desde que relativos ao período da recomposição aqui tratada, serão deduzidos do percentual citado no art. 2º.

Art. 2º -Fica alterada a redação do art. 5º, parágrafo único, do Decreto nº 47.933, de 27 de janeiro de 2022, para o seguinte:

Parágrafo único. Nas hipóteses de celebração de norma coletiva de trabalho ou majoração de rubricas vinculadas a índices macroeconômicos, os reajustes concedidos, ainda que

em ocasião anterior à publicação deste decreto, desde que relativos ao período da recomposição aqui tratada, serão deduzidos do percentual citado no art.2º.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2023

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Id: 2473698

DECRETO Nº 48.484 DE 24 DE ABRIL DE 2023

DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO A SER ADOTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL EM VIRTUDE DO DESCUMPRIMENTO DO ESTABELECIDO PELA LEI ESTADUAL Nº 8.042, DE 05 DE JULHO DE 2018.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-360052/000068/2020 e E-09/225/100005//2018,

CONSIDERANDO:

- a necessidade de regulamentar o procedimento de aplicação de multa pelo descumprimento da Lei Estadual 8.042, de 05 de julho de 2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos que fabricam, comercializam, transportam e armazenam telefonia móvel (telefones celulares), no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, bem como outros aparelhos eletrônicos que possuam IMEI (Identificação Internacional de Equipamento Móvel), registrarem o crime de roubo ou furto ocorrido no território estadual, imediatamente, na Delegacia de Polícia;

- que o descumprimento da referida legislação impõe ao infrator o pagamento de multa de 1.000 (mil) a 5.000 (cinco mil) UFIRs-RJ (Unidades Fiscais de Referência), a ser revertido em favor do FUNESPOL (Fundo Especial da Polícia Civil);

- o disposto no art.4º, da Lei Estadual nº 1.345, de 13 de setembro de 1988, segundo o qual "Compete à Polícia Civil praticar os atos necessários à fiscalização e à cobrança administrativa dos créditos do Estado que constituem recursos do FUNESPOL, ressalvada a competência privativa da Procuradoria Geral do Estado para promover a inscrição da dívida ativa do Estado, bem como proceder à sua cobrança judicial e extrajudicial."

DECRETA:

Art. 1º - Na hipótese de chegar ao conhecimento do Delegado de Polícia com atribuição a ocorrência de crime de roubo ou furto de celular, ou outros aparelhos eletrônicos que possuam IMEI (Identificação Internacional de Equipamento Móvel), cuja comunicação e consequente apresentação da documentação pertinente pela Pessoa Jurídica vítima/lesada não observou prazos previstos nos artigos 1º e 2º da Lei Estadual 8.042, de 05, de julho de 2018, o mesmo deverá adotar as seguintes providências:

I - determinar, de ofício, o registro de ocorrência do fato criminoso;

II - emitir, no procedimento instaurado, Certidão atestando ciência do comunicante vítima/lesada/Representante Legal quanto ao previsto na Lei Estadual 8.042, de 05 de julho de 2018, ressaltando seus artigos 1º , 2º e 3º , como também , se for o caso Certificando a inobservância das obrigações ali estabelecidas;

III - emitir Auto de Infração em nome da Pessoa Jurídica vítima ou lesada, que descumprir o dever de comunicação do fato criminoso à Polícia Civil, estabelecendo o valor da multa a ser aplicada em valor estimado de 1.000(mil) a 5.000(cinco mil) UFIRs-RJ (Unidades Fiscais de Referência) a ser revertido em favor do FUNESPOL (Fundo Especial da Polícia Civil).

IV - No estabelecimento do valor da multa a Autoridade Policial deverá agir dentro da discricionariedade com razoabilidade, avaliando fatores próprios do tipo de ocorrência e suas consequências, observando incidências de dolo, culpa ou desídia na conduta infracionada, o lapso temporal, o valor dos equipamentos subtraídos, eventual reincidência de conduta e elementos outros capazes de proporcionar adequado infracionamento.

Parágrafo Único - O mesmo procedimento previsto nos incisos II e III será adotado na hipótese em que, mesmo tendo havido a comunicação de que dispõe o art. 1º, da Lei Estadual nº 8.042 de 05 de julho de 2018 no prazo legal, não forem apresentadas, no prazo de 3 (três) dias, as informações de que dispõe o art. 2º, da Lei Estadual nº 8.042 de 05 de julho de 2018.

Art. 2º - Será gerada a respectiva NOTA DE DÉBITO pelo Delegado de Polícia com atribuição, após o prazo de 05 (cinco) dias contados da data da lavratura do Auto de Infração, se não houver o pagamento da multa e o valor desta for igual ou superior a 450 UFIR-RJ, em observância à previsão contida no Decreto Estadual nº 44.146/2013.

DIÁRIO OFICIAL PARTE I - PODER EXECUTIVO

PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATÉRIAS:

As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof's ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rio e Niterói.

PARTE I - PODER EXECUTIVO:

Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à Assessoria para Preparo e Publicações dos Atos Oficiais - à Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.231-901
Tels.: (21) 2334-3242 e 2334-3244

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: (21) 2717-7840.

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL

RIO - Rua São José, 35, sl. 222/24 - Centro - Rio de Janeiro
Ed. Garagem Menezes Côrtes - Tel.: (21) 2332-6550 / (21) 2332-6549
Email.: agerjo@ioerj.rj.gov.br
Atendimento das 8h às 17h

NITERÓI - Rua Professor Heitor Carrilho, nº 81 - Centro - Niterói/RJ.
Tel.: (21) 2719-2689 / (21) 2719-2705
Atendimento das 8h às 17h.

PREÇO PARA PUBLICAÇÃO:

cm/col _____ **R\$ 132,00**

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS:
Deverão ser dirigidas, por escrito, à Diretora-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.



Patricia Damasceno
Diretora-Presidente

Flávio Cid
Diretor Administrativo

Rodrigo de Mesquita Caldas
Diretor Financeiro

Jefferson Woldaynsky
Diretor Industrial

EXONERAR, com validade a contar de 20 de abril de 2023, **JULIANA DI CARLA LOCHA MACHADO**, ID FUNCIONAL Nº 5117867-2, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Coordenadoria de Análise Processual, da Superintendência Técnica Administrativa, da Subsecretaria Executiva, da Secretaria de Estado de Educação. Processo nº SEI-030029/004639/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 17 de abril de 2023, **ILMA PERFEITO CARNEIRO**, Auditor do Estado, ID Funcional nº 4412062-1, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Assessoria de Controle Interno, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado de Educação. Processo nº SEI-030029/004639/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 20 de abril de 2023, **WASHINGTON SIMÕES**, ID FUNCIONAL Nº 4336675-9, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Superintendência de Orçamento e Finança, da Subsecretaria Executiva, da Secretaria de Estado de Educação. Processo nº SEI-030029/004639/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 14 de abril de 2023, **LUIZ CLAUDIO ALMEIDA ESTEVAM**, ID FUNCIONAL Nº 50974661, do cargo em comissão de Assistente I, símbolo DAI-6, da Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro - FTM/RJ, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. Processo nº SEI-180005/000370/2023.

NOMEAR LUIZ CLAUDIO ALMEIDA ESTEVAM, ID FUNCIONAL Nº 50974661, para exercer com validade a contar de 14 de abril de 2023, o cargo em comissão de Chefe de Divisão, símbolo DAS-6, da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Manutenção, da Diretoria Administrativa e Financeira, da Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro - FTM/RJ, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Luciano Ferreira, ID Funcional nº 626927-3. Processo nº SEI-180005/000370/2023.

NOMEAR ADRIANA DA SILVA SOARES, ID FUNCIONAL Nº 5107009-0, para exercer com validade a contar de 05 de abril de 2023, o cargo em comissão de Diretor de Divisão, símbolo DAS-6, da Divisão de Liquidação e Despesa, do Departamento Financeiro, da Diretoria de Administração e Finanças, da Fundação Leão XIII, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, anteriormente ocupado por Yasmin Miranda da Costa, ID Funcional nº 5137651-2. Processo nº SEI-310006/000613/2023.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 19 de abril de 2023, **ARMANDO ALVES LAVOURAS JUNIOR**, ID FUNCIONAL Nº 5007688-4, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro - CGE. Processo nº SEI-320001/001053/2023.

NOMEAR ANA CRISTINA RIBEIRO PESSANHA, ID FUNCIONAL Nº 4273871-7, para exercer com validade a contar de 19 de abril de 2023, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro - CGE, anteriormente ocupado por Gisele Carvalho de Lima, ID Funcional Nº 5132717-1. Processo nº SEI-320001/001080/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 19 de abril de 2023, **ANA CRISTINA RIBEIRO PESSANHA**, ID FUNCIONAL Nº 4273871-7, do cargo em comissão de Vogal de Comissão de Inquérito, símbolo DAS-7, da Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro - CGE. Processo nº SEI-320001/001080/2023.

NOMEAR BIANCA DA SILVA ABRAHÃO, ID FUNCIONAL Nº 1981845-9, para exercer com validade a contar de 19 de abril de 2023, o cargo em comissão de Vogal de Comissão de Inquérito, símbolo DAS-7, da Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro - CGE, anteriormente ocupado por Ana Cristina Ribeiro Pessanha, ID Funcional nº 4273871-7. Processo nº SEI-320001/001080/2023.

NOMEAR LEONARDO DE SOUZA RODRIGUES, ID FUNCIONAL Nº 5025619-0, para exercer com validade a contar de 20 de abril de 2023, o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-7, da Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro - CGE, anteriormente ocupado por Meriele dos Santos Conceição Lisboa, ID Funcional nº 5015030-8. Processo nº SEI-320001/001035/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 20 de abril de 2023, **MERIELE DOS SANTOS CONCEIÇÃO LISBOA**, ID FUNCIONAL Nº 5015030-8, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-7, da Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro - CGE. Processo nº SEI-320001/001035/2023.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 01 de abril de 2023, **ANTONIO THADEU FERREIRA MAZZONI**, ID FUNCIONAL Nº 4373228-3, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades. Processo nº SEI-460001/000678/2023.

NOMEAR LUIZA CARLA DOS SANTOS VILLA NOVA, ID FUNCIONAL Nº 5116455-8, para exercer com validade a contar de 19 de abril de 2023, o cargo em comissão de Assessor-Chefe, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades, anteriormente ocupado por Eduardo Jose Costa Konig da Silva, ID Funcional nº 5099215-5. Processo nº SEI-460001/000737/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 19 de abril de 2023, **LUIZA CARLA DOS SANTOS VILLA NOVA**, ID FUNCIONAL Nº 5116455-8, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades. Processo nº SEI-460001/000737/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 17 de abril de 2023, **JULIANA HORTA BARBOSA CABRAL SIQUEIRA**, ID FUNCIONAL Nº 5118621-7, do cargo em comissão de Ajudante I, símbolo DAI-1, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades. Processo nº SEI-460001/000737/2023.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 23 de março de 2023, **JONNAS ELIAS FERREIRA VIGNOLI**, ID FUNCIONAL Nº 5138528-7, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social. Processo nº SEI-490001/000216/2023.

NOMEAR AMARO ROBERTO PINTO, para exercer, com validade a contar de 05 de abril de 2023, o cargo em comissão de Ajudante I, símbolo DAI-1, do Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social, anteriormente ocupado por Priscilla Abrahão Soares dos Santos, ID Funcional nº 4348200-7. Processo nº SEI-490001/000330/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 12 de abril de 2023, **LUIS PAULO NASCIMENTO DOS SANTOS**, ID FUNCIONAL Nº 51389991, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável. Processo nº SEI-470001/000211/2023.

TORNA SEM EFEITO o Decreto de 10 de abril de 2023, publicado no D.O. de 11/04/2023, que nomeou **ALLINE CAMPANHÃO PEREIRA**, ID FUNCIONAL Nº 50977512, para exercer o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado da Mulher, em vaga prevista pelo Decreto nº 48.310, de 09 de janeiro de 2023. Processo nº SEI-500001/000136/2023.

ATO DO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO
DE 20 DE ABRIL DE 2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.644, de 08/03/2007,

RESOLVE:

***EXONERAR**, com validade a contar de 14 de março de 2023, **ERICA INGRID FLORENTINO GAIÃO**, ID FUNCIONAL Nº 5036498-7, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Superintendência de Desenvolvimento de Pessoas, da Subsecretaria de Planejamento e Ações Estratégicas, da Secretaria de Estado de Educação. Processo nº SEI-030029/004476/2023.

*Omitido no D.O. de 24/04/2023.

APOSTILAS DO SECRETÁRIO
DE 24 DE ABRIL DE 2023

ATO DE 05/04/2023 - PUBLICADO NO D.O. DE 10/04/2023 - Tendo em vista o que consta do processo nº SEI-040227/000061/2023, fica retificada para **24 de abril de 2023**, a data da validade da exoneração de **ORLANDO DE SOUZA PADEIRO FILHO**, ID Funcional nº 5006156-9, a quem se refere o presente Ato do cargo em comissão da Assessoria de Projetos Especiais, da Secretaria de Estado de Fazenda, ficando sem efeito a apostila retificatória publicado no D.O. de 24/04/2023, mantidos os demais termos.

ATO DE 05/04/2023 - PUBLICADO NO D.O. DE 10/04/2023 - Tendo em vista o que consta do processo nº SEI-040227/000061/2023, fica retificada para **24 de abril de 2023**, a data da validade da nomeação de **ORLANDO DE SOUZA PADEIRO FILHO**, ID Funcional nº 5006156-9, a quem se refere o presente Ato para exercer o cargo em comissão da Assessoria de Projetos Especiais, da Secretaria de Estado de Fazenda, ficando sem efeito a apostila retificatória publicado no D.O. de 24/04/2023, mantidos os demais termos.

ATO DE 12/04/2023 - PUBLICADO NO D.O. DE 13/04/2023 - Tendo em vista o que consta do processo nº SEI-420001/001199/2023, fica retificado para **LUIZ PHELLIPE FERNANDES MOFATO DE AGUIAR**, o nome do servidor quem se refere o presente Ato de nomeação do cargo em comissão, da Secretaria de Estado de Governo, mantidos os demais termos.

ATO DE 07/04/2023 - PUBLICADO NO D.O. DE 10/04/2023 - Tendo em vista o que consta do processo nº SEI-310003/001702/2023, fica retificado para **5036889-3**, o ID Funcional do servidor JOSE CARLOS CORREA, a quem se refere o presente Ato de exoneração do cargo em comissão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, mantidos os demais termos.

ATO DE 02/03/2023 - PUBLICADO NO D.O. DE 03/03/2023 - Tendo em vista o que consta do processo nº SEI-310003/001010/2023, fica retificado para **ROSINETE QUERINO BRITTO DOS SANTOS**, o nome da servidora quem se refere o presente Ato de exoneração do cargo em comissão, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, mantidos os demais termos.

ATO DE 20/04/2023 - PUBLICADO NO D.O. DE 24/04/2023 - Tendo em vista o que consta do processo nº SEI-040227/000061/2023, fica retificada para 24 de abril de 2023, a data da validade da nomeação de **ORLANDO DE SOUZA PADEIRO FILHO**, ID Funcional nº 5006156-9, a quem se refere o presente Ato para exercer o cargo em comissão da **Superintendência de Sistemas, da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, da Secretaria de Estado de Fazenda**, mantidos os demais termos.

ATO DE 10/08/2020 - PUBLICADO NO D.O. DE 11/08/2021 - Tendo em vista o que consta do processo nº SEI-310003/002982/2021, fica retificado para **ROSINETE QUERINO BRITTO DOS SANTOS**, o nome da servidora a quem se refere o presente Ato de nomeação do cargo em comissão, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, mantidos os demais termos.

ATO DE 18/01/2023 - PUBLICADO NO D.O. DE 19/01/2023 - Tendo em vista o que consta do processo nº SEI-310003/002083/2023, fica retificada para **SANDRA REGINA DE SOUZA GOMES LEANDRO**, o nome da servidora a quem se refere o presente Ato de exoneração para exercer o cargo em comissão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, ficando sem efeito a apostila retificatória publicado no D.O. de 29/03/2023.

Id: 2473711

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
DE 06 DE FEVEREIRO DE 2023

PROCESSO Nº SEI-150130/000365/2022 - AUTORIZO a celebração do Termo de Cessão de Uso (id 46488570) em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, apresentando como objeto o imóvel situado na Rua Miguel Lemos nº 97, Copacabana, Rio de Janeiro - RJ, amparado no parecer jurídico da d. SUBJUR/SECC (id 45253479), com fundamento no art. 1º XXII do Decreto Estadual nº 40.644/07, acrescido pelo Decreto Estadual nº 41.193/08.

DE 24 DE ABRIL DE 2023

PROCESSO Nº SEI-270013/000365/2023 - AUTORIZO, em conformidade com o Decreto nº 46.611 de 28 de março de 2019, D.O. de 29.03.2019.

Id: 2473615

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
DE 24 DE ABRIL DE 2023

PROCESSO Nº SEI-390002/002629/2022 - AUTORIZO a prorrogação da cessão da servidora KARLA VARGAS GARCIA, Assistente Técnico de Trânsito, ID Funcional nº 5026260-2, do Quadro de Pessoal do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN-RJ, para o Gabinete de Segurança Institucional do Governo do Estado do Rio de Janeiro - GSI.

PROCESSO Nº SEI-030039/000515/2023 - AUTORIZO a cessão, por permuta, da servidora THAIS DE ALMEIDA DANTAS SANTOS, Id. Funcional nº 43507239, vínculo 1, matrícula nº 09514720, Professor Docente I, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC, com a servidora municipal TATIANE PACHECO DE MATTOS, matrícula nº 10.007.258-3, Professor Docente II, da Prefeitura Municipal de Mesquita/RJ.

PROCESSO Nº SEI-080005/000096/2023 - AUTORIZO a cessão da servidora VERONICA DE ABREU NOGUEIRA, Id. Funcional nº 0563681-7, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde, para o Instituto Vital Brazil.

PROCESSO Nº SEI-030041/000105/2023 - AUTORIZO a cessão da servidora CRISTIANA DA SILVA MONTEIRO, Id. Funcional nº 3575248-3, vínculo 01, Matrícula nº 0804465-3, Professor Docente II, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação, para a Prefeitura Municipal de Conceição de Macabu, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Educação Interina, com validade a contar de 01/01/2023 e com ônus para o órgão cessionário, consoante os termos do Decreto Nº 46.560 de 21 de janeiro de 2019.

PROCESSO Nº SEI-480001/000055/2023 - AUTORIZO a cessão do servidor SERGIO MARCOLINI, Engenheiro, ID Funcional nº 2869984-0, do Quadro de Pessoal do Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura - IEEA, para a Secretaria de Estado de Energia e Economia do Mar, com validade a contar de 09/03/2023, sem ônus para o órgão cessionário.

PROCESSO Nº SEI-150001/007148/2023 - AUTORIZO a cessão da servidora CRISTINA FLORES SILVA, Id Funcional nº 26919443, matrícula nº 1058-7, Escriturária, do Quadro de Pessoal da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro - EMATER, para a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro - CEDAE, com ônus para o órgão cessionário e com validade a contar de 03/04/2023.

Id: 2473700

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 05 DE ABRIL DE 2023

Ao quinto dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às onze horas (11hs), no recinto do Plenário, reuniram-se os Membros do Conselho de Recursos Administrativos dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro - CRASE/RJ, para a realização da Primeira Sessão Ordinária do Conselho Pleno deste ano, sob a presidência do Sr. Vice-Presidente, Dr. Rodrigo Viana da Cunha, que contou com a presença dos Conselheiros Dr. Vinicius Henrique Santos, Dr. Carlos Eduardo Correa de Miranda e Thaysa Christine Rocha da Silva. Compareceram por meio de videoconferência, na forma da Resolução SECC nº 79 de 29/07/2022, os Conselheiros Dr. Roberto José de Mello Oliveira Alves Filho, Dra. Mila de Mendonça Freitas, Dra. Melina Moreira Amato Kneip, Dra. Márcia Helena Fernandes Ferreira, Dra. Michelle Rodrigues Pinto de Oliveira, Dr. Ivan de Oliveira Baptista e Dra. Heloá Paula da Silva Mendes Gomes. Ausente, justificadamente, a Conselheira Dra. Bianca da Silva Abrahão, Dra. Thais de Andrade Ribeiro, Dra. Roberta Monnerat Alves. Em havendo quórum para deliberação, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos, incluindo em pauta o julgamento do Recurso de Ofício nº 3.301/2014, processo nº E-03/6300042/2010, de GABRIELLE CORREA BRAGA. Estando ausente o servidor, a Presidência concedeu a palavra ao Conselheiro Relator para a leitura de Relatório e voto, que foi no sentido de negar provimento ao Recurso de Ofício, por reconhecer a litude da acumulação de cargos da servidora. Inteligência do artigo 38, inciso XXVII da Lei Complementar nº 204, no que foi acompanhado pelos demais Conselheiros. DECISÃO: Acordam os membros do Conselho Pleno do CRASE/RJ, por unanimidade, em negar provimento ao Recurso de Ofício, nos termos do voto do Relator. Em seguida, o Sr. Presidente incluiu em pauta o julgamento do Recurso de Ofício nº 3.954/2023, processo nº E-04/209/121/2018, de JOSÉ MARCOS DA SILVA. Estando ausente o servidor, a Presidência concedeu a palavra ao Conselheiro Relator, Dr. Roberto José de Mello Oliveira Alves filho, para a leitura do relatório e voto, que foi no sentido de negar provimento ao Recurso de Ofício, entendendo pela litude da acumulação de cargos do servidor. Dada a palavra a Conselheira Revisora, foi suscitada questão de ordem; uma vez que o voto do Relator seguia a análise feita pela instância inferior, que analisou a acumulação de 02 (dois) cargos, contudo a Revisora apontou para o documento juntado no id.21225432, em que o TCE/RJ relacionava a acumulação de 03 (três) cargos. Após debates sobre o caso, o relator pediu a palavra, que foi concedida, requerendo a realização de diligência à Prefeitura de Macaé para que informasse se ainda existia vínculo do servidor com aquela municipalidade. O pedido de diligência foi deferido pelo Sr. Presidente. Assim o referido feito foi retirado de pauta sine-die. Em prosseguimento foi colocado em pauta o Recurso de Ofício 3.244/2013, processo E-09/134001/4000/2005, de LUCIA MARIA SILVA FURTADO. Ausente a Servidora foi dada a palavra ao Conselheiro Relator Dr. Carlos Eduardo Correia de Miranda, para leitura do Relatório e voto que foi no sentido de dar provimento ao Recurso de Ofício, entendendo pela impossibilidade do pedido de reenquadramento postulado pela servidora; sendo acompanhado pelo Conselheiro Revisor (Dr. Vinicius Henrique), Dra. Heloá Paula da Silva, Dra. Melina Moreira, Dra. Thaysa Christine, Dra. Márcia Helena, Dra. Michelle Rodrigues. Abriu a divergência o Dr. Roberto José de Mello filho, que votou pelo desprovimento do Recurso de Ofício, para declarar procedente o pedido de enquadramento da servidora, passada a palavra ao Dr. Ivan de Oliveira para voto, foi requerido pedido de vista. Sendo deferido pelo Sr. Presidente. Assim o referido feito foi retirado de pauta sine-die. Por derradeiro, foi colocado em pauta o Recurso de Ofício nº 3.912/2022, processo nº E-01/065/7/2016, de JOSÉ LUIZ DOS SANTOS. Diante da ausência do Servidor recorrido, foi passada a palavra à Relatora Dra. Melina Moreira Amato Kneip, para a leitura do Relatório e Voto, que foi no sentido de dar provimento ao Recurso de Ofício, entendendo pela impossibilidade da Acumulação postulado pelo servidor. Votaram com a Relatora o Conselheiro Revisor e os demais Conselheiros presente, com exceção do Conselheiro Dr. Ivan de Oliveira Baptista, que negou provimento ao Recurso de Ofício, por entender pela possibilidade de Acumulação do recorrido. DECISÃO: Acordam os membros do Conselho Pleno do CRASE/RJ, por maioria, dar provimento ao Recurso de Ofício. NADA MAIS havendo a tratar, foi declarada encerrada a sessão plenária, às 14:30hs. (quatorze horas e 30 minutos). Para constar, eu, Sebastião Araújo da Costa, Secretário do Pleno do CRASE/RJ, lavrei a presente ATA, que será assinada por mim e pelo Sr. Vice-Presidente do CRASE/RJ, Dr. Rodrigo Viana da Cunha, nos termos do § 1º do art. 68, do Regimento Interno do CRASE/RJ. Processo nº SEI-15000/009520/2023.

SEBASTIÃO ARAÚJO DA COSTA
Secretário

RODRIGO VIANA DA CUNHA
Vice-Presidente

Id: 2473311

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 10.04.2023

PROC. Nº SEI-150112/000123/2021 - HOMOLOGO o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2022, cujo objeto é contratação de empresa especializada empresa especializada na prestação dos serviços de Plataforma de segurança que deverá contemplar as seguintes soluções e características gerais: Painel Central De Gerenciamento De Indicadores De Segurança; Solução Gestão De Chaves Criptográficas E Criptografia Para Servidores De Arquivos, Aplicações Web; Solução Gestão De Identidades E Acesso; Solução De Prevenção De Vazamento De Dados; Suporte Técnico, Garantia E Manutenção De Versões; Treinamento da equipe técnica e Operação Assistida Da Plataforma, para atender às demandas do DETRAN/RJ, em favor da empresa vencedora a Licitante ARS ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA (CNPJ sob o nº (04.189.909/0001-90), nos termos dos documentos apresentados, com o valor global final de R\$ 9.740.000,00 (nove milhões, setecentos e quarenta mil reais), enquadrando-se dentro da estimativa de preços aferidos pela Divisão de Suprimentos de R\$ R\$ 9.997.469,00 (nove milhões, novecentos e noventa e sete mil, quatrocentos e sessenta e nove reais), bem como, resultando em uma economia aos cofres públicos totalizando o valor global de R\$ 257.469,00 (duzentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e nove reais) equivalente a 3 % do valor estimado, (Doc. SEI nº 45911108), conforme preceitua o art. 43, VI, da Lei nº 8.666/93.

Id: 2473301

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHOS DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 18.04.2023

PROC. Nº SEI-150159/002239/2023 - ANGELA MARIA COIMBRA DE-SIDERATI, Id. Funcional nº 2029325-9. **AUTORIZO** o pagamento do Auxílio Funeral da ex-servidora, no valor de R\$ 2.876,97 (dois mil, oitocentos e setenta e seis reais e noventa e sete centavos).

DE 20.04.2023

PROC. Nº SEI-150159/001989/2023 - Carlos Alberto Rodrigues, Id. Funcional nº 541795-3. **AUTORIZO** o pagamento do Auxílio Funeral do ex-servidor, no valor de R\$ 2.876,97 (dois mil, oitocentos e setenta e seis reais e noventa e sete centavos).

Id: 2473562

é acusada encontra-se de modo a propiciar plena condição de exercer o contraditório e consequentemente o direito de defesa. O Auto de Infração encontra-se lavrado dentro dos limites da legislação (ex vi - art.221, do Decreto-Lei nº 05/75, e, art. 74, do Decreto nº 2.473/79), PRELIMINAR DE NULIDADE REJEITADA. ICMS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL COM FINALIDADE DE EXPORTAÇÃO. NÃO INCIDÊNCIA. A prestação de serviços de transporte interestadual de mercadorias com início e fim dentro do território nacional não se encontra acobertada pela não incidência do ICMS. RECURSO DESPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 06/09/2022

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071-001/000010/2020.

Recurso nº 64.699 - Processo nº E-04/007/000916/2014- Recorrente: AUTO POSTO M R DA TAQUARA LTDA ME. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Jose Augusto Di Giorgio - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi acolhida a nulidade da decisão de Primeira Instância, determinando o retorno dos autos a Junta de Revisão Fiscal para novo julgamento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.331 - EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. NULIDADE DA DECISÃO RECORRIDA. É nula a decisão que não aprecia relevantes argumentos de defesa apresentados pelo contribuinte, por si só suficientes para afastar a imputação fiscal. NULIDADE DA DECISÃO RECORRIDA SUSCITADA DE OFÍCIO E ACOLHIDA.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 18/10/2022

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071-001/000010/2020.

Recurso nº 70.932 - Processo nº E-04/006/003027/2016 - Recorrente: SALÃO DE BELEZA ZEFIRA LTDA. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro José Augusto Di Giorgio - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi dado provimento total ao recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Os Conselheiros Marcos dos Santos Ferreira e Luiz Carlos Sampaio Afonso votaram pela conclusão. O Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso apresentará declaração de voto. - Acórdão nº 19.377 - EMENTA: ICMS. VALORES INFORMADOS PELAS ADMINISTRADORAS DE CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO. OBJETO SOCIAL MISTO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA PRESUNÇÃO LEGAL DE OMISSÃO DE RECEITAS. Ainda que haja fundamentação legal para o lançamento de imposto com base em valores informados pelas administradoras de cartões de crédito e débito, como o objeto social da autuada comprovadamente envolve operações sujeitas ao ICMS e ao ISSQN, descabe aplicar pura e simplesmente a presunção legal de omissão de receitas, posto que inevitavelmente há operações não sujeitas ao ICMS. Auto de infração nulo por vício material, relativo à quantificação do crédito tributário. RECURSO PROVIDO. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 25/10/2022

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071-001/000010/2020.

Recurso nº 78.016 - Processo nº E-04/211/015480/2020 - Recorrente: ADILOCO COMERCIAL DISTRIBUIDORA EIRELI. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi acolhida a preliminar de nulidade do auto de infração, por vício material, nos termos do voto do Conselheiro Relator. O Conselheiro Marcos dos Santos Ferreira votou pela conclusão e irá apresentar declaração de voto. - Acórdão nº 19.386 - PRELIMINAR - NULIDADE AUTO DE INFRAÇÃO. -- Inadmissibilidade cobrança de tributos quando o critério e julgamento ou arbitramento adveio de presunção do Agente Fiscal e não se encontra estabelecido em Lei. As alegações devem ser robustamente demonstradas com provas da ocorrência da fraude, o que não ficou demonstrado. NULIDADE suscitada e acolhida. AUTO DE INFRAÇÃO NULO.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 08/12/2022

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071-001/000010/2020.

Recurso nº 72.053 - Processo nº E-04/034/000824/2018- Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro José Augusto Di Giorgio - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de nulidade do Auto de Infração, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.428 - EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. Os dispositivos legais tidos como infringidos possuem inteira pertinência temática com a infração relatada na inicial, de maneira que o AI contém os requisitos legais do art. 74 do RPAT, não incidindo em nenhuma das hipóteses de nulidade taxativamente previstas no art. 48 do mesmo diploma. PRELIMINAR REJEITADA. LANÇAMENTO DE ICMS-ST. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO. ÔNUS DA PROVA. É do autuado o ônus de comprovar o efetivo recolhimento do imposto lançado. Não se desincumbindo deste, mesmo após a realização de diligência, é de se manter o lançamento tal e qual realizado. RECURSO DESPROVIDO. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 15/12/2022

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071-001/000010/2020.

Recurso nº 79.459 - Processo nº E-04/211/012399/2021- Recorrente: 76 OIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de nulidade do Auto de Infração, nos termos do voto do Conselheiro Relator. No mérito, por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.435 - EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO - NULIDADE. O Auto de Infração cita expressamente todos os dispositivos legais pertinentes ao caso, deixando clara a disposição legal infringida bem como a penalidade aplicada, além de minucioso relato focando objetivamente demais dispositivos infringidos, demonstrando perfeitamente o ilícito cometido e devidamente apurado em fiscalização. Satisfeitos os requisitos do art. 74 do Decreto nº 2.473/79, não sendo infringido nenhuma das hipóteses previstas no art. 48 do mesmo diploma legal. PRELIMINAR REJEITADA do auto de infração. ICMS/FECF - ST -

FALTA DE RECOLHIMENTO. Constatada diferença no estoque, não havendo comprovante de operações amparada com documento fiscal. Dispõe o artigo 25, da Lei nº 2.657/96 que caberá ao destinatário da mercadoria sujeita à substituição tributária, na qualidade solidário responsável efetuar pagamento do imposto que deveria ter sido retido na operação anterior. A ausência de conversão das saídas a temperatura de 20°C, tal tese não elide a diferença que se apresenta em estoque. O artigo 5º da Portaria indicado, faz menção ao ser constatado perda de estoque superior a 0,6%, a empresa ficará sob a responsabilidade proceder apuração da causa e detectar se há vazamento. No presente caso, a perda pleiteada é constante e sempre sendo alvo de refúgio por parte da Autuada para escapar da tributação, o dispositivo da portaria seria uma eventualidade e não uma condição constante e costumeira. A penalidade aplicada se encontra associada ao delito cometido, ou seja, art. art. 60, inc. I, alínea "b" e art. 62-C, inc. IV, item 1, da Lei nº 2657/96, com redação da Lei nº 6357/12, respectivamente, que trata do descumprimento da legislação tributária em relação a obrigação principal, contribuinte ou responsável, do não pagamento do imposto devido, bem como descumprimento de obrigações acessórias relativas à possuir mercadoria sem documentação fiscal. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

Recurso nº 79.460 - Processo nº E-04/211/012397/2021- Recorrente: 76 OIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro José Augusto Di Giorgio - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi rejeitada as preliminares, nos termos do voto do Conselheiro Relator. No mérito, por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.448 - EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. NULIDADE. FALTA DE CAPITULAÇÃO LEGAL. INOCORRÊNCIA. REJEIÇÃO DA PRELIMINAR. ICMS. REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. RESPONSABILIZAÇÃO DO SUBSTITUÍDO. POSSIBILIDADE. A legislação do ICMS prevê a responsabilização do substituído, possibilidade amparada pela jurisprudência administrativa e judicial. Recurso desprovido neste aspecto. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PRODUÇÃO DE PROVAS. NATUREZA DA INFRAÇÃO. ALEGAÇÃO DESCABIDA E INAPLICÁVEL. O lançamento do crédito tributário aqui em discussão decorreu da constatação de diferenças de estoque dentro da própria autuada, da qual decorreu a presunção legal de omissão de receitas, não havendo que se questionar a ausência de provas da realização de operações por terceiros. DIFERENÇAS DE ESTOQUE. VOLUMETRIA E VARIAÇÕES DE TEMPERATURA. A legislação do setor de petróleo estabelece, com base em critérios científicos, diferenças de volumetria e de temperatura que podem produzir efeitos concretos no estoque de combustíveis, mas tais diferenças estão muito aquém das diferenças de estoque constatadas junto ao autuado, não produzindo, portanto, efeitos quanto ao lançamento do crédito tributário aqui em discussão. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA. DESNECESSIDADE. Havendo, nos autos, elementos suficientes para que se alcance a verdade material, e não sendo apresentados pelo contribuinte argumentos aptos a justificar a realização de diligência, rejeita-se sua realização. MULTA. ESPECIFICIDADE. CAPITULAÇÃO LEGAL. A legislação tributária cuida das penalidades de modo absolutamente específico, até mesmo para trazer segurança jurídica aos envolvidos. Logo, não há que se falar em conexão ou outra técnica de hermenêutica entre os dispositivos que cominem penalidades, cada um possuindo cabimento específico. Recurso desprovido neste aspecto. PENALIDADE. CARÁTER CONFISCATÓRIO E DESPROPORCIONAL. SÚMULA N. 1 DO CCRJ. A impossibilidade de afastamento de penalidade com fundamento em seu caráter confiscatório e valor desproporcional é matéria sumulada no âmbito deste Conselho de Contribuintes. PRELIMINAR REJEITADA. RECURSO DESPROVIDO. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 16/12/2022

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071-001/000010/2020.

Recurso nº 74.348 - Processo nº E-04/211/002287/2018- Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso - DECISÃO: Por maioria de votos, foi acolhida a preliminar de decadência total do crédito tributário, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Vencido o Conselheiro Marcos dos Santos Ferreira que rejeitou a preliminar. - Acórdão nº 19.450 - EMENTA: DECADÊNCIA-ICMS. Fatos geradores ocorridos entre janeiro à junho de 2013. Considerando que materialização do auto de infração se deu com a ciência do autuado em 21 de dezembro de 2018, períodos reclamados que extrapolam o prazo de 5 (cinco) anos do fato gerador, lapso de tempo em que a Fazenda poderia realizar a constituição do crédito tributário. (ex vi art. 150, § 4º do CTN. Decadência total reconhecida - recurso procedente. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

Decisões proferidas na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 23/01/2023

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071-001/000010/2020.

Recurso nº 77.233 - Processo nº E-04/211/022869/2019 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de nulidade do Auto de Infração, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de realização de diligência, nos termos do voto do Conselheiro Relator. No mérito, por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.452 - EMENTA: NULIDADE - AUTO DE INFRAÇÃO. Descabida a provocação. O quadro demonstrativo na peça acusatória, juntamente com relato minucioso focando objetivamente o ocorrido, os dispositivos infringidos e penalidade, demonstra perfeitamente o ilícito cometido e devidamente apurado pela fiscalização, constando esclarecedora planilha (Relação de Créditos Indevidos) integrante ao lançamento e de pleno conhecimento da autuada. Satisfeitos os requisitos do art. 74 do Decreto nº 2.473/79, não sendo infringido nenhuma das hipóteses previstas no art. 48 do mesmo diploma legal. PRELIMINAR DE NULIDADE - auto de infração rejeitada. DILIGÊNCIA/PERÍCIA. A diligência/perícia destina-se a firmar o convencimento do julgador, quando houver questões de difícil deslindeamento ou quando houver necessidade de esclarecer matérias fáticas não suficientemente aclaradas nos autos, sendo facultada a autoridade julgadora o seu indeferimento por entendê-la desnecessária ao deslinde do litígio. Os elementos constantes no processo são suficientes para formação da convicção do Julgador em decidir o litígio. DILIGÊNCIA/PERÍCIA rejeitada. ICMS - CRÉDITO. O primeiro ponto da glosa, constitui a prestação de serviços de transporte de cargas (frete), sendo avaliado em fiscalização que os serviços de transporte em questão eram resultantes de operações futuras isentas ou não tributadas. Dispõe o art. 35, da Lei nº 2.657/96, que "não dão direito a crédito as entradas de mercadorias ou utilização de serviços resultantes de operações isentas ou não-tributadas, ou que se refiram a mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento. Quanto as outras mercadorias, consiste necessária à atividade para futura extração do produto, não se caracterizando nessa fase como insumo e sim bem de uso e consumo, considerando o fato de não ser imprescindível ou essencial para a fase de extração do petróleo. A

penalidade aplicada se encontra associada ao delito cometido, ou seja, art. 60, inc. I, alínea "a", da Lei nº 2657/96, com redação da Lei nº 6357/12, que trata do descumprimento da legislação tributária em relação a obrigação principal. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

Recurso nº 77.239 - Processo nº E-04/211/021600/2019 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi acolhida a preliminar de nulidade da decisão recorrida, determinando o retorno dos autos à Junta de Revisão Fiscal, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.453 - EMENTA: NULIDADE - DECISÃO A QUO. Cedido que as diligências e perícias dependem da análise da Autoridade julgadora, a qual deverá deferi-las ou indeferi-las fundamentadamente, devendo apreciar as razões da pleiteante, e após formar sua convicção se manifeste formalmente. O Julgador não está obrigado a refutar todos os aspectos levantados pelas partes, tão somente, aqueles que efetivamente sejam relevantes para o deslinde do tema eleito, ou seja, apreciar e se manifestar sobre o pedido de diligência/perícia formulado pelo apenado. No caso do apelo, a prova pericial requerida objetivava demonstrar que a maioria das mercadorias se encontravam inseridas no ativo fixo da empresa. PRELIMINAR ACOLHIDA. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

Recurso nº 77.494 - Processo nº E-04/211/025156/2019 - Recorrente: BRINK'S SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro José Augusto Di Giorgio - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi dado provimento ao recurso, para considerar o Auto de Infração nulo por vício material, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.457 - EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. ERRO DE CAPITULAÇÃO DA MULTA. NULIDADE POR VÍCIO MATERIAL. É de se reconhecer a nulidade de lançamento quando constatado erro na capituloção legal da multa. RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

Recurso nº 77.515 - Processo nº E-04/211/003172/2020 - Recorrente: CRBS S/A. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de realização de diligência, nos termos do voto do Conselheiro Relator. No mérito, por maioria de votos, foi dado provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Vencido o Conselheiro Marcos dos Santos Ferreira que votou pelo desprovimento total do recurso. - Acórdão nº 19.459 - EMENTA: PRELIMINAR. DILIGÊNCIA/PERÍCIA. A perícia se reserva à análise técnica dos fatos, não cabendo realizá-la quando as informações contidas nos autos são suficientes ao convencimento do julgador e à solução do litígio dela independe. DILIGÊNCIA REJEITADA. ICMS - CRÉDITO. Gasolina uso vendedores. A atividade desenvolvida de comércio faz com que tenha vendedores para fomentar seu objetivo, exercendo os vendedores visitas e possível vendas a clientes, razão pela qual o combustível no veículo, no entender do autuado se faz necessário. Embora necessária para a sua comercialização, não se confunde com essa, tratando-se de fase que a antecede o comércio, cujos efeitos serão produzidos ao longo do tempo, ou seja, na efetiva mercantilização. O GLP utilizado em empilhadeiras empregadas como combustível serve para fomentar a comercialização, produto passível de apropriação do crédito considerado como físico. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE EM PARTE. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

Decisões proferidas na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 24/01/2023

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071-001/000010/2020.

Recurso nº 77.862 - Processo nº E-04/211/008980/2020 - Recorrente: BRINK'S SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.463 - EMENTA: MULTA PENAL - DAMDFE. O RICMS/2000, Livro VI, artigo 5º, inciso XXII e artigo 15, inciso X, define documento fiscal obrigatório tanto o MDF-e, como o documento auxiliar o DAMDF-e. tem por finalidade acobertar o trânsito de mercadorias, devendo estar na posse do respectivo motorista desde o início até o final da prestação do serviço de transporte e somente encerrado quando concluir o percurso. Ex vi Ajustes SINIEF nº 09/07 e 21/10. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

Recurso nº 77.865 - Processo nº E-04/211/008415/2020 - Recorrente: BRINK'S SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.464 - EMENTA: MULTA PENAL - DAMDFE. O RICMS/2000, Livro VI, artigo 5º, inciso XXII e artigo 15, inciso X, define documento fiscal obrigatório tanto o MDF-e, como o documento auxiliar o DAMDF-e. tem por finalidade acobertar o trânsito de mercadorias, devendo estar na posse do respectivo motorista desde o início até o final da prestação do serviço de transporte e somente encerrado quando concluir o percurso. Ex vi Ajustes SINIEF nº 09/07 e 21/10. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

Recurso nº 79.481 - Processo nº E-04/211/007988/2021 - Recorrente: AUTO POSTO DO TRABALHO BICAO LTDA. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro José Augusto Di Giorgio - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de nulidade do Auto de Infração, nos termos do voto do Conselheiro Relator. No mérito, por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.462 - EMENTA: PRELIMINAR DE NULIDADE REJEITADA. OMISÃO NÃO VERIFICADA. Rejeita-se preliminar de nulidade quando a alegada omissão não é verificada. MÉRITO NÃO QUESTIONADO. DEFINITIVIDADE. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

Decisões proferidas na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 26/01/2023

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071-001/000010/2020.

Recurso nº 78.229 - Processo nº E-04/211/015800/2020 - Recorrente: CRBS S/A. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro José Augusto Di Giorgio - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de realização de prova pericial, nos termos do voto do Conselheiro Relator. No mérito, por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.471 - EMENTA: PEDIDO DE PERÍCIA. REJEIÇÃO. A questão aqui é de direito e não há controvérsia fática a ser dirimida com a perícia, razão pela qual não há por que determinar sua realização. PEDIDO DE PERÍCIA REJEITADO. CREDITAMENTO DE FECF NA CONTA DO ICMS. AUSÊNCIA DE REVISÃO LEGAL. O creditamento de valores relativos ao FECF na conta do ICMS não possui amparo legal, sendo certo que este creditamento afetará o valor do imposto a ser recolhido. RECURSO DESPROVIDO. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

PRIMEIRA CÂMARA

Decisões proferidas na Sessão Ordinária realizada
por videoconferência do dia 30/01/2023

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071-001/000010/2020.

Recurso nº 65.959 - Processo nº E-04/004/002626/2015 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Interessada: THT CARIOCA COMERCIO DE ROUPAS LTDA-ME - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi dado provimento ao recurso de ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, determinando o retorno dos autos à Junta de Revisão Fiscal, para julgamento de mérito. - Acórdão nº 19.480 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Retorno dos autos para decisão de mérito. RECURSO PROVIDO.

Recurso nº 65.968 - Processo nº E-04/004/002633/2015 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Interessada: THT CARIOCA COMERCIO DE ROUPAS LTDA-ME - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi dado provimento ao recurso de ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, determinando o retorno dos autos à Junta de Revisão Fiscal, para julgamento de mérito. - Acórdão nº 19.481 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Retorno dos autos para decisão de mérito. RECURSO PROVIDO.

Recurso nº 79.656 - Processo nº E-04/211/010720/2020 - Recorrente: ANTARES BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi acolhida a preliminar de nulidade do acórdão recorrido, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.478 - EMENTA: NULIDADE - DECISÃO A QUO. Decisão recorrida alega como fundamento para manter o Lançamento a falta de atendimento ao Parecer Normativo SUT 03/2020, norma inexistente à época dos fatos geradores. Deficiência na fundamentação da decisão recorrida que se declara. RECURSO PROVIDO - nulidade acolhida à unanimidade de votos. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

Decisões proferidas na Sessão Ordinária realizada
por videoconferência do dia 02/02/2023

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071-001/000010/2020.

Recurso nº 79.373 - Processo nº E-04/014/000050/2021 - Recorrente: RODRIGO RIBEIRO GOMES - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro José Augusto Di Giorgio - DECISÃO: Por maioria de votos, foi negado provimento ao recurso, nos termos do voto do Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso, designado redator. Vencido o Conselheiro José Augusto Di Giorgio que dava provimento total ao recurso. - Acórdão nº 19.490 - EMENTA: ITD - FALTA DE RECOLHIMENTO VGBL. Constatado a falta de recolhimento do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD), decorrente da transmissão causa mortis de investimento financeiro no plano de previdência complementar Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Infração caracterizada. LANÇAMENTO PROCEDENTE. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

Recurso nº 79.374 - Processo nº E-04/014/000051/2021 - Recorrente: RODRIGO RIBEIRO GOMES - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro José Augusto Di Giorgio - DECISÃO: Por maioria de votos, foi negado provimento ao recurso, nos termos do voto do Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso, designado redator. Vencido o Conselheiro José Augusto Di Giorgio que dava provimento total ao recurso. - Acórdão nº 19.491 - EMENTA: ITD - FALTA DE RECOLHIMENTO VGBL. Constatado a falta de recolhimento do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD), decorrente da transmissão causa mortis à de investimento financeiro no plano de previdência complementar Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Infração caracterizada. LANÇAMENTO PROCEDENTE.

Recurso nº 79.375 - Processo nº E-04/014/000052/2021 - Recorrente: ADRIANE SALGADO LÍRIO - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso - DECISÃO: Por maioria de votos, foi negado provimento ao recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Vencido o Conselheiro José Augusto Di Giorgio que dava provimento total ao recurso. - Acórdão nº 19.492 - EMENTA: ITD - FALTA DE RECOLHIMENTO VGBL. Constatado a falta de recolhimento do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD), decorrente da transmissão causa mortis de investimento financeiro no plano de previdência complementar Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Infração caracterizada. LANÇAMENTO PROCEDENTE. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

Decisões proferidas na Sessão Ordinária realizada
por videoconferência do dia 07/02/2023

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071-001/000010/2020.

Recurso nº 74.345 - Processo nº E-04/037/100310/2018 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro José Augusto Di Giorgio - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi convertido o feito em diligência, nos termos do voto do Conselheiro relator. - Acórdão nº 19.501 - EMENTA: CONVERSÃO DE JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA. BUSCA DA VERDADE MATERIAL. converte-se o julgamento em diligência para a obtenção de elementos adicionais necessários para a adequada decisão do litígio.

Recurso nº 79.397 - Processo nº E-04/211/013273/2021 - Recorrente: FMR LOGÍSTICA E TRANSPORTES ESPECIAIS LTDA. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de nulidade do Auto de Infração, nos termos do voto do Conselheiro Relator. No mérito, por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.500 - EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO - NULIDADE. Não cabe nesta assentada rediscutir a exclusão de inscrição. Inapropriado apreciar o prejuízo de defesa suscitado, bem como o local indicado no contrato social. A infração imputada encontra-se plenamente indicada, os dispositivos infringidos e os que cominam a respectiva penalidade estão explicitados. Satisfeitos os requisitos do art. 74 do Decreto nº 2.473/79, não sendo infringido nenhuma das hipóteses previstas no art. 48 do mesmo diploma legal. PRELIMINAR REJEITADA. MULTA FORMAL - DOCUMENTO INIDÔNEO. Comprovado a materialidade da infração diante da edição da Portaria SUFIS nº 1554/202, por consequência exigível a multa formal pela emissão de documentos fiscais inidôneos nos anos de 2019 e 2020. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

Decisões proferidas na Sessão Ordinária realizada
por videoconferência do dia 16/02/2023

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071-001/000010/2020.

Recurso nº 77.291 - Processo nº E-04/211/020029/2019 - Recorrente: DAI NI SEIKI ALIMENTOS E UTENSÍLIOS LTDA. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de nulidade do Auto de Infração, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de realização de diligência, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Pelo voto de qualidade, foi rejeitada a preliminar de decadência parcial, nos termos do voto do Conselheiro Bruno Velloso Durão, designado redator. No mérito propriamente dito, foi negado provimento ao recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.510 - EMENTA: NULIDADE - AUTO DE INFRAÇÃO. A infração imputada encontra-se plenamente indicada, os dispositivos infringidos e os que cominam a respectiva penalidade estão explicitados, os valores exigidos estão plenamente detalhados, inclusive em esclarecedora planilha, bem como o procedimento de apuração do estono constatado e corretamente exigido. Satisfeitos os requisitos do art. 74 do Decreto nº 2.473/79, não sendo infringido nenhuma das hipóteses previstas no art. 48 do mesmo diploma legal. NULIDADE rejeitada. DILIGÊNCIA. Diligência proposta objetivando retirada dos valores que não compõem a base de cálculo do imposto. Alicerçado no § 1º, do artigo 32, do Decreto nº 2473/79 rejeito a conversão em diligência pleiteado pela recorrente. Os elementos constantes no processo são suficientes para formação da convicção do Julgador em decidir o litígio. DILIGÊNCIA REJEITADA. PRELIMINAR DE DECADÊNCIA. Ao lançamento de ofício se aplica a regra decadencial disposta no art. 173, inciso I, do Código Tributário Nacional. Ademais, restando demonstrado que, em relação às competências abrangidas no lançamento, o contribuinte não declarou qualquer débito dada a ausência de transmissão dos arquivos atinentes à Escrituração Fiscal Digital - EFD, aplica-se aqui o entendimento do STJ consolidado na Súmula 555, segundo a qual “quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do art. 173, I, do CTN. Decadência não configurada à luz do art. 173, I, do CTN. PRELIMINAR REJEITADA. ICMS - DIFERENÇA RECOLHIMENTO. Afigura-se legítimo a exigência fiscal do ICMS e a multa pela falta de recolhimento relativo a operações de saída de mercadorias tributadas, devido por meio do regime normal de tributação, em razão da exclusão da impugnante do regime do Simples Nacional, no período de janeiro a dezembro/2014. AUTO DE INFRAÇÃO procedente quanto ao mérito.

Recurso nº 79.726 - Processo nº E-04/079/001455/2016 - Recorrente: RODOPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso - DECISÃO: Por unanimidade de voto, foi rejeitada a preliminar de sobrestamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.515 - EMENTA: PRELIMINAR DE SUSPENSÃO DO PROCESSO. TEMA NO STF. O acolhimento da preliminar implicaria, ainda que indiretamente, a antecipação de juízo de constitucionalidade da legislação estadual, circunstância que extrapola as atribuições desse Egrégio Conselho de Contribuintes. PRELIMINAR REJEITADA. PRECATÓRIOS - LIQUIDAÇÃO DE DÉBITO FISCAL AUSÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA. O artigo 156, inciso II, do CTN prevê expressamente que a compensação extingue o crédito tributário. No entanto, referido diploma legal, em seu artigo 170, condiciona a utilização de tal instituto a existência de lei específica. E no Estado do Rio de Janeiro não há lei específica autorizando a compensação pretendida pela Recorrente. RECURSO DESPROVIDO. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

Recurso nº 79.367 - Processo nº E-04/211/002941/2020 - Recorrente: CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi rejeitada o pedido de realização de diligência, nos termos do voto do Conselheiro Relator. No mérito, por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.509 - EMENTA: DILIGÊNCIA/PERÍCIA. A diligência/perícia se reserva à análise técnica dos fatos, não cabendo realizá-la quando as informações contidas nos autos são suficientes ao convencimento do julgador e à solução do litígio dela independe. DILIGÊNCIA REJEITADA. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - RECOLHIMENTO. Configurado a falta de recolhimento do imposto devido por substituição no momento da entrada das mercadorias no território deste estado, em operação proveniente de outra unidade da federação por remetente não signatária de convênio ou protocolo. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

Decisões proferidas na Sessão Ordinária realizada
por videoconferência do dia 03/03/2023

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071-001/000010/2020.

Recurso nº 74.839 - Processo nº E-04/211/009548/2019 - Recorrente: COSTA MARINE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Graciliano José Abreu dos Santos - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.522 - EMENTA: ICMS. DIFERIMENTO IMPORTAÇÃO POR CONTA E ORDER DE TAMPOS DE LATA DE SARDINHA/ATUM (DECRETO 43.771/12). CLASSIFICAÇÃO DOS TAMPOS: MATÉRIA PRIMA OU MATERIAL DE EMBALAGEM. EQUIPARAÇÃO OPERAÇÃO DE IMPORTAÇÃO A AQUISIÇÃO INTERNA (§ 4º, item 2, do artigo 14, do Livro I, do DEC. 27.427/00). ANTINOMIA NORMAS. VIOLAÇÃO PRINCÍPIO NÃO CUMULATIVIDADE. O fato do Contribuinte de definir sua atividade produtiva de peixes em conserva como processamento de peixes enlatados não permite que os componentes da embalagem “lata”, sejam classificados como matéria prima. O Decreto 43.771/12, diferentemente do Decreto 27.427/00, não trata a operação de importação como operação interna, e dessa forma o disposto no inciso V, do art. 4º, do Decreto nº 43.771/12, não se aplicaria a importação de material de embalagem. Como o Dec. 43771/12 é mais recente, pelo critério cronológico de solução objetiva de antinomias, o mesmo deve prevalecer em detrimento do Decreto 27.427/022. Não cabe aos órgãos administrativos de julgamento apreciar questões afetas a violação de princípios constitucionais, sendo o foro para tal discussão o Poder Judiciário. RECURSO DESPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.

Recurso nº 74.840 - Processo nº E-04/211/009547/2019 - Recorrente: COSTA MARINE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Graciliano José Abreu dos Santos - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.523 - EMENTA: ICMS. DIFERIMENTO IMPORTAÇÃO DE TAMPOS DE LATA DE SARDINHA/ATUM (DECRETO 43.771/12). CLASSIFICAÇÃO DOS TAMPOS: MATÉRIA PRIMA OU MATERIAL DE EMBALAGEM. EQUIPARAÇÃO OPERAÇÃO DE IMPORTAÇÃO A AQUISIÇÃO INTERNA (§ 4º, item 2, do artigo 14, do Livro I, do DEC. 27.427/00). ANTINOMIA NORMAS. VIOLAÇÃO PRINCÍPIO NÃO CUMULATIVIDADE. O fato do

Contribuinte de definir sua atividade produtiva de peixes em conserva como processamento de peixes enlatados não permite que os componentes da embalagem “lata”, sejam classificados como matéria prima. O Decreto 43.771/12, diferentemente do Decreto 27.427/00, não trata a operação de importação como operação interna, e dessa forma o disposto no inciso V, do art. 4º, do Decreto nº 43.771/12, não se aplicaria a importação de material de embalagem. Como o Dec. 43771/12 é mais recente, pelo critério cronológico de solução de solução objetiva de antinomias, o mesmo deve prevalecer em detrimento do Decreto 27.427/022. Direito ao crédito pelo pagamento do imposto de importação garante efetividade do princípio da não cumulatividade. RECURSO DESPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.

Decisões proferidas na Sessão Ordinária realizada
por videoconferência do dia 07/03/2023

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071-001/000010/2020.

Recurso nº 78.834 - Processo nº E-04/211/008767/2020 - Recorrente: CONCEITOS COMERCIO DE ARTIGOS DE USO COMERCIAL LTDA. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro José Augusto Di Giorgio - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de nulidade do Auto de Infração, nos termos do voto do Conselheiro Relator. No mérito, por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.530 - EMENTA: NULIDADE DO LANÇAMENTO. No que concerne a preliminar, cabe destacar a inexistência de razão para que o lançamento seja reputado inválido, uma vez que o contribuinte demonstrou através de sua impugnação perfeita compreensão da infração tributária que lhe foi imputada, não ficando, portanto, configurado qualquer prejuízo no tocante ao seu direito constitucional de defesa. O auto de infração contém todos os elementos previstos nos incisos do art. 74 do decreto nº 2.473/79 e não se enquadram em nenhum dos casos de nulidade do art. 48 do mesmo decreto. Rejeitada a PRELIMINAR. DOCUMENTO FISCAL INIDÔNEO. O descumprimento da legislação tributária em relação para obrigação tributária principal sujeita o infrator além da exigência do tributo a multa, como prevista no artigo 60, inciso I, alínea b, c/c art. 62-C, item 1, ambos da Lei nº 2.657/96, com redação da Lei nº 6.357/12. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.

Decisões proferidas na Sessão Ordinária realizada
por videoconferência do dia 14/03/2023

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071-001/000010/2020.

Recurso nº 77.790 - Processo nº E-04/211/011677/2020 - Recorrente: MORUMBI INDUSTRIAL - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro José Augusto Di Giorgio - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de nulidade do Auto de Infração, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.543 - EMENTA: PRELIMINAR. NULIDADE DO LANÇAMENTO. ERRO NA BASE DE CÁLCULO. Ausência de provas que demonstrem qualquer erro na apuração da base de cálculo. Não ocorrência das hipóteses de nulidade previstas no artigo 48 do Decreto nº 2.473/79. NULIDADE REJEITADA. PREJUDICIAL DE MÉRITO. ICMS. EXCLUSÃO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO A RECOLHER. Aplica-se a legislação vigente à época do desenquadramento para fins de exclusão do tratamento tributário que era beneficiário o contribuinte. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.

Id: 2473577

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Decisão proferida na Sessão Ordinária
por videoconferência do dia 16/03/2023

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071001/000011/2020.

Recurso nº. 79.783. - Processo nº. SEI-040011/000002/2022. - Recorrente: RIGOTEX INDUSTRIA TÊXTEIL LTDA. - Interessada: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relator: Conselheiro Alvaro Marques Neto. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi **acolhida** preliminar de nulidade do Auto de Infração, suscitada pela Recorrente, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Acórdão nº. 20.139. - EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. AUSÊNCIA DE ESCRITURAÇÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS DE ENTRADA NA ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - EFD. PRELIMINAR DE NULIDADE DO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. AUTOTUTELA. Auto de Infração formalizado em desfavor da recorrente para aplicar multa formal, por deixar de escriturar notas fiscais eletrônicas de entrada em sua EFD. In casu, a pretensa conduta punível não se coaduna com a penalidade pecuniária aplicada, prevista no art. 62-C, inc. I, item 1, da Lei nº 2.657/96, com redação conferida pela Lei nº 6.357/12. Isto porque a conduta atinente à ausência de escrituração de documentos fiscais nos arquivos relativos à EFD consubstancia omissão de dados nos aludidos arquivos, de modo que, pelo critério da especialidade, deveria restar infligida a multa veiculada no art. 62-B, inc. II, c/c §1º, inc. III, da Lei nº 2.657/96, na redação da Lei nº 6.357/12. Vício insanável na origem. Cerceamento ao direito de defesa da recorrente configurado, de modo que se impõe a nulidade, por vício material, do lançamento de ofício. AUTO DE INFRAÇÃO DECLARADO NULO.

Id: 2473585

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Decisão proferida na Sessão Ordinária
por videoconferência do dia 19/11/2022

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071001/000011/2020.

Recurso nº. 79.606. - Processo nº. SEI-040/224/002100/2022. - Recorrente: SEXTA TURMA DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: SAPOEMBA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA. - Relatora: Conselheira Luciana Dornelles do Espírito Santo. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi **negado** provimento ao recurso ao recurso de ofício, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Mudando a natureza do vício formal, para o vício material. - Acórdão nº. 20.046. - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Mantida a decisão do julgador de Primeira Instância, que julgou nulo o lançamento. Nulidade confirmada. Cabe registrar que o vício que ensejou a nulidade é de caráter material, e não formal, conforme afirmado na decisão recorrida. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Id: 2473515

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Decisão proferida na Sessão Ordinária
por videoconferência do dia 16/03/2023

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Processo nº SEI-20071001/000011/2020.

Recurso nº. 79.564. - Processo nº. SEI-040013/000160/2022. - Recorrente: FORTAL - LAR MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E UTILIDADES PARA O LAR EIRELI. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FIS-

CAL. - Relator: Conselheiro Gustavo Kelly Alencar. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de nulidade do Auto de Infração, suscitada pela Recorrente. No mérito negado provimento ao recurso voluntário, tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 20.138. - EMENTA: **AUTO DE INFRAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. NULIDADE. INOCORRÊNCIA.** Decreto-lei nº 05/1975 - CTE, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 343/1977, e 74 do Decreto nº. 2.473/1979 - RPAT, não tendo sido afrontados nenhum dos incisos do artigo 225 do Decreto-lei nº 05/1975 - CTE, nem dos incisos do artigo 48 do Decreto nº. 2.473/1979 - RPAT. Com efeito, na peça inicial estão contidos todos os elementos necessários para a validade do ato, conforme o disposto pelo artigo 74 do Decreto nº. 2.473/1979 - RPAT. **INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO AO ERÁRIO. IRRELEVÂNCIA.** Conforme regra expressa e vigente imposto no artigo 136 do CTN, a responsabilidade por infrações à legislação tributária independe da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato apanhado. **Recurso desprovido.**

Id: 2473584

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA**

**Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada
por videoconferência do dia 23/01/2023**

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.
Processo nº SEI-20071-001/000009/2020.

Recurso nº. 73.915 - Processos nº. E04/211/002421/2018 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relator: Conselheiro Antonio Lopes Caetano Lourenço. - DECISÃO: Pelo voto de qualidade, foi rejeitada a prejudicial de decadência parcial, nos termos do voto do Conselheiro Gustavo Mendes Moura Pimentel, designado Redator. Vencidos os Conselheiros Relator e Antonio Lopes Caetano Lourenço, que a acolheram. Quanto ao mérito, também pelo voto de qualidade, foi negado provimento ao recurso voluntário, para reconhecer a procedência do lançamento, nos termos do voto do Conselheiro Gustavo Mendes Moura Pimentel, designado Redator. Vencidos os Conselheiros Relator e Antonio Lopes Caetano Lourenço, que votaram pelo provimento. - Acórdão nº. 19.351 - EMENTA: PRELIMINAR. DECADÊNCIA. Aplica-se a regra prevista no artigo 173, I do CTN por se tratar de caso de compensação e não de lançamento. DECADÊNCIA REJEITADA. - CRÉDITO DE ICMS RELATIVO A BENS DE USO E CONSUMO. IMPOSSIBILIDADE. O fluido de perfuração é material de consumo, utilizado pela empresa para permitir o adequado funcionamento de seus poços de petróleo, que compõem o Ativo Fixo da empresa, não tendo qualquer relação intrínseca com o produto final, o petróleo extraído. Ademais, em face do disposto no inciso I do artigo 33 da Lei Complementar 87/96, com redação da Lei 171/2019, o direito a crédito está permitido a partir de 1º de janeiro de 2033. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.

**Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada
por videoconferência do dia 16/02/2023**

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.
Processo nº SEI-20071-001/000009/2020.

Recurso nº. 79.955. - Processo nº. E-04/211/023725/2019. - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: AMBEV S/A. - Relator: Conselheiro Rodrigo Barreto de Faria Pinho. - DECISÃO: À unanimidade de votos, foi negado provimento ao Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator - Acórdão nº. 19.407 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

**Decisões proferidas na Sessão Ordinária realizada
por videoconferência do dia 08/03/2023**

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.
Processo nº SEI-20071-001/000009/2020.

Recurso nº. 74.662 - Processos Nº E-04/034/002766/2018 - Recorrente: casas guanabara comestíveis Ltda. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relator: Conselheiro Rodrigo Barreto de Faria Pinho. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de nulidade do auto de infração, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Quanto ao mérito, pelo voto de qualidade, foi dado provimento parcial ao recurso voluntário, para reconhecer a procedência parcial do lançamento, nos termos do voto do Conselheiro Gustavo Mendes Moura Pimentel, designado Redator. Vencidos os Conselheiros Relator e Antonio Lopes Caetano Lourenço, que votaram pelo provimento total. Acórdão nº. 19.417 - EMENTA: ICMS. PROCESSO ADMISTRATIVO TRIBUTÁRIO. PRELIMINAR DE NULIDADE. O ajuste de MVA, quando mantidos todos os fundamentos fáticos e jurídicos do Auto de Infração não resulta novo lançamento. REJEITADA A PRELIMINAR DE NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. - ICMS. ICMS-ST. SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO. ESPONTANEIDADE NO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Restou demonstrado nos autos que a quebra da espontaneidade somente ocorreu com a ciência do auto de infração. No entanto, o recolhimento foi efetuado a destempo, o que deve permanecer a exigência dos acréscimos moratórios e da multa proporcional em seu valor mínimo previsto no artigo 67A da Lei nº 2.657/96 com a redação da Lei nº 6.357/12. RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.

Recurso nº. 80.075 - Processo Nº E-04/211/009255/2021 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: PSR Indústria de Etiquetas e Bobinas Ltda. - Relator: Conselheiro Rodrigo Barreto de Faria Pinho - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi negado provimento aos recursos de ofícios, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 19.421 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

**Decisões proferidas na Sessão Ordinária realizada
por videoconferência do dia 09/03/2023**

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.
Processo nº SEI-20071-001/000009/2020.

Recurso nº. 74.698 - Processos nº. E04/034/002769/2018 - Recorrente: casas guanabara comestíveis Ltda. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relator: Conselheiro Rodrigo Barreto de Faria Pinho. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de nulidade do auto de infração, nos termos do voto do Conselheiro Relator. No mérito, pelo voto de qualidade, foi dado provimento parcial ao recurso voluntário, para reconhecer a procedência parcial do lançamento, nos termos do voto do Conselheiro Gustavo Mendes Moura Pimentel, designado Redator. Vencidos os Conselheiros Relator e Antonio Lopes Caetano Lourenço, que votaram pelo provimento total. - Acórdão nº. 19.425 - EMENTA: TRIBUTÁRIO. PRELIMINAR DE NULIDADE. O ajuste de MVA, quando mantidos todos os fundamentos

fáticos e jurídicos do Auto de Infração não resulta novo lançamento. REJEITADA A PRELIMINAR DE NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. - ICMS. ICMS-ST. SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO. ESPONTANEIDADE NO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Restou demonstrado nos autos que a quebra da espontaneidade somente ocorreu com a ciência do auto de infração. No entanto, o recolhimento foi efetuado a destempo, o que deve permanecer a exigência dos acréscimos moratórios e da multa proporcional em seu valor mínimo previsto no artigo 67A da Lei nº 2.657/96 com a redação da Lei nº 6.357/12. RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.

Recurso nº. 79.831 - Processo Nº E-04/211/003854/2024 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S/A. - Relator: Conselheiro Rodrigo Barreto de Faria Pinho - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso de ofício, PARA MANTER A DECISÃO DE Primeira Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 19.426 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Recurso nº. 80.080 - Processo nº E-04/211/007024/2020 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: SUPERMERCADO BARRA OESTE LTDA. - Relator: Conselheiro Rodrigo Barreto de Faria Pinho. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi negado provimento aos recursos de ofícios, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 19.430 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

**Decisões proferidas na Sessão Ordinária realizada
por videoconferência do dia 16/03/2023**

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.
Processo nº SEI-20071-001/000009/2020.

Recurso nº. 56.813 - Processos nº. E-04/053.838/2012 - Recorrente: Transvalente Logística Limitada. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relator: Conselheiro Rodrigo Barreto de Faria Pinho. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi acolhida a preliminar de nulidade da decisão de Primeira Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 19.434 - EMENTA: ICMS. APLICAÇÃO PENALIDADE MAIS BENEFICA. NULIDADE DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. A Autoridade fiscal verificou que a multa da nova legislação não é mais benéfica do que a que foi objeto da autuação. nulidade da decisão que equivocadamente alterou a multa aplicável. NULA A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA.

Recurso nº. 78.269 - Processos nº. E04/211/002662/2021 - Recorrente: petróleo brasileiro s/a - petrobras - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relator: Conselheiro Rodrigo Barreto de Faria Pinho. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de nulidade do auto de infração, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Quanto ao mérito, pelo voto de qualidade, foi negado provimento ao recurso voluntário, para reconhecer a procedência do lançamento, nos termos do voto do Conselheiro Marcelo Habib Carvalho, designado Redator. Vencidos os Conselheiros Relator e Rodrigo Barreto de Farinha Pinho, que votaram pelo provimento. - Acórdão nº. 19.436 - EMENTA: ICMS. PRELIMINAR. DA NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. Não restou verificado qualquer prejuízo ao exercício do contraditório pela recorrente. Lançamento que não incorre nas hipóteses de nulidades previstas no artigo 48 do Decreto 2.473/79. NULIDADE REJEITADA. - CRÉDITO DE ICMS RELATIVO A BENS DE USO E CONSUMO. IMPOSSIBILIDADE. Bens utilizados na manutenção de equipamentos. Embora possam ser utilizados ou consumidos no parque industrial, não se destinam, por si mesmas, à produção industrial, mas à manutenção dessa atividade. Em face do disposto no inciso I do artigo 33 da Lei Complementar 87/96, com redação da Lei 171/2019, o direito a crédito está permitido a partir de 1º de janeiro de 2033. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.

Recurso nº. 79.953. - Processo nº. E-04/211/013283/2019. - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: Posto Nova itaperuna Ltda. - Relator: Conselheiro Rodrigo Barreto de Faria Pinho. - DECISÃO: À unanimidade de votos, foi negado provimento ao Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator - Acórdão nº. 19.441 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

**Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada
por videoconferência do dia 05/04/2023**

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.
Processo nº SEI-20071-001/000009/2020.

Recurso nº. 73.369 - Processos nº. E04/037/100199/2018 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relator: Conselheiro Rodrigo Barreto de Faria Pinho. - DECISÃO: Pelo voto de qualidade, negar provimento ao recurso voluntário, para reconhecer a procedência do lançamento, nos termos do voto do Conselheiro Gustavo Mendes Moura Pimentel, designado Redator. Vencidos os Conselheiros Relator e Antonio Lopes Caetano Lourenço, que votaram pelo provimento. Acórdão nº. 19.449 - EMENTA: ICMS. CRÉDITO DE ICMS. IMPOSSIBILIDADE. MERCADORIA SUJEITA À SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. Não cabe o direito ao crédito de mercadoria sujeita à sistemática da substituição tributária para o adquirente na qualidade de consumidor final. No caso dos autos, o documento fiscal que acobertou a venda do cimento adquirido deveria de ter sido emitido sem qualquer destaque do ICMS. O mero destaque não legitima o crédito do imposto. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.

Id: 2473581

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE SEGURIDADE**

**ATOS DO DIRETOR
DE 08/08/2022**

CONCEDE pensão por morte a **NILO SERGIO DE VASCONCELOS MARINS**, no valor de R\$ 3.221,50, correspondente a cota de 100,00%, com fundamento no art. 40, §7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com validade a contar de 17/02/2020, conforme processo nº PD-04/144.29/2020. Processo Nº SEI-040161/003797/2021.

CONCEDE pensão por morte a **FLAVIA REGINA DE ALMEIDA BARROS**, no valor de R\$ 6.281,18, correspondente a cota de 100,00%, com fundamento no art. 40, § 7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o parágrafo único do Art. 6º-A da EC nº 41/2003 e o art. 14 da Lei 5.260/2008, com validade a contar de 15/02/2020, conforme processo Nº SEI PD-04/140.27/2020.

CONCEDE pensão por morte à **CELIA REGINA DE ABREU SILVA**, no valor de R\$ 6.625,68, correspondente a cota de 100,00%, com fundamento no art. 40, §7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o parágrafo único do Art. 6º-A da EC nº 41/2003 e o art. 14 da Lei 5.260/2008, com validade a contar de 10/10/2019, conforme processo nº PD-04/139.166/2019. Processo Nº SEI-040161/003093/2020.

CONCEDE pensão por morte à **DENIZE FERREIRA DE OLIVEIRA**, no valor de R\$ 1.887,14, correspondente a cota de 100,00%, com fundamento no art. 40, §7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com validade a contar de 06/11/2015, conforme processo nº PD-01/020.547/2015. Processo Nº SEI-040161/009831/2021.

Id: 2473338

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE SEGURIDADE**

**ATOS DO DIRETOR
DE 08/08/2022**

CONCEDE pensão por morte a **GERSON LUIZ GOTTGROY DE SOUZA**, no valor de R\$ 805,07, correspondente a cota de 100,00%, com fundamento no art. 40, §7º, inciso II, da CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com validade a contar de 27/11/2019, conforme processo nº PD-04/152.131/2019. Processo Nº SEI-040161/003076/2020.

CONCEDE pensão por morte à **GLORIA REGINA DA SILVA SCUTELLARO BASTOS**, no valor de R\$ 3.978,87, correspondente a cota de 50,00%, com fundamento no art. 40, §7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o parágrafo único do Art. 6º-A da EC nº 41/2003 e o art. 14 da Lei 5.260/2008, com validade a contar de 30/01/2016, conforme processo nº PD-01/016.51/2016. Processo nº SEI-040161/003953/2020.

CONCEDE pensão por morte a **SIDNEI ESTEVES BASTOS**, no valor de R\$ 3.978,87, correspondente a cota de 50,00%, com fundamento no art. 40, §7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o parágrafo único do Art. 6º-A da EC nº 41/2003 e o art. 14 da Lei 5.260/2008, com validade a contar de 30/01/2016, conforme processo nº PD-01/016.51/2016. Processo nº SEI-040161/003953/2020.

CONCEDE pensão por morte a **ROSA DA ANUNCIACAO BORGES**, no valor de R\$ 4.750,64, correspondente a cota de 80,00%, com fundamento no art. 40, § 7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com validade a contar de 29/09/2018, conforme processo nº PD-04/143.134/2018. Processo nº SEI-040161/005857/2021.

CONCEDE pensão por morte a **MARILENE FONSECA MARTINS**, no valor de R\$ 1.187,66, correspondente a cota de 20,00%, com fundamento no art. 40, § 7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o art. 17 da Lei 5.260/2008, com validade a contar de 29/09/2018, conforme processo nº PD-04/143.134/2018. Processo nº SEI-040161/005857/2021.

CONCEDE pensão por morte à **MARIA ANA DE SOUSA**, no valor de R\$ 947,89, correspondente a cota de 100,00%, com fundamento no art. 40, §7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com validade a contar de 08/05/2019, conforme processo nº PD-04/135.87/2019. Processo nº SEI-040161/005190/2021.

Id: 2473462

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE SEGURIDADE
GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM O SEGURADO**

**DESPACHOS DA GERENTE
DE 20/04/2023**

PROCESSO Nº SEI-040144/000571/2022 - MARILEUSA CARVALHO NEVES BARBOSA, ID 1828046-3. **DEFIRO** o pedido de isenção de imposto de renda, tendo em vista os termos do laudo médico e parecer da perícia médica do Estado.

PROCESSO Nº SEI-040144/000592/2021 - JOSE AUGUSTO JAN-NOTTI NOGUEIRA, ID 5077637-1. **INDEFIRO**, tendo em vista não haver amparo legal para concessão da isenção do IR, uma vez que a enfermidade não possui previsão legal nas Leis 7713 de 22/11/1988 e 11052 de 29/12/2004, conforme parecer da perícia médica do Estado.

PROCESSO Nº SEI-040144/000165/2022 - MARIA LUIZA GONZAGA, ID 655030-4. **DEFIRO** o pedido de isenção de imposto de renda, tendo em vista os termos do laudo médico e parecer da perícia médica do Estado.

PROCESSO Nº SEI-040144/000085/2022 - LIVIA KEILLA GAVINHO ROCHA, ID 1441265-9. **DEFIRO** o pedido de isenção de imposto de renda, tendo em vista os termos do laudo médico e parecer da perícia médica do Estado.

PROCESSO Nº SEI-040144/000505/2022 - MARIA DO PERPETUO SOCORRO CASTRO DE BERGALLO, ID 1624416-8. **DEFIRO** o pedido de isenção de imposto de renda, tendo em vista os termos do laudo médico e parecer da perícia médica do Estado.

PROCESSO Nº SEI-040144/000061/2022 - RAFAEL TITO PEIXOTO DE SIQUEIRA DE SOUZA SILVARES, ID 5125966-4. **DEFIRO** o pedido de isenção de imposto de renda, tendo em vista os termos do laudo médico e parecer da perícia médica do Estado.

PROCESSO Nº SEI-040144/000625/2021 - ELENITA ILKA PEREIRA DA SILVA ANDRADE, ID 5119163-6. **DEFIRO** o pedido de isenção de imposto de renda, tendo em vista os termos do laudo médico e parecer da perícia médica do Estado.

PROCESSO Nº SEI-040144/000191/2021 - ANGELA MARIA DE SOUZA ROCHA, ID 5116458-2. **DEFIRO** o pedido de isenção de imposto de renda, tendo em vista os termos do laudo médico e parecer da perícia médica do Estado.

Id: 2473408

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE SEGURIDADE
GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM O SEGURADO
COORDENADORIA DE CONFORMIDADE E PADRONIZAÇÃO**

**DESPACHOS DO COORDENADOR
DE 20/04/2023**

PROCESSO Nº SEI PD-04/140.107/2018 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, VALERIA CRUZ DA ROCHA DO NASCIMENTO, na qualidade de COMPANHEIRA, **NÃO FAZ JUS** à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado JORGE INACIO SINFLORIO, matrícula nº 04329-9 do CBMERJ, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiária.

PROCESSO Nº SEI PD-04/140.107/2018 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, CLEUZENIR DE OLIVEIRA SINFLORIO, na qualidade de COMPANHEIRA, **NÃO FAZ JUS** à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado JORGE INACIO SINFLORIO, matrícula nº 04329-9 do CBMERJ, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiária.

PROCESSO Nº SEI E-01/014/000082/2015 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, MARIA CRISTINA SANTOS DE SOUZA, na qualidade de FILHA INVÁLIDA, **NÃO FAZ JUS** à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado ISAIAS BANDEIRA DE SOUZA, matrícula nº 0929947 do CMBERJ, uma vez que o parecer da perícia médica do Estado (SUPCPMSO) foi negativo quanto a sua habilitação a pensão por morte na qualidade de filho inválido.

PROCESSO Nº SEI E-01/708347/2002 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, GLÓRIA REGINA SANTOS, na qualidade de COMPANHEIRA, **NÃO FAZ JUS** à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado SÉRGIO CUNHA DOS SANTOS, matrícula nº 22422-0 da SEPM, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiária.

PROCESSO Nº SEI PD-04/140.130/2021 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, THEREZINHA ALVES MIRANDA, na qualidade de CÔNJUGE, **NÃO FAZ JUS** à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado JOSÉ MIRANDA, matrícula nº 75140-4 da SEDEIS, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiária.

PROCESSO Nº SEI PD-04/142.314/2021 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, PETRONILHA MARIA DA SILVA MENDES, na qualidade de COTISTA, **NÃO FAZ JUS** à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado CARLOS ALBERTO SANTANA FERNANDES, matrícula nº 14300-8 da SEPM, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiária.

Id: 2473339

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE SEGURIDADE
GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM O SEGURADO
COORDENADORIA DE CONFORMIDADE E PADRONIZAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR
DE 24/04/2023

PROCESSO Nº SEI PD-04/151.18/2020 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, ROSÂNIA LUCILENA DIAS, na qualidade de COMPANHEIRA, **NÃO FAZ JUS** à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado HÉLIO CAMPOS DE SOUZA, matrícula nº 02917-3 da CBMERJ, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiária.

PROCESSO Nº SEI PD-04/151.18/2020 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, CINTIA DE OLIVEIRA PEREIRA, na qualidade de COMPANHEIRA, **NÃO FAZ JUS** à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado HÉLIO CAMPOS DE SOUZA, matrícula nº 02917-3 do CBMERJ, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiária.

PROCESSO Nº SEI PD-04/143.375/2021 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, MARIA DAS DORES DE LIMA PEREIRA, na qualidade de CÔNJUGE, **NÃO FAZ JUS** à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado JOEL ANTUNES PEREIRA, matrícula nº 623246-6 da SES, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiária.

PROCESSO Nº SEI PD-01/049.91/2016 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, REGINA MELLO DE FIGUEIREDO MARTORELLI, na qualidade de CÔNJUGE, **NÃO FAZ JUS** à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado HUMBERTO MARTORELLI, matrícula nº 223111-6 da FAETEC, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiária.

PROCESSO Nº SEI PD-01/021.58/2015 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, RAQUEL CANDEIAS VIEIRA, na qualidade de COMPANHEIRA, **NÃO FAZ JUS** à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado MAGNO LUIZ FARIA BUENO, matrícula nº 935521-5 da SEEDUC, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiária.

Id: 2473461

o Prelo

Tradicional suplemento cultural da IOERJ desde 1988. A revista eletrônica O Prelo é totalmente produzida na Imprensa Oficial e está disponível no site.

 oprelo.ioerj.com.br

 [revistaoprelo](https://www.instagram.com/revistaoprelo)



Imprensa Oficial
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO





§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 4º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 5º - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 6º - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2473396

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3751 DE 18 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA SUBSTITUIÇÃO EM COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc.SEI-350460/000577/2023, o qual indica servidores para compor a equipe de fiscalização.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 14 de abril de 2023, os servidores, CB PM RG 93.840 JERÔNIMO MARTINS VINCO, ID FUNC. 4420170-2, CB PM RG 99.140 JUARES BARRETO JUNIOR, ID FUNC. 5015213-0, CB PM RG 105.119 GABRIEL ALVES MOURA, ID FUNC. 5079666-0, em substituição aos servidores CB PM RG 92.850 ALBERTO ALVES NOGUEIRA JUNIOR, ID FUNC. 4416694-0, CB PM RG 105.695 VINICIUS DA SILVA MACHADO, ID FUNC. 5079998-3, CB PM RG 93.994 ELEAQUIM DOS SANTOS MARTINS, ID FUNC. 4420305-5, para compor a Comissão da 1ªUPP/2º BPM - Santa Marta com o objetivo de fiscalizar o Contrato nº 9527/2019, oriundo do Processo nº SEI-350074/001926/2020, firmado com a empresa LIGHT S/A, passando a referida comissão ter a seguinte composição:
2º TEN PM RG 107.954 BRUNO RIBEIRO DE CASTRO SILVA, ID FUNC. 5103395-0
CB PM RG 93.840 JERÔNIMO MARTINS VINCO, ID FUNC. 4420170-2
CB PM RG 105.119 GABRIEL ALVES MOURA, ID FUNC. 5079666-0
CB PM RG 99.140 JUARES BARRETO JUNIOR, ID FUNC. 5015213-0
CB PM RG 108.991 JÉSSICA OLIVETTI FERNANDES MORENO, ID FUNC. 5108401-5

Art. 2º - Os servidores designados no artigo anterior deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;
II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;
III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas à execução do contrato que o mesmo necessitar;
IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;
V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;
VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 3º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;
II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato (Diretoria de Licitações e Projetos) para decisão junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico.
III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 4º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 5º - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar

todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 6º - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2473397

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

ATOS DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3767 DE 19 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA SERVIDOR PARA SUBSTITUIÇÃO DE GESTOR SUBSTITUTO PARA AS ATIVIDADES GERENCIAIS, TÉCNICAS E OPERACIONAIS QUE COMPÕEM O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. SEI nº SEI-350169/000811/2023, o qual indica servidor para a substituição de Gestor Substituto para as atividades gerenciais, técnicas e operacionais que compõem o processo de contratação.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, 20 de Março de 2023, o servidor MAJ PM RG 47.868 AUGUSTO WAGNER DE MEDEIROS PEREIRA, ID: 2469692-7, em substituição ao MAJ PM RG 59.573 RENATO MARCELINO ID: 2401313-7, como Gestor Substituto do instrumento contratual nº 076/2022, oriundo do Processo SEI-350169/001520/2021, firmado com a IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO , o qual representará o Gestor em caso de férias, licenças e outros eventuais afastamentos.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria de Licitações e Projetos - DLP a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instituindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Cabe à Diretoria de Orçamento - DOr ou à Diretoria de Finanças - DF o controle de recebimento de notas, sendo responsáveis por:

I - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, a partir da informação enviada pelos setores responsáveis pelo pagamento;

II - confrontar o preço total e as quantidades constantes em Nota Fiscal, ou outro documento orientador do pagamento, com o valor nominal máximo estabelecido no contrato;

III - realizar auditorias de consistência entre os dados das notas fiscais, ou outro documento orientador de pagamento, com os comprovantes de realização do serviço, sempre que solicitado pelo gestor do contrato ou quanto identificar alguma incongruência nos dados que justifique conferência detalhada, não eximindo a responsabilidade pelos procedimentos de atestação feitos pela comissão fiscal, responsável pelo recebimento de serviços e bens;

IV - receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com a nota fiscal, para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;

V - acusar, mensalmente, o não recebimento; o recebimento fora do prazo regulamentar; o recebimento sem os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação de despesas; falhas formais nos procedimentos de atestação (datas, carimbos, assinaturas, offices de remessa); valores faturados acima do limite máximo (valor nominal do contrato) de notas fiscais, ou outro documento orientador do pagamento, avisando ao respectivo responsável de tramitação e acompanhamento contratual para medidas de cobrança do envio;

VI - receber e registrar o valor das notas de empenho vinculadas à contratação, acompanhando o saldo de empenho até o limite legal.

Art. 4º - Caberá a DIRETORIA DE LICITAÇÕES E PROJETOS - DLP: a publicação dos atos em DOERJ, a realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir, e a prestação de esclarecimentos e orientações no bojo da gestão e fiscalização.
Parágrafo único: Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DLP deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou especificidade, a cargo da DLP, a realização da Pesquisa de Mercado poderá ser auxiliada por órgão técnico da corporação, ou pela unidade a ser beneficiada, em casos objeto somente disponível em mercado local.

Art. 5º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencados no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 6º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art.7º - Fica estabelecido o correio eletrônico aquisicoes_dlp@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 8º - Enquanto não for publicada em DOERJ a substituição dos membros da comissão fiscal, ficam os servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2473308

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3768 DE 19 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA SERVIDOR PARA A SUBSTITUIÇÃO DE GESTOR ÀS ATIVIDADES GERENCIAIS, TÉCNICAS E OPERACIONAIS QUE COMPÕEM O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. SEI nº 350169/000811/2023, o qual indica servidor para a substituição de Gestor para as atividades gerenciais, técnicas e operacionais que compõem o processo de contratação.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 20 de Março de 2023, o servidor MAJ PM RG 47.868 AUGUSTO WAGNER DE MEDEIROS PEREIRA, em substituição ao MAJ PM RG 59.573 RENATO MARCELINO ID: 2401313-7, como Gestor dos instrumentos contratuais nº 106/2022, 107/2022, 108/2022, 084/2022, 125/2022 e 126/2022, 152/2022 e 164/2022; oriundos dos Processos Administrativos nº SEI-350169/000546/2021; SEI-350192/001529/2022; SEI-350192/001716/2022; SEI-350192/001715/2022; SEI-350192/002059/2022 e SEI-350169/003533/2022, firmados com as empresas ARDO DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA; CSX COMERCIAL EIRELI - EPP; SKYLAB COMERCIAL HOSPITALAR LTDA; JRB SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA; FORNECEDORA DE ÁGUA MINERAL OÁSIS DA SAUDE LTDA; GUARAI-LHA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA e REAL MIX COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO DE VENDAS EIRELI EPP .

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria de Licitações e Projetos - DLP a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;
XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Cabe à Diretoria de Orçamento - DOR ou à Diretoria de Finanças - DF o controle de recebimento de notas, sendo responsáveis por:
I - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, a partir da informação enviada pelos setores responsáveis pelo pagamento;

II - confrontar o preço total e as quantidades constantes em Nota Fiscal, ou outro documento orientador do pagamento, com o valor nominal máximo estabelecido no contrato;

III - realizar auditorias de consistência entre os dados das notas fiscais, ou outro documento orientador de pagamento, com os comprovantes de realização do serviço, sempre que solicitado pelo gestor do contrato ou quanto identificar alguma incongruência nos dados que justifique conferência detalhada, não eximindo a responsabilidade pelos procedimentos de atestação feitos pela comissão fiscal, responsável pelo recebimento de serviços e bens;

IV - receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com a nota fiscal, para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;

V - acusar, mensalmente, o não recebimento; o recebimento fora do prazo regulamentar; o recebimento sem os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação de despesas; falhas formais nos procedimentos de atestação (datas, carimbos, assinaturas, ofícios de remessa); valores faturados acima do limite máximo (valor nominal do contrato) de notas fiscais, ou outro documento orientador do pagamento, avisando ao respectivo responsável de tramitação e acompanhamento contratual para medidas de cobrança do envio;

VI - receber e registrar o valor das notas de empenho vinculadas à contratação, acompanhando o saldo de empenho até o limite legal.

Art. 4º - Caberá a DIRETORIA DE LICITAÇÕES E PROJETOS - DLP: a publicação dos atos em DOERJ, a realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir, e a prestação de esclarecimentos e orientações no bojo da gestão e fiscalização.

§1º - Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DLP deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

§2º - Em casos de objetos de grande complexidade ou especificidade, a cargo da DLP, a realização da Pesquisa de Mercado poderá ser auxiliada por órgão técnico da corporação, ou pela unidade a ser beneficiada, em casos objeto somente disponível em mercado local.

Art. 5º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencados no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 6º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art.7º - Fica estabelecido o correio eletrônico aquisicoes.dlp@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 8º - Enquanto não for publicada em DOERJ a substituição dos membros da comissão fiscal, ficam os servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2023	
LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES Secretário de Estado de Polícia Militar	Id: 2473309
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR	
DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 18/04/2023	
PROCESSO Nº SEI-350108/000786/2023 - Vistos e analisados os documentos que instruem a presente Sindicância (processo administrativo nº SEI-350108/000786/2023), conforme previsto no Decreto Esta-	

dual 41.880 de 25 de maio de 2009, foi apurado pela referida Comissão, que os últimos contratos de gases medicinais de nº. 260/2022 e 261/2022 estavam expirados e o processo ordinário de aquisição que proveria a manutenção do fornecimento, embora providenciado em tempo hábil, havia sido suspenso pelo TCE em razão de Representação e concessão de medida cautelar no bojo do Processo TCE/RJ nº. 105.141.8-2022, inviabilizando o seu seguimento por tempo indeterminado, haja vista a necessidade de instruções para saneamento de apontamentos daquela Douta Corte de Contas, **RECONHEÇO A DÍVIDA** em favor da empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA - Processo SEI-350108/000786/2023, no valor de R\$ 32.188,64 (trinta e dois mil cento e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos).

Id: 2473449
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 23/03/2023
PROCESSO Nº SEI-350108/000788/2023 - Vistos e analisados os documentos que instruem a presente Sindicância (processo administrativo SEI-350108/000788/2023), conforme previsto no Decreto Estadual 41.880 de 25 de maio de 2009, foi apurado pela referida Comissão, que os últimos contratos de gases medicinais de nº. 260/2022 e 261/2022 estavam expirados e o processo ordinário de aquisição que proveria a manutenção do fornecimento, embora providenciado em tempo hábil, havia sido suspenso pelo TCE em razão de Representação e concessão de medida cautelar no bojo do Processo TCE/RJ nº. 105.141.8-2022, inviabilizando o seu seguimento por tempo indeterminado, haja vista a necessidade de instruções para saneamento de apontamentos daquela Douta Corte de Contas, RECONHEÇO A DÍVIDA em favor da empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA - Processo SEI-350108/000788/2023, no valor de R\$ 211,20 (duzentos e onze reais e vinte centavos).
Id: 2473446
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 18/04/2023
PROCESSO Nº SEI-350109/000280/2023 - Vistos e analisados os documentos que instruem a presente Sindicância (Processo Administrativo nº SEI-350109/000280/2023), conforme previsto no Decreto Estadual 41.880 de 25 de maio de 2009, foi apurado pela referida Comissão, que os últimos contratos de gases medicinais de nº. 260/2022 e 261/2022 estavam expirados e o processo ordinário de aquisição que proveria a manutenção do fornecimento, embora providenciado em tempo hábil, havia sido suspenso pelo TCE em razão de Representação e concessão de medida cautelar no bojo do Processo TCE/RJ nº. 105.141.8-2022, inviabilizando o seu seguimento por tempo indeterminado, haja vista a necessidade de instruções para saneamento de apontamentos daquela Douta Corte de Contas, RECONHEÇO A DÍVIDA em favor da empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA - Processo nº SEI-350109/000280/2023, no valor de R\$ 406,80 (quatrocentos e seis reais e oitenta centavos).
Id: 2473450
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DESPACHOS DA ORDENADORA DE DESPESAS DE 19/04/2023
PROCESSO Nº SEI-080001/007331/2023 - AUTORIZO o empenho, a liquidação e o pagamento do pedido de ressarcimento referente ao processo judicial nº 0018045-12.2021.8.19.0002, no valor de R\$ 6.092,63 (seis mil noventa e dois reais e sessenta e três centavos), em favor da Secretaria Estadual de Saúde, em virtude do cumprimento de ordem judicial.
Id: 2473544
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS DE 20.04.2023
PROCESSO Nº SEI-350192/001022/2023 - AUTORIZO a despesa, de acordo com o que estabelece o § 1º, do Artigo 82, da Lei Estadual Nº 287/79, em favor da empresa: REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA, CNPJ: 38.073.038/0001-67), no valor total de R\$ 654.000,00 (seiscentos e cinquenta e quatro mil reais), referente a Aquisição de Ração Equina, para atender às necessidades do Regimento de Polícia Montada-RP-Mont da Secretaria de Estado de Polícia Militar. Pregão Eletrônico SRP nº 002/2023 e a consequente lavratura da Ata de Registro de Preço - ARP nº 0011/2023/510100-02.
Id: 2473336
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS DE 20.04.2023
PROCESSO Nº SEI-350192/002134/2022 - AUTORIZO a despesa, de acordo com o que estabelece o § 1º, do Artigo 82, da Lei Estadual Nº 287/79, em favor da empresa: REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA, CNPJ: 02.913.444/0016-20, no valor total de R\$ 38.700,00 (trinta e oito mil e setecentos reais) referente à Aquisição de Gasolina de Aviação-AVGAS para atender as necessidades da SEPM. Pregão Eletrônico SRP nº 052/2021 R1 e a consequente lavratura da Ata de Registro de Preço nº 0028/2022/510100-02.
Id: 2473317
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO DE 20.04.2023
*PROC. Nº SEI-350118/003145/2023 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira extraordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CGPM. *Omitido no D.O.de 24.04.2023.

Id: 2473399
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO DE 20.04.2023
*PROC. Nº SEI-350118/003145/2023 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira extraordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, à CGPM. *Omitido no D.O.de 24.04.2023.
Id: 2473453
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL
ATO DO SECRETÁRIO DE 20/04/2023
APOSENTA BIANCA MELÂNIA CASTRO VEIGA , identidade funcional nº 2.930.002-9, matrícula nº 809.518-4, Perito Papiloscopista, de 1ª classe, do Quadro Permanente, de acordo com o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005. Processo nº SEI-360040/000903/2023.
Id: 2473356
ATO DO SECRETÁRIO DE 24.03.2023
PROCESSO Nº SEI-360031/000049/2022 - INDEFIRO o requerimento do servidor RICARDO BARBOSA DE SOUZA, Delegado de Polícia de 1ª Classe, matrícula 870.690-5, Id nº 564616-2, por falta de amparo legal, com base na manifestação do SEPOL/DGGP/SEPROM de índice 47884702 e na manifestação da ASSEJUR de índice 48218848, cujos fundamentos ora acolho como razões de decidir.
Id: 2473484
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL
APOSTILA DO SECRETÁRIO DE 20/04/2023
ATO DE 16.01.2023 - PUBLICADO NO D.O. DE 24.01.2023 - Tendo em vista o que consta do Processo SEI-360004/000027/2023, FICA RETIFICADO o despacho que indeferiu o pedido de reconsideração nº 014077/1404/2022, interposto pelo servidor EDUARDO MAIA MOREIRA, Perito Legista aposentado, matrícula nº 806.497-4, no PAD 028/2020, Processo nº E-36/320/1771/2019, para atribuir efeito suspensivo ao Recurso Hierárquico remetido ao Exmo. Governador do Estado do Rio de Janeiro, com fundamento no artigo 58 da Lei nº 5.427, de 01 de abril de 2009.
Id: 2473354
SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA CIVIL
DESPACHOS DO SECRETÁRIO DE 14/03/2023
PROCESSO Nº SEI-360200/000009/2023 - INDEFIRO o requerimento do servidor RAFAEL BALTAR ABRAHÃO, Inspetor de Polícia - 5ª Classe, I.D. Funcional nº 43377777, por falta de amparo legal, com base na manifestação do Serviço de Direitos e Vantagens - SDV/DAP/DGGP, ÍNDICE (49913939) e na Promoção SEPOL/ASSEJUR de índice (50266861), cujos fundamentos ora acolho como razões de decidir.
PROCESSO Nº SEI-360200/000010/2023 - INDEFIRO o requerimento do servidor RAFAEL BALTAR ABRAHÃO, Inspetor de Polícia - 5ª Classe, I.D. Funcional nº 43377777, por falta de amparo legal, com base na manifestação do Serviço de Direitos e Vantagens - SDV/DAP/DGGP, (49712292) e na Promoção SEPOL/ASSEJUR, índice 50264966, cujos fundamentos ora acolho como razões de decidir.
Id: 2473260
SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA CIVIL
DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 19/04/2023
PROCESSO Nº SEI-360078/000021/2023 - DEFERE o requerimento formulado pelo servidor LEONARDO MOREIRA DIAS, Inspetor de Polícia, Id funcional nº 2.438.296-5, pleiteando o cancelamento de anotação de penalidade disciplinar, com base na manifestação do Serviço de Direitos e Vantagens - SDV/DAP/DGGP e na Promoção SEPOL/ASSEJUR Nº 232 JMCg, cujos fundamentos ora acolho como razões de decidir.
Id: 2473343

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL DEPARTAMENTO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATO DA DIRETORA-GERAL DE 20/04/2023

DESIGNA, conforme processo SEI-360068/000712/2020, os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Fiscalização de que trata o art. 67, caput, da Lei 8.666/93, bem como o art. 4º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016:

PROCESSO	CONTRATO	OBJETO	
SEI-360068/000712/2020	021/SEPOL/2023	Aquisição de EPIs e Insumos para o enfrentamento da COVID-19	DC DISTRIBUIDORA COMERCIAL DE DESCARTÁVEL E SERVIÇOS EIRELI EPP
SEI-360068/000712/2020	022/SEPOL/2023	Aquisição de EPIs e Insumos para o enfrentamento da COVID-19	DBV COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DO BRASIL LTDA
NOME	ID	CPF	FUNÇÃO
CAROLINA BOTTINO GRUSZKOWSKI FRATANI	5.009.991-4	057.906.577-45	Fiscal
LUIZ ROBERTO RIBEIRO	2.920.226-4	006.334.407-60	Fiscal
RENATO JOSÉ MOTTA FONTELES	4.212.123-0	244.137.981-04	Fiscal
ANDRÉA RODRIGUES GARCIA BARROSO	561.721-9	021.871.617-65	Fiscal
SANDRA RICHULINO DA SILVA	565.938-8	012.878.067-32	Gestor

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL
DEPARTAMENTO GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS
SERVIÇO DE PESSOAL DE INATIVOS E PENSIONISTAS

DESPACHOS DO CHEFE
DE 24/04/2023

PROCESSO SEI Nº 360021/003499/2021 - FIXADOS os proventos mensais de inatividade de FLÁVIO HENRIQUE PASSOS DE OLIVEIRA, identidade funcional nº 2.989.813-7, matrícula nº 852.860-6, Inspetor de Polícia de 2ª classe, com efeitos a contar de 12-04-2023: vencimento base atribuído ao cargo de Inspetor de Polícia de 2ª classe (Lei nº 3586/2001 e Lei nº 6833/2014), no valor de R\$ 2.471,14; 230% de Gratificação Atividade Periculosa (art. 4º da Lei 1591/1989 do Decreto 21.391/1995), no valor de R\$ 5.683,62; 35% de Triênio (Lei nº 1608/1990), no valor de R\$ 2.854,17; 25% GHP (Lei nº 3586/2001), no valor de R\$ 617,79.

PROCESSO SEI Nº 360187/000035/2023 - FIXADOS os proventos mensais de inatividade de CLOVIS SOUZA MOREIRA, identidade funcional nº 2.996.058-4, matrícula nº 113.974-0, Delegado de Polícia de 1ª classe, com efeitos a contar de 09-04-2023: vencimento base atribuído ao cargo de Delegado de Polícia de 1ª classe (Lei nº 3586/2001 e Lei nº 5764/2010), no valor de R\$ 7.133,67; Verba de Representação de Caráter Indenizatório (art. 6º da Lei 1206/1987), no valor de R\$ 15.123,38; 60% de Triênio (Lei nº 802/1965 e art. 7º do Decreto "N" nº 872/1967 e Parecer nº 02/78 da HSRs da PAG e Lei nº 1608/1990), no valor de R\$ 13.354,23; 100% GHP (Lei nº 3586/2001), no valor de R\$ 7.133,67.

PROCESSO SEI Nº 360040/000977/2023 - FIXADOS os proventos mensais de inatividade de MARCELO DE OLIVEIRA BARROS, identidade funcional nº 2.929.855-5, matrícula nº 809.564-8, Perito Papiloscopista de 1ª classe, com efeitos a contar de 13-04-2023: vencimento base atribuído ao cargo de Perito Papiloscopista de 1ª classe (Lei nº 3586/2001 e 6833/2014), no valor de R\$ 2.601,20; 230% de Gratificação por Atividade Periculosa (art. 4º da Lei nº 1591/1989 do Dec. 21391/1995), no valor de R\$ 5.982,76; 60% de Triênio (Lei nº 802/1965), no valor de R\$ 5.150,38; 100% GHP (Lei nº 3586/2001),

no valor de 2.601,20; Gratificação Atividade Técnica Científica (Lei nº 3586/2001), no valor de R\$ 2.601,20.

PROCESSO SEI Nº 360023/000242/2021 - FIXADOS os proventos mensais de inatividade de HENRIQUE JORGE COSTA DUARTE, identidade funcional nº 2.977.097-1, matrícula nº 265.553-8, Inspetor de Polícia classe Comissário de Polícia, com efeitos a contar de 13-04-2023: vencimento base atribuído ao cargo de Inspetor de Polícia classe Comissário de Polícia (Lei nº 3586/2001 e Lei nº 6833/2014), no valor de R\$ 2.861,32; 230% de Gratificação por Atividade Periculosa (art. 4º da Lei 1591/1989 do Decreto 21.391/1995), no valor de R\$ 6.581,04; 60% de Triênio (Lei nº 1608/1990), no valor de R\$ 7.382,21; 100% GHP (Lei nº 3586/2001), no valor de R\$ 2.861,32.

PROCESSO SEI Nº 360231/000031/2023 - FIXADOS os proventos mensais de inatividade de GILBERTO SOARES DA SILVA, identidade funcional nº 2.942.380-5, matrícula nº 265.984-5, Inspetor de Polícia classe Comissário de Polícia, com efeitos a contar de 13-04-2023: vencimento base atribuído ao cargo de Inspetor de Polícia classe Comissário de Polícia (Lei nº 3586/2001 e Lei nº 6833/2014), no valor de R\$ 2.861,32; 230% de Gratificação Atividade Periculosa (art. 4º da Lei 1591/1989 do Decreto 21.391/1995), no valor de R\$ 6.581,04; 60% de Triênio (Lei nº 1608/1990), no valor de R\$ 5.665,42; 100% GHP (Lei nº 3586/2001), no valor de R\$ 2.861,32.

PROCESSO SEI Nº 360261/000002/2023 - FIXADOS os proventos mensais de inatividade de SOLANGE DA COSTA MAGALHÃES, identidade funcional nº 4.251.166-6, matrícula nº 925.018-4, Auxiliar Policial Necropsia de 1ª classe, com efeitos a contar de 13-04-2023: vencimento base atribuído ao cargo de Auxiliar Policial Necropsia de 1ª classe (Lei nº 3586/2001 e Lei nº 6833/2014), no valor de R\$ 3.769,10; 230% de Gratificação Atividade Periculosa (art. 4º da Lei 1591/1989 do Decreto 21.391/1995), no valor de R\$ 3.769,10; 55% de Triênio (Lei nº 802/1965), no valor de R\$ 2.974,31; 100% GHP (Lei nº 3586/2001), no valor de R\$ 1.638,74.

PROCESSO SEI Nº 360140/000357/2022 - FIXADOS os proventos mensais de inatividade de CARLOS ROBERTO DE NIGRO, identidade funcional nº 2.985.026-6, matrícula nº 174.293.-1, Inspetor de Polícia

classe Comissário de Polícia, com efeitos a contar de 12-03-2023: vencimento base atribuído ao cargo de Inspetor de Polícia classe Comissário de Polícia (Lei nº 3586/2001 e Lei nº 6833/2014), no valor de R\$ 2.861,32; 230% de Gratificação Atividade Periculosa (art. 4º da Lei 1591/1989 do Decreto 21.391/1995), no valor de R\$ 6.581,04; 60% de Triênio (Lei nº 1608/1990), no valor de R\$ 5.665,42; 100% GHP (Lei nº 3586/2001), no valor de R\$ 2.861,32.

PROCESSO SEI Nº 360241/000005/2023 - FIXADOS os proventos mensais de inatividade de SEVERINO BERNARDO DA SILVA, identidade funcional nº 2.923.246-5, matrícula nº 263.582.-9, Inspetor de Polícia de 2ª classe, com efeitos a contar de 17-04-2023: vencimento base atribuído ao cargo de Inspetor de Polícia de 2ª classe (Lei nº 3586/2001 e Lei nº 6833/2014), no valor de R\$ 2.471,14; 230% de Gratificação Atividade Periculosa (art. 4º da Lei 1591/1989 do Decreto 21.391/1995), no valor de R\$ 5.683,62; 60% de Triênio (Lei nº 1608/1990), no valor de R\$ 4.892,86; 100% GHP (Lei nº 3586/2001), no valor de R\$ 2.471,14.

PROCESSO SEI Nº 360269/000027/2023 - FIXADOS os proventos mensais de inatividade de SIEL GOMES DE PAULA, identidade funcional nº 2.920.477-1, matrícula nº 196.035.-0, Auxiliar Policial Necropsia de 1ª classe, com efeitos a contar de 17-04-2023: vencimento base atribuído ao cargo de Auxiliar Policial Necropsia de 1ª classe (Lei nº 3586/2001 e Lei nº 6833/2014), no valor de R\$ 1.638,74; 230% de Gratificação Atividade Periculosa (art. 4º da Lei 1591/1989 do Decreto 21.391/1995), no valor de R\$ 3.769,10; 60% de Triênio (Lei nº 802/1965), no valor de R\$ 3.244,70; 100% GHP (Lei nº 3586/2001), no valor de R\$ 1.638,74.

PROCESSO SEI Nº 360040/001107/2023 - FIXADOS os proventos mensais de inatividade de ANTONIO LUZO DE OLIVEIRA NETO, identidade funcional nº 2.991.316-0, matrícula nº 809.539.-0, Perito Papiloscopista de 1ª classe, com efeitos a contar de 19-04-2023: vencimento base atribuído ao cargo de Perito Papiloscopista de 1ª classe (Lei nº 3586/2001 e Lei nº 6833/2014), no valor de R\$ 2.601,20; 230% de Gratificação Atividade Periculosa (art. 4º da Lei 1591/1989 do Decreto 21.391/1995), no valor de R\$ 5.982,76; 55% de Triênio (Lei nº 802/1965), no valor de R\$ 4.721,18; 100% GHP (Lei nº 3586/2001), no valor de R\$ 2.601,20; Gratificação Atividade Técnica Científica (Lei nº 3586/2001), no valor de R\$ 2.601,20.

Id: 2473507

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL
DEPARTAMENTO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ATO DA DIRETORA-GERAL
DE 19/04/2023

DESIGNA, conforme processo SEI-360343/000023/2023, os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Fiscalização de que trata o art. 67, caput, da Lei 8.666/93, bem como o art. 4º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016:

PROCESSO	CONTRATO	OBJETO	
SEI-360343/000023/2023	023/SEPOL/2023	aquisição de insumos essenciais para a perícia médico-legal, necropsia e exames clínicos em vivos no âmbito da SEPOL, na forma do Termo de Referência.	FASTLABOR COMERCIAL EIRELI-EPP
NOME	ID	CPF	FUNÇÃO
DIEGO RISSI CARVALHOSA	5.010012-2	09862287705	Fiscal
LUCIANO SEGNE FERREIRA SILVA	5.035.439-6	03740813792	Fiscal
MARGARETE PATENA MENDONÇA VIEIRA	4.218.437-1	05515006704	Fiscal
RAQUEL GREICE DE SOUZA MAROTTA ALFAIA	5.037.591-1	05616452726	Fiscal Substituta
LUCIENE DE AMARAL A. DIAS	2.965.603-6	03387393784	Fiscal Substituta
ALEXANDRE AZEVEDO DOS SANTOS	565.012-7	03756906701	Gestor

Id: 2473353

DEPARTAMENTO GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS
SERVIÇO DE DIREITOS E VANTAGENS

DESPACHOS DO CHEFE
DE 10/04/2023

PROC. Nº SEI-360048/000127/2023 - ALBERTO FARIAS DA CUNHA JUNIOR - INSPETOR DE POLÍCIA - ID 5712165 - COORDENADORIA DE RECURSOS ESPECIAIS - período - base: 17/02/2018 a 15/02/2023 - 03 meses.

PROC. Nº SEI-360214/000015/2023 - RENATA SOARES GUARACIABA - OFICIAL DE CARTÓRIO - ID 44031580 - 132ª DELEGACIA DE POLÍCIA - ARRAIAL DO CABO - período - base: 22/03/2016 a 20/03/2021- 03 meses.

CONCEDO A LICENÇA-PRÊMIO.

DE 11/04/2023

PROC. Nº SEI-360050/000015/2023 - ANTONIO CARLOS GARCIA SIQUEIRA - INVESTIGADOR POLICIAL - ID 5707668 - ACADEMIA ESTADUAL DE POLÍCIA SYLVIO TERRA - período - base: 02/01/2018 a 31/12/2022- 03 meses. **CONCEDO A LICENÇA-PRÊMIO.**

DE 14/04/2023

PROC. Nº SEI-360046/000020/2023 -CLAUDINEI DE ALMEIDA LOPES- INSPETOR DE POLÍCIA - ID 5711860 - 024ª DELEGACIA DE POLÍCIA- PIEDADE - período - base: 16/02/2018 a 14/02/2023- 03 meses

PROC. Nº SEI-360064/000026/2023 - VILMAR LEANDRO DIAS FERREIRA - INSPETOR DE POLÍCIA - ID 5713889 - DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À MULHER - SÃO GONÇALO - período - base: 22/02/2018 a 20/02/2023- 03 meses

PROC. Nº SEI-360264/000052/2023 - LIDIANE OLIVEIRA DE SANT'ANNA - PERITO LEGISTA - ID 5708940 - POSTO REGIONAL DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DE DUQUE DE CAXIAS - período - base: 14/02/2018 a 12/02/2023 - 03 meses

CONCEDO A LICENÇA-PRÊMIO.

DE 17/04/2023

PROC. Nº SEI-360312/000022/2023 - ANTONIO COUBE BARROSO JUNIOR - INSPETOR DE POLÍCIA - ID 29503256 - DELEGACIA DE ACERVO CARTORÁRIO - CAPITAL- período - base: 26/10/2014 a 24/10/2019- 03 meses

PROC. Nº SEI-360046/000030/2023 - ANNA CAROLINA PIMENTA RAPOSO - INVESTIGADOR POLICIAL - ID 43649122 - 024ª DELEGACIA DE POLÍCIA - PIEDADE - período - base: 28/12/2017 a 10/01/2023- 03 meses

PROC. Nº SEI-360121/000042/2023 - VANESSA COMBAT TASSI - INSPETOR DE POLÍCIA - ID 43718876 - 151ª DELEGACIA DE POLÍCIA - NOVA FRIBURGO - período - base: 13/08/2016 a 11/08/2021- 03 meses

PROC. Nº SEI-360046/000022/2023 - MILTON GERMANO DE OLIVEIRA JÚNIOR - INSPETOR DE POLÍCIA - ID 5710944 - 024ª DELEGACIA DE POLÍCIA - PIEDADE - período - base: 14/02/2018 a 11/02/2023- 03 meses

PROC. Nº SEI-360273/000007/2023 - MAYRON LAGE ANDRADE - OFICIAL DE CARTÓRIO - ID 43858759 - POSTO REGIONAL DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA - período - base: 28/06/2015 a 12/07/2020- 03 meses

CONCEDO A LICENÇA-PRÊMIO.

DE 20/04/2023

PROC. Nº SEI-360293/000109/2023 - THIAGO ALEXANDRE BARROS DA SILVA - INSPETOR DE POLÍCIA - ID 5710383 - DEPARTAMENTO GERAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO, AO CRIME ORGANIZADO E À LAVAGEM DE DINHEIRO - período - base: 11/03/2018 a 09/03/2023- 03 meses

PROC. Nº SEI-360070/000088/2023 - ALESSANDRE FLORIDO DE AZEVEDO - INSPETOR DE POLÍCIA - ID 41383958 - DELEGACIA DE HOMICÍDIOS DE NITERÓI E SÃO GONÇALO - período - base: 15/02/2018 a 13/02/2023- 03 meses

PROC. Nº SEI-360193/000030/2023 - FLAVIO JOSE RODRIGUES - INSPETOR DE POLÍCIA - ID 41378547 - 093ª DELEGACIA DE POLÍCIA - VOLTA REDONDA - período - base: 29/03/2017 a 27/03/2022 - 03 meses

CONCEDO A LICENÇA-PRÊMIO.

Id: 2473457

DEPARTAMENTO GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS
SERVIÇO DE DIREITOS E VANTAGENS

DESPACHOS DO CHEFE
DE 17/04/2023

PROC. Nº SEI 360101/000014/2023 - **AUTORIZO** a alteração do nome da servidora para CAROLINA SOARES BARBOSA, ID FUNCIONAL nº 50213474, face averbação de Divórcio Judicial.

PROC. Nº SEI 360007/000188/2023 - **CONCEDO** à LILIANE DE ARRUDA SOUZA, Perito Papiloscopista, ID. Funcional: nº50984225 - o 1º Período de Licença Aleitamento, compreendendo, período de: 28/02/2023 a 29/03/2023.

PROC. Nº SEI 360039/001135/2023 - **CONCEDO** à MARIANA MAYER SARTORI, Inspetor de Polícia, ID. Funcional: nº50215671 - o 2º Período de Licença Aleitamento, compreendendo, período de: 24/03/2023 a 22/04/2023.

PROC. Nº SEI 360305/000016/2023 - **CONCEDO** à LUCIANA SOARES VIANA, Inspetor de Polícia, ID. Funcional: nº43730159 - o 1º Período de Licença Aleitamento, compreendendo, período de: 03/01/2023 a 01/02/2023.

PROC. Nº SEI 360305/000016/2023 - **CONCEDO** à LUCIANA SOARES VIANA, Inspetor de Polícia, ID. Funcional: nº43730159 - o 2º Período de Licença Aleitamento, compreendendo, período de: 02/02/2023 a 03/03/2023.

PROC. Nº SEI 360305/000016/2023 - **CONCEDO** à LUCIANA SOARES VIANA, Inspetor de Polícia, ID. Funcional: nº43730159 - o 3º Período de Licença Aleitamento, compreendendo, período de: 04/03/2023 a 02/04/2023.

DE 20/04/2023

PROC. Nº SEI 360305/0000162023 - **CONCEDO** à LUCIANA SOARES VIANA, Inspetor de Polícia, ID. Funcional: nº 43730159 - LICENÇA MATERNIDADE pelo período de 180 dias (cento e oitenta) compreendendo de 07/07/2022 a 02/01/2023

PROC. Nº SEI 360273/000013/2023 - **CONCEDO** a MAYRON LAGE ANDRADE, Oficial de Cartório, ID. Funcional: nº 4385879- LICENÇA PATERNIDADE pelo período de 30 dias (trinta) compreendendo de 10/03/2023 a 08/04/2023

PROC. Nº SEI 360105/000012/2023 - **CONCEDO** a LUIZ ANTONIO DE MAGALHÃES BASTOS, Investigador Policial, ID. Funcional: nº 43648886- LICENÇA PATERNIDADE pelo período de 30 dias (trinta) compreendendo de 06/03/2023 a 04/04/2023

Id: 2473471

DEPARTAMENTO GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS
SERVIÇO DE DIREITOS E VANTAGENS

DESPACHOS DO CHEFE
DE 20/04/2023

PROC. Nº SEI-360023/000391/2023 - CÁTIA MARQUES VIEIRA, Oficial de Cartório Policial, ID Funcional nº. 2.918.056-2 - período base: 01/09/2009 a 30/08/2014, 03 meses.

PROC. Nº SEI-360320/000468/2023 - MARCELO TEIXEIRA HENRIQUES, Inspetor de Polícia, ID Funcional nº. 4.138.379-6 - período base: 08/02/2018 a 06/02/2023, 03 meses.

PROC. Nº SEI-360248/000041/2023 - MILENA DA SILVA PEREIRA, Inspetor de Polícia, ID Funcional nº. 571.093-6 - período base: 13/02/2018 a 11/02/2020, 03 meses.

CONCEDO as licenças-prêmios.

Id: 2473391

DEPARTAMENTO GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS
SERVIÇO DE DIREITOS E VANTAGENS

DESPACHOS DO CHEFE
DE 24/04/2023

PROC. Nº SEI-360004/000215/2023 - CESAR ROMANO DA SILVA, Inspetor de Polícia, ID Funcional nº. 4.138.396-6 - período base: 16/02/2018 a 14/02/2023, 03 meses.

PROC. Nº SEI-360004/000205/2023 - JORGE LUIZ MENEZES FERNANDES, Inspetor de Polícia, ID Funcional nº. 565.526-9 - período base: 29/03/2017 a 27/03/2022, 03 meses.

PROC. Nº SEI-360250/000018/2023 - LEONARDO DE LIMA MACHADO, Inspetor de Polícia, ID Funcional nº. 571.349-8 - período base: 07/03/2018 a 20/03/2023, 03 meses.

PROC. Nº SEI-360068/000438/2023 - MAURO SERGIO DA CONCEIÇÃO VIANA, Inspetor de Polícia, ID Funcional nº. 4.138.399-0 - período base: 17/03/2018 a 15/03/2023, 03 meses.

CONCEDO as licenças-prêmios.

Id: 2473488

Secretaria de Estado de
Administração Penitenciária

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

ATOS DA SECRETÁRIA
DE 17.04.2023

EXONERAR GLADYS DE OLIVEIRA BRAZ, ID Funcional nº 51125471, com validade a contar de 02 de fevereiro de 2023, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-7, da Coordenação de Contratos, da Superintendência de Contratos e Convênios, da Subsecretaria de Administração, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Processo nº SEI-210098/000130/2023.

EXONERAR SUEDENI SANTANA DE OLIVEIRA, ID Funcional nº 51303698, com validade a contar de 02 de fevereiro de 2023, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-6, da Superintendência De Contratos e Convênios, da Subsecretaria de Administração, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Processo nº SEI-210098/000130/2023.

NOMEAR GLADYS DE OLIVEIRA BRAZ, ID Funcional nº 51125471, para exercer com validade a contar de 02 de fevereiro de 2023, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-6, da Superintendência De Contratos e Convênios, da Subsecretaria de Administração, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, sem aumento de despesas, em substituição de Suedeni Santana de Oliveira, ID Funcional nº 51303698. Processo nº SEI-210098/000130/2023.

NOMEAR SUEDENI SANTANA DE OLIVEIRA, ID Funcional nº 51303698, para exercer com validade a contar de 02 de fevereiro de 2023, o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-7, da Coordenação de Contratos, da Superintendência de Contratos e Convênios, da Subsecretaria de Administração, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, sem aumento de despesas, em substituição de Gladys de Oliveira Braz, ID Funcional nº 51125471. Processo nº SEI-210098/000130/2023.

Id: 2473203

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

ATO DA SECRETÁRIA
DE 20.04.2023

DESIGNAR o servidor **FÁBIO APPARECIDO CATALÃO**, ID. Funcional 5009944-2, para atuar como titular da Assessoria Setorial de Planejamento e Orçamento - ASPLO, setor esse que corresponde à Coordenação de Planejamento e Orçamento na atual estrutura organizacional da SEAP publicada por meio do Decreto nº 48.279, de 19/12/2022.

Id: 2473355

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SUBSECRETARIA DE GESTÃO OPERACIONAL
PRESÍDIO PEDRO MELO DA SILVA

ATO DO DIRETOR
DE 12.04.2023

DESIGNA, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **BRÁULIO DA SILVA FARIA**, ID 50211943. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210047/000445/2023.

Id: 2473586

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SUBSECRETARIA DE GESTÃO OPERACIONAL
CADEIA PÚBLICA HÉLIO GOMES
ATO DO DIRETOR
DE 03.04.2023

DESIGNA, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **ALEXSANDRO SILVA BUROCK**, ID. 42692959. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, para conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI 210051/000217/2023.

CADEIA PÚBLICA JUIZA DE DIREITO PATRÍCIA ACIOLI

ATO DO DIRETOR
DE 31.03.2023

DESIGNA, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **LUIS CARLOS GANDRA**, ID. 50997254. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para conclusão dos trabalhos. Processo n.º SEI 210090/000311/2023.

Id: 2473591

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SUBSECRETARIA DE GESTÃO OPERACIONAL
PRESÍDIO GABRIEL FERREIRA CASTILHO

ATO DO DIRETOR
DE 03.04.2023

DESIGNA, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **RAFAEL MEDEIROS DE SANT'ANNA**, ID 50011804. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210018/00195/2023.

INSTITUTO PENAL PLÁCIDO DE SÁ CARVALHO

ATO DO DIRETOR
DE 11.04.2023

DESIGNA, como sindicante, a Inspetora de Polícia Penal **ANA GABRIELA ROSA MAIA**, ID 41962060. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210020/000614/2023.

CADEIA PÚBLICA JORGE SANTANA

ATOS DO DIRETOR
DE 03.04.2023

DESIGNA, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **MARCELO FERNANDES DA SILVA**, ID 42588561. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210030/000225/2023.

DESIGNA, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **MARCELO FERNANDES DA SILVA**, ID 42588561. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210030/000226/2023.

PENITENCIÁRIA BANDEIRA STAMPA

ATO DO DIRETOR
DE 03.04.2023

DESIGNA, como sindicante, a Inspetora de Polícia Penal **CAMILLA SABINO CARDOSO**, ID 50105680. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210049/000348/2023.

CADEIA PÚBLICA JORGE SANTANA

ATOS DO DIRETOR
DE 03.04.2023

DESIGNA, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **MARCELO FERNANDES DA SILVA**, ID 42588561. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210030/000225/2023.

DESIGNA, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **MARCELO FERNANDES DA SILVA**, ID 42588561. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210030/000225/2023.

Id: 2473592

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHOS DO DIRETOR GERAL
DE 24.04.2023

PROCESSO Nº SEI-210119/000047/2023 - Resultado da Apuração de Responsabilidade que teve por finalidade esclarecer a existência de despesas de exercicios anteriores (DEA) junto à empresa SERVITEC RJ ELEVADORES, a empresa em questão era a responsável pela manutenção dos elevadores (nas áreas de engenharia elétrica, eletrônica e mecânica), preventiva e corretiva, nas instalações da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, Edifício D. Pedro II - Central do Brasil, no âmbito da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Nota fiscal nº14, emitida em 31/07/2020 no valor de R\$28.000,00 (vinte e oito mil reais), todas as notas fiscais foram apresentadas no processo SEI-210036/000496/2020, devidamente atestadas por dois servidores, mostrando com isso que o serviço foi prestado. Portanto, **SE CONCLUIU** "que não foi comprovada irregularidade que possa ser atribuída a quaisquer servidores desta pasta".

PROCESSO Nº SEI-210036/000496/2020 - Resultado da Apuração de Responsabilidade que teve por finalidade esclarecer a existência de ao Termo de Ajuste de Contas (TAC) junto à empresa junto à empresa SERVITEC RJ ELEVADORES, pela prestação de serviços continuados de assistência técnica para manutenção dos elevadores (nas áreas de engenharia elétrica, eletrônica e mecânica), preventiva e corretiva, nas instalações da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, Edifício D. Pedro II - Central do Brasil, sem cobertura contratual SEI-21/045/003364/2019, Nota fiscal nº14, emitida em 31/07/2020 no valor de R\$28.000,00 (vinte e oito mil reais). Portanto, **SE CONCLUIU** "que não foi comprovada irregularidade que possa ser atribuída a quaisquer servidores desta pasta".

Id: 2473578

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SUBSECRETARIA DE GESTÃO OPERACIONAL
CADEIA PÚBLICA JORGE SANTANA

DESPACHO DO DIRETOR
DE 17.03.2023

PROCESSO Nº SEI-210030/000061/2023 - ARQUIVE-SE.

Id: 2473588

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SUBSECRETARIA DE GESTÃO OPERACIONAL
CADEIA PÚBLICA COTIN NETO

DESPACHO DO DIRETOR
DE 23.03.2023

PROCESSO Nº SEI-210016/000175/2023 - ARQUIVE-SE.

Id: 2473587

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
CORREGEDORIA GERAL

ATO DA CORREGEDORA
DE 30.03.2023

APLICAR a pena de repreensão ao Inspetor de Polícia Penal **LEONARDO DIOGO DE SOUZA**, ID 50128035, por incorrer na transgressão disciplinar descrita no Art. 285, VI, 286, I do Decreto 2479/79, bem como o Art. 26, XXXV, combinado com 18, III, ambos do Decreto nº 40.013/2006, conforme consta dos autos do procedimento de Sindicância Sumária nº SEI 210006/003178/2022.

Id: 2473590

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
CORREGEDORIA GERAL

ATO DA CORREGEDORA
DE 20.04.2023

APLICAR a pena de suspensão de 30 (trinta) dias, ao Inspetor de Polícia Penal **FERNANDO DA SILVA MOTTA**, ID 50827448, por incorrer na transgressão disciplinar descrita no Art. 18, III e Art. 26, XXIV e XXXV do Decreto nº 40.013/2006, conforme consta dos autos do procedimento de Sindicância Sumária nº SEI 210006/002636/2022.

Id: 2473589

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
FUNDAÇÃO SANTA CABRINI

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA FSC Nº 441 DE 20 DE ABRIL DE 2023

CRIA E DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A COORDENAÇÃO GERAL DE CONVÊNIOS E A GERÊNCIA EXECUTIVA DE CONVÊNIOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CABRINI, no uso de suas atribuições legais tendo em vista o que consta o processo administrativo SEI-210123/001082/2023, e o disposto no Decreto Estadual nº 44.879/2014 art. 20 e 21.

RESOLVE:

Art. 1º - Criar no âmbito da Fundação Santa Cabrini, a Coordenação Geral de Convênios e a Gerência Executiva de Convênios.

Art. 2º - Designar os seguintes servidores para atuar como: Coordenador Geral de Convênios: Michel Marins dos Santos, Id. Funcional nº 5138200-8; e Gerente Executiva de Convênio: Edelvira Rocha Gonçalves Varella e Silva, Id. Funcional nº 4283012-5.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando às disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2023

ALEX SANTOS DE OLIVEIRA
Presidente da Fundação Santa Cabrini

Id: 2473349

Secretaria de Estado de Defesa Civil

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 20.04.2023

PROCESSO Nº SEI-270060/000228/2023 - RECONHEÇO A DÍVIDA
no valor total de R\$ 12.490,74 (doze mil, quatrocentos e noventa

ENTIDADE	ABRIL	MAIO	JUNHO	VALOR TOTAL
Hospital Universitário Pedro Ernesto	R\$ 8.874.547,32	R\$ 8.874.547,32	R\$ 8.874.547,32	R\$ 26.623.641,96
Policlínica Piquet Carneiro	R\$ 551.001,89	R\$ 551.001,89	R\$ 551.001,89	R\$ 1.653.005,67

Art. 2º - As descentralizações serão efetivadas de acordo e dentro dos limites estabelecidos no decreto de execução orçamentária e financeira.

Art. 3º - Para o recebimento dos recursos previstos na presente Resolução, faz-se necessário que o Hospital Universitário Pedro Ernesto - HUPE e a Policlínica Piquet Carneiro - PPC apresente o faturamento integral dos procedimentos realizados nos sistemas de informação oficiais do SUS: Sistema de Informação Ambulatorial e Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado

Art. 4º - O executante deverá encaminhar trimestralmente relatório de acompanhamento e avaliação físico - financeira ao órgão concedente, além da prestação de contas final do total dos valores recebidos, por meio de apresentação de relatório de cumprimento do objeto.

Art. 5º - O executante se obriga a cumprir integralmente a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei Estadual n.º 287/79 e a Instrução Normativa AGE nº 24 de 10 de setembro de 2013, publicada no D.O. de 12 de setembro de 2013, que estabelece normas de organização e apresentação das prestações de contas de descentralização de créditos orçamentários no âmbito do Poder Executivo Estadual, com as alterações produzidas pelas Instruções Normativas AGE nº 25 de 31 de janeiro de 2014, publicada no D.O. de 04 de fevereiro de 2014 e AGE nº 27 de 14 de abril de 2014, publicada no D.O. de 15 de abril de 2014.

Art. 6º - Os créditos orçamentários descentralizados não utilizados pelo executante serão devolvidos à concedente.

Art. 7º - Os bens, materiais ou imateriais, adquiridos ou produzidos à conta dos créditos recebidos, integrarão o patrimônio do órgão concedente - qual seja, esta SES/RJ.

Art. 8º - Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de abril de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2023

LUIZ ANTONIO DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR
Secretário de Estado de Saúde

MARIO SERGIO ALVES CARNEIRO
Reitor da UERJ

Id: 2473505

reais e setenta e quatro centavos), em favor da empresa SERVIOES-TE RIO DE JANEIRO LTDA., CNPJ 14.470.588/0001-51, que tem por objeto a contratação de empresa especializada, credenciada e licenciada pelos órgãos competentes, no serviço de coleta externa, tratamento (conforme a natureza e características do resíduo), transporte e disposição final dos resíduos decorrentes das atividades de saúde, no mês de dezembro de 2022, na forma do disposto no Capítulo VI do Decreto nº 41.880, de 25.05.2009, alterado pelos Decretos nº 45.478, de 03.12.2015, e nº 45.230, de 24.04.2015.

Id: 2473314

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

ATOS DO DIRETOR-GERAL
DE 19.04.2023

TRANSFERE para a Reserva Remunerada, a pedido, a contar de 31 de março de 2023, o Subtenente Bombeiro Militar Q09/97 - **SERGIO ROBERTO GOMES SOARES**, RG 20.066 CBMERJ, Id Funcional 0025925849, CPF 455155061-20, de acordo com o art. 98 da Lei Estadual nº 880, de 25 de julho de 1985 e o art. 41 da Lei Estadual nº 9.537 de 29 de dezembro de 2021, com a remuneração a que fizer jus, tendo em vista o que consta no Processo nº SEI-270087/000276/2023.

TRANSFERE para a Reserva Remunerada, a pedido, a contar de 31 de março de 2023, o Subtenente Bombeiro Militar Q00/97 - **LUIS FELIPE DE OLIVEIRA SANTOS**, RG 20.318 CBMERJ, Id Funcional 0026823829, CPF 993938247-20, de acordo com o art. 98 da Lei Estadual nº 880, de 25 de julho de 1985 e o art. 41 da Lei Estadual nº 9.537 de 29 de dezembro de 2021, com a remuneração a que fizer jus, tendo em vista o que consta no Processo nº SEI-270094/000494/2023.

TRANSFERE para a Reserva Remunerada, a pedido, a contar de 31 de março de 2023, o Subtenente Bombeiro Militar Q00/98 - **CLAYTON FARIAS DE ARAUJO**, RG 23.542 CBMERJ, Id Funcional 0026389436, CPF 038053717-64, de acordo com o art. 98 da Lei Estadual nº 880, de 25 de julho de 1985 e o art. 41 da Lei Estadual nº 9.537 de 29 de dezembro de 2021, com a remuneração a que fizer jus, tendo em vista o que consta no Processo nº SEI-2700094/000102/2023.

Id: 2473216

Secretaria de Estado de Saúde

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

ATO DO SECRETÁRIO E DO REITOR

RESOLUÇÃO CONJUNTA SES/UERJ Nº 1.126
DE 20 DE ABRIL DE 2023

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO
ORÇAMENTÁRIO NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E O REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no processo SEI-080001/001164/2023, de acordo com as Leis Estaduais nº 9.969, de 12 de janeiro de 2023 (Revisão do PPA 2020-2023); Lei nº 9.808, de 22 de julho de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2023 (LDO); Lei nº 9.970 de janeiro de 2023, que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2023 e com os Decretos Estaduais nº 48.359, de 07 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a programação e execução orçamentária financeira e contábil para o exercício de 2023 e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a Descentralização da Execução de Créditos Orçamentários.

RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário na forma a seguir especificada:

I - OBJETO: Repasse de recursos fonte federal remanejado para custeio de procedimentos de média e alta complexidade do Hospital Universitário Pedro Ernesto e da Policlínica Piquet Carneiro, incluindo recursos aportados por habilitações e incentivo a contratualização, de abril a junho de 2023.

II - VIGÊNCIA: Início: 01/04/2023 Término: 30/06/2023.

III - DE/Concedente: Órgão 29 - Secretaria de Estado de Saúde - SES
UO 2961 - Fundo Estadual de Saúde - FES
UG 296100 - Fundo Estadual de Saúde - FES
IV - PARA/Executante: Órgão 40 - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação.
UO 4043 - Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
UG 404300 - Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.
V - CRÉDITO:
PT: 2961.10.302.0454.2727 - Apoio a Entes para Ações de Saúde
ND 3390 Fonte 225 Valor: **R\$ 28.276.647,63**

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
DE 18/04/2023

PROCESSO Nº SEI-080017/005058/2020 - HOMOLOGO, por estar em conformidade com a legislação em vigor e com o edital, a licitação por Pregão Eletrônico nº 059/23, para aquisição do suplemento alimentar em pó NUTREN SENIOR® (item 01), em favor da empresa NUTRIC NUTRICIONAL COMÉRCIO LTDA, perfazendo o valor total de R\$ 307.366,02 (trezentos e sete mil trezentos e sessenta e seis reais e dois centavos), conforme preceitua o art. 43, VI, da Lei 8.666/93.

Id: 2473501

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
DE 19/04/2023

PROCESSO Nº SEI-08/017/001026/2019 - HOMOLOGO, por estar em conformidade com a legislação em vigor e com o edital, a licitação por Pregão Eletrônico nº 064/23, para aquisição do medicamento EVOLOCUMABE 140 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL SERINGA PRE-ENCHIDA 1 ML (item 01), em favor da empresa MEDFUTURA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE SAÚDE LTDA, perfazendo o valor total de R\$ 214.938,73 (duzentos e quatorze mil novecentos e trinta e oito reais e setenta e três centavos), conforme preceitua o art. 43, VI, da Lei 8.666/93.

Id: 2473503

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
DE 24/04/2023

PROCESSO Nº SEI-080001/003359/2020 - HOMOLOGO, por estar em conformidade com a legislação em vigor e com o edital, a lici-

tação por Pregão Eletrônico nº 013/23, para aquisição dos medicamentos CLARITROMICINA 500 MG COMPRIMIDO (item 01), em favor da empresa LEMAN MEDICAMENTOS E CIA LTDA, e CLINDAMICINA CLORIDRATO 300 MG CÁPSULA (item 02), em favor da empresa MEDKA HOSPITALAR EIRELI, perfazendo o valor total de R\$ 20.880,11 (vinte mil oitocentos e oitenta reais e onze centavos), conforme preceitua o art. 43, VI, da Lei 8.666/93.

Id: 2473500

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
DE 19/04/2023

PROCESSO Nº SEI-080001/006783/2022 - HOMOLOGO, por estar em conformidade com a legislação em vigor e com o edital, a licitação por Pregão Eletrônico nº 026/23, para aquisição do medicamento TIAMINA CLORIDRATO (VITAMINA "B1") 300 MG COMPRIMIDO (item 01), em favor da empresa ESSENCIAL RIO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, perfazendo o valor total de R\$ 5.628,00 (cinco mil seiscentos e vinte e oito reais), conforme preceitua o art. 43, VI, da Lei 8.666/93. Restaram Fracasados os itens 02 e 03.

Id: 2473502

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

APOSTILA DA SUPERINTENDENTE
DE 20/04/2023

ATO DE 04/01/2021 - PUBLICADO NO D.O DE 04/01/2021 - Tendo em vista o que consta no processo nº SEI-080001/024790/2020, fica retificado os proventos mensais do servidor, JULIO CESAR DINIZ BATISTA Auxiliar Operacional de serviços de Saúde, matrícula 296066-4 ID 3026624-6 Classe "A", Última remuneração atribuído ao cargo, R\$ 898,36; média apurada 1.340,58; subtotal R\$ 898,36, para média remuneratória conforme § 3 do artigo 40 da C.F (redação dada pela E.C. nº 41/2003 c/c artigo 1º da Lei 10.887/04) a partir de 09/10/2020. Piso Regional Lei 7898/2018. Total 1.193,36.

Id: 2473496

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

APOSTILAS DA SUPERINTENDENTE
DE 20/04/2023

ATO DE 06/04/2018 - PUBLICADO NO D.O DE 03/05/2018 - TATIANE DE ALMEIDA SILVA, matrícula. nº 922.452-8, ID. nº 4216528-8, Auxiliar de Enfermagem, Classe "C" - **RETIFICANDO-SE** o despacho de 22/02/2019, publicado no D.O. de 22/03/2019, fica esclarecido que a inativa terá seus proventos mensais fixados, integralmente ao tempo de contribuição, nos termos do § 3º do artigo 40 da Constituição Fe-

deral (redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003) c/c o artigo 1º da Lei 10.887/2004, a partir de 03/05/2018, no valor de R\$ 1.193,36, assim discriminados: Última Remuneração - R\$ 869,50; Média Apurada - R\$ 989,06; Subtotal - R\$ 869,50 Total R\$ 1.193,36 (Parcela Única - Piso Regional/Lei nº 7898/2018) para atendimento à Instrução do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro contida no Ofício PRS/SSE/CGC nº 8065/2023, Processo TCE nº 100.560-5(nº de origem E-08/006/810/2016 tendo em vista a retificação da fundamentação da aposentadoria. Processo nº SEI-E-08/006/810/2016.

ATO DE 06/04/2018 - PUBLICADO NO D.O DE 03/05/2018 - Tendo em vista o que consta no processo nº SEI-08/006/810/2016, **FICA RETIFICADA** para artigo 40, § 1 º inciso I da Constituição Federal, a fundamentação do Ato de Aposentadoria da servidora TATIANE DE ALMEIDA SILVA matrícula 922.452-8, ID 4216528-8, tendo em vista a instrução do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no processo TCE/RJ nº 100.560-5/2023 (nº de origem E-08/006/810/2016), Ofício PRS/SSE/CGC nº 8065/2023, a quem se refere o presente Ato, mantidos os demais termos.

Id: 2473497

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
DE 19/04/2023

PROCESSO Nº SEI-080007/002669/2021 - ARNALCI ELIZA DOS SANTOS, Técnico de Enfermagem, Id. Funcional nº 30247047. **DEFIRO** a concessão da redução da carga horária para a servidora supracitada, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da data da publicação, tendo em vista o parecer da SES/SUPCPMSO.

PROCESSO Nº SEI E-08/605045/2006 - SEBASTIÃO DA CONCEIÇÃO BERTI, Auxiliar Operacional de Serviços de Saúde, Id Funcional nº 30230241 -Vínculo 01 - Matrícula nº 802009-1. **AUTORIZO** a contagem em dobro da licença especial não gozada, referente aos períodos base de 01/10/1988 a 29/09/1993 e 30/09/1993 a 28/09/1998 - 05 (cinco) meses correspondentes a 300 (trezentos) dias.

Id: 2473499

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA E ATENÇÃO PRIMÁRIA
À SAÚDE

ATO DA SUBSECRETÁRIA

PORTARIA SUBVAPS Nº 145 DE 17 DE ABRIL DE 2023

DETERMINA A INTERDIÇÃO, SUSPENDE A VENDA E USO DE PRODUTO ALIMENTÍCIO NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

A SUBSECRETÁRIA DE VIGILÂNCIA E ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo SEI-080001/007675/2023, e

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
DIVISÃO DE DIREITOS E VANTAGENS

DESPACHOS DO DIRETOR
DE 19/04/2023

CONCEDO 03 (três) meses de licença prêmio aos servidores, de acordo com os períodos-base discriminados abaixo:

PROCESSO	SERVIDOR	ID. FUNC.	CARGO	PERÍODO-BASE
SEI E-08/601518/2008	ADRIANA SOUSA SANTOS	30134358	ASSIST SOCIAL	07/12/2016 A 04/01/2022
SEI E-08/604154/2000	ALEXANDRE B PERCEGONI	30153743	MEDICO	11/12/2017 A 09/12/2022
SEI E-08/603945/2006	ALEXANDRE A ABRUNHOSA	30153670	FISIOTERAPEUTA	31/12/2016 A 13/01/2022
SEI E-08/605975/2011	ANDREA OLIVEIRA SILVA	42189268	AUX ENFERMAGEM	21/10/2016 A 03/11/2021
SEI E-08/008/100449/2018	ANDRE GOMES SILVA	30240328	TÉC LABORATORIO	26/07/2015 A 23/07/2020
SEI E-08/603153/2006	ANDRE L SILVA PAES	31152330	MEDICO	22/02/2015 A 20/02/2020
SEI E-08/602978/2004	EDSON M V ALVES JUNIOR	32338511/02	MEDICO	06/05/2013 A 24/06/2018
SEI E-08/606435/2010	ELIETE ESPIRITO SANTO CIRILO	42196957	AUX ENFERMAGEM	12/05/2016 A 10/05/2021
SEI E-08/607764/2010	JUCENIRA LIMA SILVA	42161606	AUX ENFERMAGEM	03/07/2015 A 30/06/2020
SEI E-08/600985/2005	LUIZA CRISTINA S PINHEIRO	30134650	MEDICO	11/10/2014 A 09/10/2019
SEI E-08/602816/2011	MADALENA ALMEIDA PEREIRA	31017479	AUX ENF	28/10/2016 A 06/11/2021
SEI E-08/600393/2004	MANOEL A G DOMINGUES	30153255	MEDICO	19/02/2018 A 17/02/2023
SEI E-08/602982/2008	MARIA GLORIA M P RIBEIRO	30212634	AUX ENFERMAGEM	04/12/2015 A 31/12/2020
SEI E-08/602310/1997	NIOMAR Q SIMOES	30149657	MEDICO	18/05/2017 A 16/05/2022
SEI E-08/603465/1995	SEBASTIANA S ROSA	5497370	AUX ENFERMAGEM	21/01/2018 A 19/01/20230

PROCESSO	SERVIDOR	ID. FUNC.	CARGO	PERÍODO-BASE
SEI E-08/003/3680/2013	ANA CLAUDIA COPOLILO	42143462	MEDICO	05/11/2016 A 03/11/2021
SEI E-08/603186/2007	BEATRICE FATIMA S. CARVALHO	30137667	NUTRICIONISTA	23/11/2016 A 21/11/2021
SEI E-08/607145/2007	CLAUDIA RODOPIANO M. MADEIRA	30909848	MEDICO	06/02/2018 A 04/02/2023
SEI E-08/602358/2007	DANIELE C. MACHARET	30136865	ENFERMEIRO	04/03/2017 A 16/03/2022
SEI E-08/605650/1994	EDSON M. VIEIRALVES JUNIOR	32338511	MEDICO	07/05/2013 A 26/05/2018
SEI E-08/601300/2004	JOSE RICARDO A. BRASIL	32281668	MEDICO	27/03/2015 A 24/03/2020
SEI E-08/600255/2002	JEFFERSON A. COE	30150353	MEDICO	18/11/2013 A 16/12/2018
SEI E-08/601291/2002	LAURA REGINA M. SANTOS	30152151	MEDICO	29/05/2017 A 27/05/2022
SEI E-08/601988/2001	Mª CRISTINA M. MATOS	30151538	MEDICO	25/06/2017 A 23/06/2022
SEI E-08/602105/1996	Mª CRISTINA B. RODRIGUES	19779046	ENFERMEIRO	30/11/2015 A 24/12/2020
SEI E-08/601183/2000	LUIZA SILVA S. MARIA	30266890	TEC ENFERMAGEM	14/09/2017 A 11/11/2022
SEI E-08/604199/2004	ROSA Mª AZEVEDO G. CASTRO	30144353	MEDICO	20/04/2015 A 16/07/2020
SEI E-08/606768/2007	SOLANGE S. PEREIRA	31369430	TEC ENFERMAGEM	20/06/2017 A 18/06/2022
SEI E-08/601884/2008	VIVIANE BRITO P. TAVARES	41377148	MEDICO	20/07/2017 A 18/07/2022

CONCEDO 06 (seis) meses de licença prêmio aos servidores, de acordo com os períodos-base discriminados abaixo:

PROCESSO	SERVIDOR	ID. FUNC.	CARGO	PERÍODO-BASE
SEI E-08/606259/2012	ANTONIO CARLOS RUSSANO	5639255	MEDICO	21/08/2012 A 19/08/2017 20/08/2017 A 18/08/2022
SEI E-08/601179/2010	DANIEL EL ACHKAR MENDES	41989538	TERAPEUTA OCUPACIONAL	17/11/2009 A 15/11/2014 16/11/2014 A 14/11/2019
SEI E-08/602974/2007	FRANCISCO TADEU S. SILVA	41377044	TEC EQUIP MED ODONTO	13/04/2012 A 11/04/2017 12/04/2017 A 10/04/2022
SEI E-08/008/113/2014	GIOVANNI J. GORINI	32329318	MEDICO	13/12/2009 A 09/02/2015 10/02/2015 A 08/02/2020
SEI E-08/003/5782/2013	LUCIO IOITI HOSHIMA	5640229	MEDICO	20/04/2011 A 17/04/2016 18/04/2016 A 16/04/2021
SEI E-08/600945/2008	Mª GRAÇAS SILVA PIRES	31267858	AUX ENFERMAGEM	13/02/2012 A 11/005/2017 12/05/2017 A 30/05/2022
SEI E-08/605135/2012	RITA DE CASSIA P. RIETRA	30474442	SANITARISTA	12/11/2011 A 09/11/2016 10/11/2016 A 08/11/2021
SEI E-08/10049/1988	YARA LUCIA N. MAGALHAES	30232945	AUX OPER SERV SAUDE	19/05/2012 A 30/06/2017 01/07/2017 A 29/06/2022

CONCEDO 09 (nove) meses de licença prêmio aos servidores, de acordo com os períodos base discriminados abaixo:

PROCESSO	SERVIDOR	ID. FUNC.	CARGO	PERÍODO-BASE
SEI-08/601914/2002	ANGELITA S. NASCIMENTO	31556744	NUTRICIONISTA	14/01/2005 A 12/01/2010 13/01/2010 A 11/01/2015 12/01/2015 A 10/01/2020
SEI E-08/601142/2004	HAROLDO T. MARINHO	32341474	MEDICO	05/07/2003 A 02/07/2008 03/07/2008 A 01/07/2013 02/07/2013 A 30/06/2018

CONCEDO 12 (doze) meses de licença prêmio a servidora, de acordo com os períodos-base discriminados abaixo:

PROCESSO	SERVIDOR	ID. FUNC.	CARGO	PERÍODO-BASE
SEI E-080001/007945/2023	JANAINA M. F. MOLINO	31511953	ASSIST ADMIN SAUDE	22/01/2002 A 20/01/2007 21/01/2007 A 19/01/2012 20/01/2012 A 16/02/2017 17/02/2017 A 15/02/2022

Id: 2473498

CONSIDERANDO:

- as disposições do Artigo 10 da Lei nº 6.437 de 20/08/1977, publicada no D O U de 24/08/1977;

- o Laudo de Análise nº 187.1P.0/2023, emitido pelo Laboratório Central Noel Nutels, referente à análise fiscal da amostra coletada pela SMS Rio das Flores - Vigilância Sanitária Municipal, do lote 1102, 01 unidade contendo 500 G do produto, data de fabricação 13/03/2023, data de validade 13/06/2023, do produto CAFÉ, da marca GLÓRIA DA BARRA, produzido por CAFÉ GLÓRIA DA BARRA LTDA, CNPJ: 28.569.275/0001-60, localizada na Rua Angélica, nº 215/237 - Barra do Pirai - Rio de Janeiro - RJ, por apresentar a amostra analisada resultado insatisfatório quanto ao ensaio de Pesquisa de Matérias Estranhas indicativas de Risco à Saúde Humana.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar como medida de interesse sanitário, a interdição, suspensão da venda e uso do lote 1102, 01 unidade contendo 500 G do produto, data de fabricação 13/03/2023, data de validade 13/06/2023, do produto CAFÉ, da marca GLÓRIA DA BARRA, produzido por CAFÉ GLÓRIA DA BARRA LTDA, CNPJ: 28.569.275/0001-60, localizada na Rua Angélica, nº 215/237 - Barra do Pirai - Rio de Janeiro - RJ, por apresentar a amostra analisada resultado insatisfatório quanto ao ensaio de Pesquisa de Matérias Estranhas indicativas de Risco à Saúde Humana.

Art. 2º - Determinar a todos os estabelecimentos de comércio e manipulação de alimentos em funcionamento no Estado do Rio de Janeiro, que retirem o lote do produto referido no Art. 1º da exposição ao consumidor.

Art. 3º - Determinar aos órgãos competentes de Vigilância Sanitária das Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, que inspecionem os estabelecimentos de comércio e manipulação de alimentos para verificar o cumprimento do disposto nos Artigos 1º e 2º.

Art. 4º - O não cumprimento do disposto nesta Portaria configura infração de natureza sanitária com sanções previstas na Lei Federal nº 6437 de 20/08/1977.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2023

CLAUDIA MARIA BRAGA DE MELLO
Subsecretária de Vigilância e Atenção Primária à Saúde

Id: 2473504

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA EXECUTIVA

ATO DO DIRETOR

PORTARIA FS Nº 1459 DE 24 DE ABRIL DE 2023

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DE FATOS, PARA OS FINS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, que lhe são conferidas e considerando os fatos constantes no Processo SEI-080007/006473/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Sindicância Administrativa para apuração dos fatos e para isso designa a Comissão, composta da servidora: ID.: 5118289-0 Ana Carolina Marinho Linhares, da servidora: ID.: 4339038-2, Fernanda Couto Jordy Macedo e da servidora: ID.: 4216203-3, Mayara Gonçalves de Medeiros, sob a presidência da primeira.

Art. 2º - Conceder o prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data da publicação em D.O., para concluir os trabalhos e emitir o relatório final para envio à Diretoria Executiva, podendo solicitar prorrogação de prazo por mais 08 (oito) dias, com apresentação de justificativa para o pedido.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2023

JOÃO RICARDO DA SILVA PILOTTO
Diretor Executivo - Fundação Saúde - DIREX

Id: 2473599

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

DESPACHO DA DIRETORA
DE 14/03/2023

PROCESSO Nº SEI-080007/011122/2022 - TORNA SEM EFEITO a publicação no DOERJ de 24/04/2023, Ano XLIX - Nº 073 - Parte I - 3ª coluna, página 57, Ata de registro de preços nº 055/2023. Pregão eletrônico nº 270/2022, em razão de ter sido publicado equivocadamente.

Id: 2473393

FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

DESPACHO DA DIRETORA
DE 20/04/2023

PROCESSO Nº SEI-080007/011832/2022 - HOMOLOGO o resultado do Pregão Eletrônico nº 239/2022, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE INSUMOS, no valor total de R\$ 4.607.306,32 (quatro milhões, seiscentos e sete mil trezentos e seis reais e trinta e dois centavos), em favor das empresas: MEDKA HOSPITALAR EIRELI (36.958.637/0001-32), licitante vencedor para os Itens 01, 09 e 22, no valor total de R\$

718.666,28 (setecentos e dezoito mil seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos); INJEX INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA (59.309.302/0001-99), licitante vencedor para os Itens 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08, no valor total de R\$ 3.618.351,45 (três milhões, seiscentos e dezoito mil trezentos e cinquenta e um reais e quarenta e cinco centavos); DBV COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DO BRASIL LTDA (17.771.867/0001-43), licitante vencedor para os Itens 10 e 11, no valor total de R\$ 24.169,50 (vinte e quatro mil cento e sessenta e nove reais e cinquenta centavos); POLYSUTURE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (03.812.429/0001-71), licitante vencedor para os Itens 12, 13, 14, 15 e 16, no valor total de R\$ 116.377,70 (cento e dezesseis mil trezentos e setenta e sete reais e setenta centavos); BIOLINE FIOS CIRÚRGICOS LTDA (37.844.479/0002-33), licitante vencedor para os Itens 17 e 19, no valor total de R\$ 32.774,17 (trinta e dois mil setecentos e setenta e quatro reais e dezessete centavos); RALIC COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA (24.602.657/0001-97), licitante vencedor para o Item 18, no valor de R\$ 81.850,38 (oitenta e um mil oitocentos e cinquenta reais e trinta e oito centavos); ZAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME (72.120.744/0001-50), licitante vencedor para os Itens 20 e 21, no valor total de R\$ 15.116,86 (quinze mil cento e dezesseis reais e oitenta e seis centavos). Despacho de homologação (doc. SEI 50650407).

Id: 2473401

FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

DESPACHO DA DIRETORA
DE 24/04/2023

PROCESSO Nº SEI-080007/015288/2022 - HOMOLOGO o resultado do Pregão Eletrônico nº 40/2023, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, no valor total de R\$ 424.246,95 (quatrocentos e vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos), em favor das empresas: RIO OFFICE COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA (11.496.190/0001-04), licitante vencedor para os Itens 1, 3, 9, 10, 13, 14, 16, 17 e 18, no valor total de R\$ 211.318,75 (duzentos e onze mil, trezentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos); ARDO DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PECAS E SERVICOS LTDA (10.656.610/0001-00), licitante vencedor para os Itens 2, 4 e 5, no valor total de R\$ 44.788,20 (quarenta e quatro mil, setecentos e oitenta e oito reais e vinte centavos); CSX COMERCIAL EIRELI-EPP (13.828.262/0001-90), licitante vencedor para os Itens 6 e 7, no valor total de R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais); MOBIEQ MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS LTDA (68.672.450/0001-64), licitante vencedor para os Itens 8 e 15 no valor total de R\$ 32.950,00 (trinta e dois mil e novecentos e cinquenta reais); MSX COMMERCE AND SERVECE LTDA (44.608.194/0001-88), licitante vencedor para os Itens 11 e 12, no valor total de R\$ 121.330,00 (cento e vinte e um mil e trezentos e trinta reais); REVITALIZA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÓVEIS LTDA (02.670.648/0001-09), licitante vencedor para o Item 19, no valor de R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais). Despacho de homologação (doc. SEI 50746571).

Id: 2473429

FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

DESPACHO DA DIRETORA
DE 24/04/2023

PROCESSO Nº SEI-080007/015460/2022 - HOMOLOGO o resultado do Pregão Eletrônico nº 24/2023, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS, no valor total de R\$ 538.083,78 (quinhentos e trinta e oito mil, oitenta e três reais e setenta e oito centavos), em favor das empresas: MEDKA HOSPITALAR EIRELI (36.958.637/0001-32), licitante vencedor para os Itens 1, 3, 4 e 8, no valor total de R\$ 360.621,03 (trezentos e sessenta mil, seiscentos e vinte e um reais e três centavos); MULTIFARMA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (21.681.325/0001-57), licitante vencedor para

os Itens 2 e 6, no valor total de R\$ 142.496,75 (cento e quarenta e dois mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos); CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA (44.734.671/0001-51), licitante vencedor para os Itens 5 e 7, no valor total de R\$ 34.966,00 (trinta e quatro mil e novecentos e sessenta e seis reais). Despacho de homologação (doc. SEI 50746728).

Id: 2473428

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA EXECUTIVA

DESPACHOS DO DIRETOR
DE 20/04/2023

*PROCESSO Nº SEI-080007/016814/2022 - RATIFICO o procedimento de Dispensa de Licitação nº 147/2023, valor total de R\$ 6.292.194,00 (seis milhões, duzentos e noventa e dois mil cento e noventa e quatro reais), em favor da empresa LYTTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos, de medicina intensiva e especialidades, aos pacientes do SUS que necessitem de atenção e acompanhamento médico na unidade INSTITUTO ESTADUAL DE CARDIOLOGIA ALOYSIO DE CASTRO (IECAC), gerido pela Fundação Saúde, na forma do Termo de Referência doc. SEI nº 47774479 e da proposta SEI nº 49412168, com fundamento art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010.

*PROCESSO Nº SEI-080007/016814/2022 - RATIFICO o procedimento de Dispensa de Licitação nº 148/2023, valor total de R\$ 5.246.911,20 (cinco milhões, duzentos e quarenta e seis mil novecentos e onze reais e vinte centavos), em favor da empresa 4ID MÉDICOS ASSOCIADOS LTDA, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos, de medicina intensiva e especialidades, aos pacientes do SUS que necessitem de atenção e acompanhamento médico na unidade INSTITUTO ESTADUAL DE HEMATOLOGIA ARTHUR DE SIQUEIRA CAVALCANTI (HEMORIO), gerido pela Fundação Saúde, na forma do Termo de Referência doc. SEI nº 47774479 e da proposta SEI nº 49561837, com fundamento art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010.

*Omitidoa do DOERJ de 24/04/2023.

Id: 2473467

FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

DESPACHO DA DIRETORA
DE 19/04/2023

PROCESSO Nº SEI-080007/008269/2022 - HOMOLOGO o resultado do Pregão Eletrônico nº 264/2022, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE REAGENTES, em favor das empresas: MARTELL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (02.956.455/0001-00), para o lote 02, no valor de R\$ 21.771,72 (vinte e um mil setecentos e setenta e um reais e setenta e dois centavos); KOVALENT DO BRASIL LTDA (04.842.199/0001-56), para os lotes 03, 04, 05, 06 e 07, no valor total de R\$ 164.963,76 (cento e sessenta e quatro mil novecentos e sessenta e três reais e setenta e seis centavos); PROCARE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (05.050.260/0001-95), para os lotes 08 e 09, no valor de R\$ 1.703,00 (um mil setecentos e três reais e vinte centavos), no valor total global adjudicado dos lotes 02, 03, 04, 05, 06 ,07, 08 e 09 de R\$ 188.438,48 (cento e oitenta e oito mil quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos). Restando DESERTO o lote 01.

Autorização da homologação (doc. SEI 50571738).

Id: 2473469

#RJpronto

INVISTA NO RIO DE JANEIRO

Saiba mais em www.rj.gov.br

MAIS DE 160 MIL
NOVAS EMPRESAS ABERTAS NO RJ.
QUEM GANHA COM ISSO É VOCÊ.

TUDO QUE UMA
EMPRESA QUER
O RIO DE JANEIRO
AGORA TEM.

Sabe o que o Governo do Estado do Rio de Janeiro faz para atrair empresas e gerar mais empregos? Melhora a vida da população, investindo em infraestrutura, segurança, saúde e educação. Porque um lugar só é bom pra investir quando é bom também pra quem mora. Com o trabalho do Governo do Estado, o Rio de Janeiro está cada vez melhor.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Secretaria de Estado de Educação

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

ATOS DA SECRETÁRIA
DE 24/04/2023

PROMOVE por formação o servidor **ERICA PIRES FELIPE**, ID. Funcional 43590624/01, matrícula 953255-7, Professor Docente I, 18 Horas, do nível C para o nível D, tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 1614, de 24 de janeiro de 1990 e no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.046/2014. Processo nº SEI-030036/000661/2023.

PROMOVE por formação o servidor **ROBERTO ALMEIDA DA SILVA**, ID. Funcional 41823761/04, matrícula 925285-9, Professor Docente I, 18 Horas, do nível C para o nível D, tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 1614, de 24 de janeiro de 1990 e no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.046/2014. Processo nº SEI-030033/000025/2023.

PROMOVE por formação o servidor **CLAUDIA SULAMI FERRAZ NEUSTADT**, ID. Funcional 51360098/01, matrícula 5136009801, Professor Docente I, 18 Horas, do nível C para o nível D, tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 1614, de 24 de janeiro de 1990 e no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.046/2014. Processo nº SEI-030030/006828/2022.

PROMOVE por formação o servidor **DANIELE MORAES OLIVEIRA LARICA**, ID. Funcional 38420252/01, matrícula 826484-8, Professor Docente I, 18 Horas, do nível C para o nível D, tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 1614, de 24 de janeiro de 1990 e no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.046/2014. Processo nº SEI-030029/016201/2022.

PROMOVE por formação o servidor **NATHALIA DUARTE DA SILVA**, ID. Funcional 41974883/03, matrícula 3122048-6, Professor Docente I, 18 Horas, do nível C para o nível D, tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 1614, de 24 de janeiro de 1990 e no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.046/2014. Processo nº SEI-030041/005937/2022

PROMOVE por formação o servidor **MARCOS VINICIUS LEMOS**, ID. Funcional 37171674/01, matrícula 834471-5, Professor Docente I, 18 Horas, do nível C para o nível D, tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 1614, de 24 de janeiro de 1990 e no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.046/2014. Processo nº SEI-030035/000331/2023.

PROMOVE por formação o servidor **EDMILSON DA SILVA LIMA**, ID. Funcional 41974883/05, matrícula 960669-0, Professor Docente I, 18 Horas, do nível C para o nível D, tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 1614, de 24 de janeiro de 1990 e no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.046/2014. Processo nº SEI-030034/000583/2023.

PROMOVE por formação o servidor **NELSON XAVIER FERREIRA**, ID. Funcional 50065971/01, matrícula 3030027-1, Professor Docente I, 30 Horas, do nível C para o nível D, tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 1614, de 24 de janeiro de 1990 e no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.046/2014. PROCESSO Nº SEI-030036/000984/2023.

PROMOVE por formação o servidor **GLEICE ROZIANE FERREIRA DA SILVA**, ID. Funcional 5586950/06, matrícula 3072610-3, Professor Docente I, 30 Horas, do nível C para o nível D, tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 1614, de 24 de janeiro de 1990 e no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.046/2014. Processo nº SEI-030036/007516/2022.

PROMOVE por formação o servidor **CAROLINE RODRIGUES ALVIM**, ID. Funcional 43575870/03, matrícula 3060397-5, Professor Docente I, 30 Horas, do nível C para o nível D, tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 1614, de 24 de janeiro de 1990 e no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.046/2014. Processo nº SEI-030040/003681/2022.

PROMOVE por formação o servidor **GISELE OLIVEIRA DE ABREU**, ID. Funcional 43575870/03, matrícula 3065891-8, Professor Docente I, 30 Horas, do nível C para o nível D, tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 1614, de 24 de janeiro de 1990 e no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.046/2014. Processo nº SEI-030034/000636/2023.

PROMOVE por formação o servidor **JACIELE DA COSTA ABREU GRALATO**, ID. Funcional 50338994/01, matrícula 3069463-2, Professor Docente I, 30 Horas, do nível C para o nível D, tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 1614, de 24 de janeiro de 1990 e no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.046/2014. Processo nº SEI-030042/002187/2021.

PROMOVE por formação o servidor **CAMILA PIRES LONGO**, ID. Funcional 44127111/02, matrícula 3047650-1, Professor Docente I, 30 Horas, do nível C para o nível D, tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 1614, de 24 de janeiro de 1990 e no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.046/2014. Processo nº SEI-030033/003795/2022.

TORNA SEM EFEITO o despacho de 22/03/2023, publicado no D.O. de 28/03/2023, que concedeu o benefício de Promoção por Formação Enquadramento à **ELINA NASCIMENTO DA GAMA**. ID. Funcional 44249152/01, matrícula 975067-0 Processo nº SEI-030037/004427/2022.

TORNA SEM EFEITO o despacho de 22/03/2023, publicado no D.O. de 28/03/2023, que concedeu o benefício de Promoção por Formação Enquadramento à **MARIA GERMANA TEIXEIRA PORTELLA**, ID. Funcional 37396315/01, matrícula 847105-4. Processo nº SEI E-03/7865/2005.

TORNA SEM EFEITO o despacho de 09/03/2023, publicado no D.O. de 13/03/2023, que concedeu o benefício de Promoção por Formação - Enquadramento à servidora **HELENA TEIXEIRA DOS SANTOS DE ANDRADE**, ID. Funcional 43298567/01, matrícula 943157-8. Processo nº SEI-030036/007776/2022.

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 10/04/2023
PÁGINA 22-2ªCOLUMA
ATO DA SECRETÁRIA
DE 31/03/2023

SIMONE SOARES DE ANDRADE
Onde se lê : ... do nível A para o nível D ...
Leia -se :... do nível A para o nível C...

Id: 2473554

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOASAPOSTILA DO SUPERINTENDENTE
DE 20/04/2023

ATO DE 13/03/2013 - Fica retificada para 05/02/2013, a validade do ato que exonerou o servidor PAULO ROGERIO CURVELO FLOR, Professor Docente I - 16 horas, D. ref. 05, Identidade Funcional nº 33172579, vínculo 02, matrícula nº 919666-8, da Secretaria de Estado de Educação, mantido os demais termos, publicado no DOERJ de 15/03/2013. Processo nº SEI-E-03/004/331/2013.

Id: 2473342

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOASDESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
DE 20.04.2023

PROCESSO Nº SEI-E-03/021/03/2018 - ANA LUIZA RIBEIRO REIS, ID Funcional nº 50095501/01, Agente Administrativo. **CONCEDO** 03 (três) meses de licença especial, relativos ao período base 27/12/2017 a 26/12/2022.

PROCESSO Nº SEI-E-23/500255/2006 - ALESSANDRO COELHO RIBEIRO, ID Funcional nº 19809131/01, Agente de Segurança Socioeducativa. **CONCEDO** 03 (três) meses de licença especial, relativos ao período base 15/12/2014 a 26/12/2019.

PROCESSO Nº SEI-E-03/021/1805/2019 - ROSANE MENEZES SILVA, ID Funcional nº 50243152/01, Técnica de Enfermagem. **CONCEDO** 03 (três) meses de licença especial, relativos ao período base 05/02/2016 a 04/02/2021.

PROCESSO Nº SEI-030022/000892/2023 - MARIANA COUTO POVOAS VAZ, ID Funcional nº 50091484/01, Nutricionista. **CONCEDO** 06 (seis) meses de licença especial, relativos aos períodos base de 27/12/2012 a 25/01/2018 e 26/01/2018 a 25/01/2023.

PROCESSO Nº SEI-E-03/90699/2009 - RODRIGO ANTONIO REDUZINO, ID Funcional nº 19883749/01, Agente de Segurança Socioeducativa. **CONCEDO** 03 (três) meses de licença especial, relativos ao período base 09/01/2015 a 08/01/2020.

PROCESSO Nº SEI-E-03/021/710/2019 - MARIANA FERREIRA GOMES, ID Funcional nº 50096168/01, Técnico de Enfermagem. **CONCEDO** 03 (três) meses de licença especial, relativos ao período base 27/12/2017 a 09/01/2023.

PROCESSO Nº SEI-E-06/15466/2003 - JADNA SILVA DE CARVALHO, ID Funcional nº 19845456/02, Técnico de Enfermagem. **CONCEDO** 03 (três) meses de licença especial, relativos ao período base 13/11/2013 a 12/11/2018.

PROCESSO Nº SEI-E-03/021/122/2018 - LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO CUNHA, ID Funcional nº 50094645/01, Agente de Segurança Socioeducativo. **CONCEDO** 03 (três) meses de licença especial, relativos ao período base 27/12/2017 a 15/01/2023.

PROCESSO Nº SEI-E-03/021/77/2018 - JORGE LUIS DA FONSECA DE SOUZA, ID Funcional nº 50093401/01, Agente de Segurança Socioeducativo. **CONCEDO** 03 (três) meses de licença especial, relativos ao período base 27/12/2017 a 26/12/2022.

PROCESSO Nº SEI-E-03/021/1075/2018 - ALINE MONTEIRO GARCIA, ID Funcional nº 43568343/02, Psicólogo. **CONCEDO** 03 (três) meses de licença especial, relativos ao período base 11/01/2018 a 26/03/2023.

Id: 2473400

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOASDESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
DE 24/04/2023

PROCESSO Nº SEI-E-03/10200730/2012 - LUZIVAL SOUSA DOS SANTOS, Identidade Funcional 42008026/01, matrícula 912595-6, Professor Docente I 18h. **TORNO SEM EFEITO** o despacho de 11/07/2012, publicado no D.O. de 13/07/2012, que averbou tempo de serviço nos termos do parágrafo único do art. 9º da Lei nº 530/82, totalizando 4951 dias.

PROCESSO Nº SEI-030035/005082/2022 - REBECA RODRIGUES DE SOUZA, Identidade Funcional 50262548/01, matrícula 3058767-9, Professor Docente I 18h. **AVERBE-SE** nos termos do § 9º do art. 201, da CRFB/88 e no inciso I, do art. 80 do Decreto nº 2479/79, o período de 28/08/2013 a 24/02/2014, num total de 181 dias de serviço prestado a Prefeitura Municipal de Queimados (RPPS), como Professor, desprezando-se o período de 25/02/2014 a 21/03/2014, por ser concomitante com o exercício no Governo do Estado do Rio de Janeiro.

PROCESSO Nº SEI-030034/005660/2022 - MONICA DE OLIVEIRA RAMOS GUIMARAES, Identidade Funcional 35607629/01, matrícula 5002718-4, Agente Administrativo. **AVERBE-SE** nos termos do § 9º do art. 201, da CRFB/88 e no parágrafo único do art. 9º da Lei nº 530/82, o período de 28/01/1985 a 04/06/1988, num total de 1222 dias de serviço prestado a entidades vinculadas ao Sistema de Previdência Social (RGPS), como Embalador, desprezando-se o período de 01/10/1988 a 30/11/1990, a pedido da servidora.

PROCESSO Nº SEI-E-03/016/3999/2017 - CARMEN LUCIA DA SILVA MOTTA, Identidade Funcional 31698042/02, matrícula 962978-3, Professor Docente I 18h. **TORNO SEM EFEITO** o despacho de 31/07/2020, publicado no D.O. de 07/08/2020, que averbou tempo de serviço nos termos do inciso I do art. 80, do Decreto nº 2479/79, totalizando 801 dias, com validade a contar de 14/04/2023.

Id: 2473456

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 28/10/2021
PÁGINA 19 - 2ª COLUMA

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
DE 25/10/2021

PROCESSO Nº SEI-030040/000217/2020
Onde se lê: ... proporcionais à razão de 3069/9125 a partir da eficácia da aposentadoria...

Leia-se: ... Proventos Média integrais a partir da eficácia da aposentadoria, no valor de R\$ 2.900,37 (dois mil, novecentos reais e trinta e sete centavos).

Id: 2473545

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA REGIONAL ADMINISTRATIVA CENTRO SULATO DO DIRETOR
DE 24.04.2023

INSTAURA SINDICÂNCIA para apurar possíveis irregularidades objeto do processo nº SEI-030031/001142/2023, designando para procedê-la no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, comissão integrada pelos servidores **JORGE FELIPE TELLES DE PAULO MOREIRA**, ID. Funcional nº 5013605-4, Assistente Executivo, **MONICA FONSECA SOARES**, ID. Funcional nº 4138640-0, Agente Administrativo, **EDMILSON LUIZ TEODOZIO**, ID. Funcional nº 5035778-6, Assistente Executivo, sob a presidência do primeiro.

Id: 2473534

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA CEE Nº 3882 DE 19 DE ABRIL DE 2023

HOMOLOGA PARECERES QUE MENCIONA.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº SEI-030023/000004/2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar os Pareceres deste Conselho abaixo relacionados:

PARECER CEE Nº 13 DE 11 DE ABRIL DE 2023.

RECRENCIA a Escola de Gestão e Políticas Públicas da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, exclusivamente em sua sede, situada à Avenida Carlos Peixoto, 57, Botafogo, Rio de Janeiro, por 5 anos, com a oferta total de 465 vagas. **VOTO DO RELATOR:** Considerando a apre-sentação de todos os documentos demandados; o atendimento a todas as condições físicas e de acessibilidade; a adequada qualificação do corpo docente; a carga horária mínima dos cursos ofertados; Considerando o parecer da Comissão Verificadora com relato favorável à aprovação de credenciamento; Considerando o prazo de 5 anos de validade do credenciamento, o último parecer de credenciamento datado de 2017 e a solicitação de renovação do reconhecimento em tempo regular; Diante do exposto, sou de parecer favorável ao credenciamento da escola de Gestão e Políticas Públicas CEPERJ/EGPP por 5 anos, com capacidade máxima de 465 vagas para os cursos de pós-graduação lato sensu ofertados na instituição. **PROCESSO Nº SEI-150161/001003/2022** - Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do RJ - Escola de Gestão e Políticas Públicas CEPERJ/EGPP. **PARECER CEE Nº 14 DE 11 DE ABRIL DE 2023.**

AUTORIZA a ESCOLA TÉCNICA MERCURY LTDA, nome fantasia ESCOLA TÉCNICA MERCURY inscrita no CNPJ Nº 41.280.428/0001-12, situada à Estrada Portela nº 107, salas 201, 202, 203, 204, 301, 302, 303, 304, 401, 402, 403, 404, Cob. 01, Cob. 02 e Cob. 03, Madureira, Município do Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.351-050, a ofertar Processos de Certificação Profissional (PCP) e os cursos descritos no voto deste parecer, nos termos das Deliberações CEE nº 345/2014 e 388/2020, Resolução CNE/CP nº 01/2021. **VOTO DO RELATOR:** Diante do exposto, VOTA este relator no sentido de autorizar a ESCOLA TÉCNICA MERCURY LTDA, nome fantasia ESCOLA TÉCNICA MERCURY inscrita no CNPJ 41.280.428/0001-12, situada à Estrada do Portela nº 107, salas 201, 202, 203, 204, 301, 302, 303, 304, 401, 402, 403, 404, Cob. 01, Cob. 02 e Cob. 03, Madureira, Município do Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.351-050, a ofertar Processos de Certificação Profissional (PCP) e os seguintes cursos: Com oferta presencial e a distância (nas formas concomitante e subsequente), nos termos das Deliberações nºs 388/2020 e 345/2014, e Resolução CNE/CP1/2021: Eixo Tecnológico de Infraestrutura, com Habilitação Técnica em Agrimensura; Eixo Tecnológico de Infraestrutura, com Habilitação Técnica em Edificações; Eixo Tecnológico de Infraestrutura, com Habilitação Técnica em Saneamento; Eixo Tecnológico de Recursos Naturais, com Habilitação Técnica em Mineração; Eixo Tecnológico de Recursos Naturais, com Habilitação Técnica em Agronegócio; Eixo Tecnológico de Ambiente e Saúde, com Habilitação Técnica em Análises Clínicas; Eixo Tecnológico de Ambiente e Saúde, com Habilitação Técnica em Estética; Eixo Tecnológico de Ambiente e Saúde, com Habilitação Técnica em Farmácia; Eixo Tecnológico de Ambiente e Saúde, com Habilitação Técnica em Meio Ambiente; Eixo Tecnológico de Ambiente e Saúde, com Habilitação Técnica em Nutrição e Dietética; Eixo Tecnológico de Ambiente e Saúde, com Habilitação Técnica em Óptica; Eixo Tecnológico de Ambiente e Saúde, com Habilitação Técnica em Optometria; Eixo Tecnológico de Ambiente e Saúde, com Habilitação Técnica em Radiologia; Eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais, com Habilitação Técnica em Automação Industrial; Eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais, com Habilitação Técnica em Eletromecânica; Eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais, com Habilitação Técnica em Eletrônica; Eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais, com Habilitação Técnica em Eletrotécnica; Eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais, com Habilitação Técnica em Eletroeletrônica; Eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais, com Habilitação Técnica em Mecatrônica; Eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais, com Habilitação Técnica em Metalurgia; Eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais, com Habilitação Técnica em Refrigeração e Climatização; Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer, com Habilitação Técnica em Guia de Turismo; Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação, com Habilitação Técnica em Informática; Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação, com Habilitação Técnica em Telecomunicações; Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, com Habilitação Técnica em Logística; Eixo Tecnológico de Produção Industrial, com Habilitação Técnica em Química; Com oferta exclusivamente presencial (concomitante e subsequente), nos termos das Deliberações nºs 388/2020 e Resolução CNE/CP1/2021: Eixo Tecnológico de Ambiente e Saúde, com Habilitação Técnica em Agente Comunitário de Saúde. **PROCESSO Nº SEI-030023/000029/2023** - CURSO TÉCNICO LOPES TEIXEIRA LTDA - ESCOLA TÉCNICA MERCURY.

PARECER CEE Nº 15 DE 18 DE ABRIL DE 2023.

RENOVA o reconhecimento do curso de Graduação de Licenciatura/Bacharelado em LETRAS Portugues - Alemão, na modalidade presencial, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ - Campus Maracanã, localizado à Rua São Francisco Xavier nº 524, 11º andar, Maracanã, Rio de Janeiro /RJ, CEP: 20.550-900, com base nas Dels. CEE-RJ 325/2012 e 359/2016, até o próximo Ciclo de Avaliação dos Indicadores de qualidade da educação superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP da área deste, e dá outras providências. **VOTO DO RELATOR:** Considerando a Deliberação CEE nº 325/2012 e da Deliberação CEE nº 359/2016, art. 1. Inciso I, defiro a Renovação do Reconhecimento do curso de graduação em Letras Bacharelado/Licenciatura Português-Alemão na modalidade presencial, na Rua São Francisco Xavier nº 524, 11º andar, Maracanã, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.550-900, até o próximo Ciclo de Avaliação dos Indicadores de qualidade da educação superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP da área deste. **PROCESSO Nº SEI-E-26/007/3565/2017** - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ. **PARECER CEE Nº 16 DE 18 DE ABRIL DE 2023.**

RECONHECE os Estudos de 2º grau de ANDRÉ LUIZ SANTOS CORREA, concluídos no COLÉGIO MONTEIRO LOBATO no ano de 1985 e, dá outras providências. **VOTO DO RELATOR:** Diante do exposto e, considerando a discussão anterior, VOTA esse relator no sentido de reconhecer os estudos de 2º grau de ANDRÉ LUIZ SANTOS CORREA, concluídos no COLÉGIO MONTEIRO LOBATO no ano de 1985, determino ainda: 1- Que o Órgão Central de Inspeção Escolar adote, imediatamente, os ritos necessários para emissão da certidão estudos concluídos de André Luiz Santos Correa, concluídos no Colégio Monteiro Lobato no ano de 1985; 2- Que este parecer seja amplamente divulgado em sua íntegra para toda Inspeção Escolar do Estado do Rio de Janeiro, com objetivo de promover uma ação pedagógica de formação a partir de um caso real; 3 - Que seja remetido a este CEE/RJ a listagem de todos os documentos recolhidos de Escolas Extintas recolhidos pela Inspeção Escolar, incluídos seu acervo central e regionais.

PROCESSO Nº SEI-E-03/018/1436/2015 - ANDRÉ LUIZ SANTOS CORREA

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2023

RICARDO TONASSI SOUTO
Presidente

Id: 2473296

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SUL FLUMINENSEDESPACHOS DA COORDENADORA
DE 24/04/2023

PROCESSO Nº SEI-E-03/10700791/2003 - JANY WILMA KNAIPP CRUZ, Prof. Doc. I, mat. nº 0833599-4, período base de 30/08/2015 a 29/09/2020.

PROCESSO Nº SEI-E-03/010/0354/2015 - RITA DE FÁTIMA SOUZA PAULA, Prof. Doc. I, mat. nº 0829877-0, período base de 12/04/2018 a 11/04/2023.

Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

DESPACHOS DO PRESIDENTE
DE 17.03.2023

PROCESSO Nº SEI-100005/002139/2023 - Com base no parecer da área técnica (48526210/48528736), **APROVO** o modelo de planta nº 12745708, requerido por Marcopolo S.A. com as seguintes especificações:

Requerente	Marcopolo S.A.
Planta Nº	12745708
Carroceria	Micromaster urbano modelo Torino, com plataforma elevatória no entre eixo do veículo.
Chassi	M. Benz OF 1519 Euro V
Entre eixos	5250 mm
Cap. Lotação	29 passageiros sentados + 1PDD e 24 passageiros em pé
Obs.	Sem posto de cobrador e Ar condicionado

DE 21.03.2023

PROCESSO Nº SEI-100005/009013/2023 - **DEFIRO** com base na análise promovida pela área técnica desta Autarquia (47338844/48430778).

DE 05.04.2023

PROCESSO Nº SEI-100005/000858/2023 - Com base no parecer da área técnica (49551584) e no parecer da Assessoria Jurídica (49732068) **AUTORIZO** a empresa LOCATRANS LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.245.436/0004-70 a operar o transporte rodoviário intermunicipal de passageiros sob o regime de fretamento Contínuo, Eventual e Turístico, adotando o registro RJ-469 e utilizando o veículo de veículo de placa RKV-1148, condicionado a sua aprovação em vistoria de incorporação a ser realizada pela COVIS.

DE 17.04.2023

PROCESSO Nº SEI-100005/001619/2023 - Com base na análise promovida pela área técnica desta Autarquia (50351907/50353394), **AUTORIZO** a homologação da tarifa da linha P186 ITATIAIA - VOLTA REDONDA "SA", operada pela empresa VIAÇÃO RESENDENSE INTERMUNICIPAL LTDA, no valor conforme o quadro abaixo:

Nº linha	Nome Linha/Seções	Km	Tarifa (R\$)
P186	Itatiaia - Volta Redonda	61,60	19,40
Seção	Itatiaia - Floriano	31,40	9,90
Seção	Itatiaia - Barra Mansa	52,10	16,40
Seção	Resende - Barra Mansa	38,40	12,10
Seção	Florianio - Resende	17,70	5,60
Seção	Resende - Volta Redonda	47,90	15,10

Id: 2473567

COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA CENTRAL Nº 514 DE 20 DE ABRIL DE 2023

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PARA CONDUZIREM AS REDES REDEPLAN E DA REDOR. NA CENTRAL.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA-CENTRAL, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o o disposto no § 4º do art. 13 do Decreto nº 48.413, de 21 de março de 2023, que criou as Assessorias Setoriais de Planejamento e Orçamento - ASPLOS e reestruturou o Sistema de Planejamento e Orçamento do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro - SPO e/os/constantes nos autos dos/processos nºs SEI-120001/001913/2023 e SEI-100006/000521/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os empregados relacionados abaixo, como titular e suplente nas Redes do Sistema de Planejamento e Orçamento - SPO: Rede de Planejamento - REDEPLAN e Rede de Orçamento - REDOR:

Titular: Michelle Macedo Gonçalves Botelho
Matrícula: 99/000.766
Cargo: Superintendente de Planejamento e Orçamento
Formação: Gestão Pública
Suplente: Marcelo Dreicon
Matrícula: 99/000.891
Cargo: Gerente de Planejamento
Formação: Ciências Econômicas

Art. 2º/-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 20 de abril de 2023

FABRÍCIO ABÍLIO DUARTE DE MOURA
Diretor-Presidente da CENTRAL

Id: 2473361

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO CONSELHEIRO-PRESIDENTE

PORTARIA AGETRANS Nº 431 DE 20 DE ABRIL DE 2023

INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA A ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS DOCUMENTOS INERENTES À FASE INTERNA PRÉVIA À CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.

O CONSELHEIRO-PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGETRANS, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso X do artigo 15 do Regimento Interno da AGETRANS, e considerando a edição da Lei Estadual n.º 6.852, de 30 de junho de 2014, nos autos do processo SEI-220008/000478/2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão Especial encarregada de promover a elaboração de termo de referência e demais documentos inerentes à fase interna prévia à contratação de entidade para realização de concurso público para provimento dos cargos previstos na Lei n.º 6.852/2014, composta pelos seguintes membros:

- Fabiana Rodrigues Gomes - ID: 5715687
- Sônia Aparecida Guimarães Biage - ID: 42018145
- Renata Lemos Coloneze - ID: 50970216
- Nicolle Cruz e Castro - ID: 50115090

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2023

MURILO LEAL
Conselheiro-Presidente

Id: 2473442

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO DE JANEIRO

ATO DO DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA EMATER/PRESI Nº 341 DE 18 DE ABRIL DE 2023

RERRATIFICA OS TERMOS DA PORTARIA PRESI Nº 290 DE 12/12/2022 QUE INSTITUI COMISSÃO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA EMATER-RIO.

O DIRETOR PRESIDENTE DA EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMATER-RIO, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos III e V do artigo 33, seção III do Estatuto Social da Empresa.

CONSIDERANDO o constante dos autos dos Processos nºs: SEI-02002/001055/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Rerratificar os termos da Portaria PRESI/EMATER-RIO nº 290/2022, de 12/12/2022, que criou a Comissão de Gestão de Documentos da EMATER-RIO, com a alteração de alguns funcionários que compõe a comissão, sob a presidência da primeira.

Art. 2º - Alterar a função da Presidente da referida Comissão para Chefe do Protocolo da EMATER-RIO, bem como excluir a funcionária Dayane Serra de Oliveira Lima.

Art. 3º - Permanecem inalterados os demais membros da referida Comissão.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 18 de abril de 2023

MARCELO MONTEIRO DA COSTA
EMATER-RIO

Id: 2473348

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA FUNARJ Nº 1138 DE 20 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCAL DO CONTRATO CELEBRADO PELA FUNARJ/RJ.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNARJ/RJ, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Decreto de 02/02/2023, publicado no D.O de 03/02/2023, às fs 04.

CONSIDERANDO O disposto no Decreto n°. 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da administração, nos arts.67, 73 e 74 da Lei Federal n°. 8.666 de 21/06/1993 e no art.239 da Lei Estadual n°. 287 de 04/12/1979.

RESOLVE:

Art.1º - Designar os servidores, Silvio Cesar Moreira Dos Santos ID nº 2880361-2 e Sergio De Jesus Santos, ID nº 2876282-7 , como fiscais e suplentes, respectivamente, para atuarem na fiscalização do contrato FUNARJ/RJ nº 180021/0012/2023 , processo nº E-180002/000096/2023 com a empresa LIGHT E CENA COMÉRCIO E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, que tem por objeto a aquisição de 1 (uma) mesa de iluminação e 8 (oito) refletores com fornecimento de instalação para a Sala Cecília Meireles, unidade da FUNARJ.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a contar de 12/04/2023.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2023

JACKSON DE OLIVEIRA EMERICK
Presidente

Id: 2473441

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DA CHEFE
DE 24.04.2023

PROCESSO Nº SEI- 180005/000372/2023 - NEACI DE SOUZA NUNES PINHEIRO, Identidade Funcional 5025361-1. **CONCEDO** 03 (três) meses de licença especial relativa ao período-base de 06/03/2014 a 05/03/2019.

Id: 2473479

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

ATOS DA SECRETÁRIA

RESOLUÇÃO SEDSODH Nº 720 DE 20 DE ABRIL DE 2023

CONCEDE O AUXÍLIO ADOÇÃO NA FORMA QUE MENCIONA.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, considerando os termos da Lei nº 3.499, de 08 de dezembro

de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 27.776, de 12 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto nº 28.844 de 18 de julho de 2001 e o que consta do Processo Administrativo SEI-310003/001032/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Concede-se auxílio-adoção a Jacyara Rodrigues dos Santos, ID Funcional 4259070-1, matrícula 0973300-7, lotada na Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC, em razão da guarda provisória de Sophia Rodrigues de Freitas, com fulcro no artigo 3º, "c", da Lei Estadual nº 3.499/2000.

Art. 2º - O termo inicial de produção de efeitos deste ato é 02/02/2023.

Art. 3º - O termo final de produção de efeitos deste ato é 11/07/2023.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 20 de abril de 2023

ROSANGELA DE SOUZA GOMES

Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

Id: 2473511

RESOLUÇÃO SEDSODH Nº 721 DE 20 DE ABRIL DE 2023

CANCELA O AUXÍLIO ADOÇÃO NA FORMA QUE MENCIONA.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, considerando os termos da Lei nº 3.499, de 08 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 27.776, de 12 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto nº 28.844 de 18 de julho de 2001 e o que consta do Processo Administrativo SEI E-23/2319/2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Cancelar o auxílio adoção concedido por meio de Ato publicado no DOERJ de 30/04/2010 à servidora Aline Vivas Aragão, Id Funcional nº 4181959-4, relativo ao Julio Vivas Aragão, com fulcro no artigo 4º da Lei Estadual nº 3.499/2000.

Art. 2º - O termo final de produção de efeitos do ato mencionado no art. 1º em relação ao adotando é 17/07/2022.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2023

ROSANGELA DE SOUZA GOMES

Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

Id: 2473512

RESOLUÇÃO SEDSODH Nº 722 DE 20 DE ABRIL DE 2023

CANCELA O AUXÍLIO ADOÇÃO NA FORMA QUE MENCIONA.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, considerando os termos da Lei nº 3.499, de 08 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 27.776, de 12 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto nº 28.844 de 18 de julho de 2001 e o que consta do Processo Administrativo SEI E-23/001/677/2016. **RESOLVE:**

Art. 1º - Cancelar o auxílio-adoção concedido por meio do ato publicado no DOERJ de 01/07/2016 ao servidor Jackson Alves Irmão, ID Funcional 2448325-7, pelo acolhimento de Bruna José de Oliveira, fundamentado no artigo 14, inciso II, da Lei nº 3.499/2000, a contar de 10/11/2016.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2023

ROSANGELA DE SOUZA GOMES

Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

Id: 2473513

RESOLUÇÃO SEDSODH Nº 723 DE 20 DE ABRIL DE 2023

ALTERA O AUXÍLIO ADOÇÃO NA FORMA QUE MENCIONA.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, considerando os termos da Lei nº 3.499, de 08 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 27.776, de 12 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto nº 28.844 de 18 de julho de 2001 e o que consta do Processo Administrativo SEI E-23/355/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o auxílio-adoção concedido a Marcos Elias Pinheiro da Silva, ID funcional nº 24807834, por meio do ato publicado no DOERJ de 23/05/2012, com base no artigo 4º da Lei nº 3.499/2000.

Art. 2º - O termo final de produção de efeitos do ato mencionado no art. 1º é 06/12/2023, que poderá ser prorrogado até 06/12/2026 de forma condicionada à demonstração semestral de que o adotando está matriculado e frequentando curso de nível superior.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2023

ROSANGELA DE SOUZA GOMES

Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

Id: 2473514

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS + DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO CELGBTI+/RJ Nº 003 DE 17 DE ABRIL DE 2023

DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXOS + DO RJ.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, INTERSEXOS + DO RJ (CELGBTI+RJ) no uso das suas atribuições conferidas pelo Art. 27 do Regimento Interno, Processo Administrativo nº SEI-310003/001946/2023.

CONSIDERANDO as alterações que se faziam necessárias para atualização do Regimento Interno, cujas alterações aconteceram na reunião ordinária de maio de 2022

rada na reunião anterior, justificando possível ilegalidade, incorreção ou inadequação técnica ou de outra natureza.

Art. 25 - O Plenário do Conselho LGBTI+/RJ e ou Mesa Diretora poderá, através de seus órgãos integrantes, convidar a participar de suas reuniões e atividades, técnicos (as) ou representantes de instituições públicas ou privadas ou da sociedade civil organizada, desde que diretamente envolvida no(s) assunto(s) que estiver(em) sendo tratado(s).

Seção IV

Da Mesa Diretora

Art. 26 - A Mesa Diretora será composta de um (a) Presidente, um (a) Vice-Presidente, um (a) Primeiro (a) Secretário (a) e um (a) Segundo (a) Secretário (a) eleitos (as) em assembléia específica.

Parágrafo Único - A Mesa Diretora reunir-se-á, no mínimo, uma vez por mês para a elaboração da pauta e encaminhamentos necessários, em reunião aberta aos (às) demais Conselheiros (as), podendo ser nas modalidades presencial, on-line e/ou híbrido.

Art. 27 - Compete ao (à) Presidente:

I - Representar o Conselho LGBTI+/RJ perante a Sociedade e os órgãos do Poder Público em todas as esferas;
II - Representar o Conselho LGBTI+/RJ, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele;
III - convocar e dirigir as reuniões ordinárias e extraordinárias, de acordo com a respectiva pauta;
IV - Assinar, juntamente com o (a) Vice-Presidente, todos os atos do Conselho LGBTI+/RJ;
V - Solicitar servidores (as) para o Conselho, se for o caso, de acordo com as deliberações do Plenário;
VI - Solicitar a autorização de despesas e pagamentos, em conformidade com decisões do Plenário;
VII - Apresentar ao Plenário, obrigatoriamente, as denúncias recebidas e questões relevantes dirigidas ao Conselho LGBTI, na primeira reunião subsequente ao recebimento;
VIII - Encaminhar aos órgãos do Poder Público em todas as suas esferas, bem como às entidades da sociedade civil, solicitação de informações ou providência que o Conselho LGBTI+/RJ julgar necessárias com relação às Políticas Públicas relacionadas a população LGB-TI+ e seus direitos;
IX - Atribuir aos (às) Conselheiros (as) tarefas específicas e delegar-lhes as funções de representação, para atos e prazos determinados;
X - Enviar, no período legal, a proposta orçamentária aprovada pelo Conselho LGBTI/RJ para o exercício seguinte;
XI - Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento Interno;
XII - Ouvido o Plenário, solucionar os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento.

Parágrafo Único - Nas votações do Plenário, o (a) Presidente exercerá o voto em caso de desempate, somente se, em segunda discussão, persistir o empate.

Art. 28 - Compete ao (à) Vice-Presidente:

I - Substituir e representar o (a) Presidente em suas ausências ou impedimentos;
II - Exercer as atribuições que lhe forem conferidas pelo (a) Presidente;
III - Assessorar o (a) Presidente em seus atos, quando solicitado;
IV - Acompanhar as Comissões Permanentes e Especiais em suas atividades;
V - Assinar, juntamente com o (a) Presidente todos os atos do Conselho.

Art. 29 - Compete ao (à) Primeiro (a) Secretário (a):

I - Substituir e representar o (a) Presidente e o (a) Vice-Presidente em suas ausências ou impedimentos, em quaisquer atos de competência daqueles;
II - Coordenar os serviços de secretaria, a serem desenvolvidos por servidores (as), se for o caso;
III - Redigir em conjunto com a secretaria a ata das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho LGBTI/RJ, em conjunto com a Presidência,
IV - Garantir a redação das atas das reuniões do Conselho LGBTI/RJ em arquivo próprio e em tempo hábil, assinando-as com o (a) Presidente;
VII - Apresentar o relatório anual de atividades do Conselho LGBTI/RJ;

Art. 30 - Compete ao (à) Segundo (a) Secretário (a) substituir o (a) Primeiro (a) Secretário (a) nas suas faltas e impedimentos, atuando de acordo com o que consta no art. 29 deste Regimento Interno e auxiliá-lo (a) em todos os seus atos.

Parágrafo Único - Em caso de ausência de ambos (as) os (as) Secretários (as), em reunião ordinária ou extraordinária, o (a) Presidente do Conselho LGBTI/RJ designará a secretária executiva para exercer a função interinamente.

Seção V

Das Comissões Permanentes

Art. 31 - O Conselho de Direitos da População LGBTI+ do Estado do Rio de Janeiro terá as seguintes Comissões Permanentes:

I - Segurança Pública, Polícias e Sistema Penitenciário;
II - Direitos, Justiça e Legislação;
III - Educação, Informação e Pesquisa;
IV - Proteção Integral à Saúde e Meio Ambiente;
V - Assistência Social, Trabalho e Renda;
VI - Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.
VII - Orçamento e Finanças
VIII - Intercambios e Convênios
§ 1º - Todos os estudos e pareceres emitidos pelas Comissões Permanentes serão submetidos ao Plenário para aprovação.
§ 2º - Sempre que houver necessidade, os expedientes recebidos pelo Conselho LGBTI/RJ serão encaminhados pela Mesa Diretora à Comissão Permanente pertinente que deverá emitir parecer em prazo pré-determinado.
§ 3º - Cada Comissão Permanente terá um (a) Coordenador (a) que será eleito (a) pelos seus membros em reunião convocada especialmente para este fim de 3 a 5 membro para sua composição escolhidas dentre os conselheiros, conselheiras e conselheiras, sendo obrigatório cada comissão se reunir bimestralmente para desenvolvimento de suas atividades, por meio virtual ou presencial.
§ 4º - A Mesa Diretora poderá compor as Comissões Permanentes, sendo garantida a participação de até um membro por Comissão.

Seção VI

Das Comissões Especiais

Art. 32 - As Comissões Especiais serão criadas pelo Plenário, para o exame de questões que sejam consideradas relevantes para as políticas públicas para a população LGBTI e Programa Estadual Rio Sem LGBTIfobia.

Dos (as) Convidados (as)

Art. 33 - O Conselho de Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado do Rio de Janeiro poderá convidar representantes de entidades, autoridades, cientistas e técnicos (as), nacionais e estrangeiros, para colaborarem em estudos ou participarem de reuniões ou eventos, por decisão do Plenário, sendo estes (as) considerados (as) Convidados (as).

Parágrafo Único - O número de Convidados (as) não poderá ultrapassar o número de Conselheiros (as).

CAPÍTULO IV

Das Disposições Finais

Art. 34 - A cobertura e o provimento das despesas com o transporte e locomoção dos (as) Conselheiros (as) da sociedade civil para o comparecimento em reuniões ordinárias e extraordinárias e outras atividades deverão ser requeridos com antecedência de 15 dias úteis da data da referida reunião ou atividade, por documento endereçado ao (à) Presidência do Conselho LGBTI/RJ, devendo o pedido ser justificado.

§1º - A cobertura e o provimento de despesas com o transporte e locomoção para o comparecimento em reunião ordinárias e extraordinárias somente serão concedidos aos (às) Conselheiros (as) que representem entidades da Sociedade Civil.
§2º - Os (As) Conselheiros (as) que forem designados (as) para representar o Conselho LGBTI/RJ em atividades fora do Município do Rio de Janeiro também terão direito a cobertura e provimento de despesas com diárias.
§3º - A cobertura e o provimento de despesas com o transporte e diárias não serão considerados como remuneração.

Art. 35 - O (A) Presidente do Conselho, 90 dias antes do término do mandato dos (as) representantes da sociedade civil, conclamará, por meio de edital publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, o Fórum Estadual de Grupos LGBTI do Rio de Janeiro para, no prazo de 30 (trinta) dias, promoverem a eleição dos novos membros do Conselho.

Art. 36 - O (A) Presidente do Conselho LGBTI/RJ, 90 dias antes do término do mandato dos (as) Conselheiros (as), solicitará aos (às) titulares e suplentes das Pastas do Poder Público que o compõe e a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Rio de Janeiro, CRESS, CRP, a referendarem a manutenção dos membros ou indicar novo nome, conforme o caso, observando o disposto no Art. 9º deste Regimento Interno.

Art. 37 - Na hipótese de ocorrerem fatos que impeçam a substituição regular dos membros do Conselho, estes terão o seu mandato prorrogado até a posse oficial dos (as) novos (as) Conselheiros (as).
Art. 38 - Todos (as) os (as) Conselheiros (as) do Conselho LGBTI/RJ terão livre acesso a toda e qualquer documentação referente a ele, solicitando vista de documentos a secretaria executiva com o prazo de 15 dias para entrega.

Art. 39 - Fica expressamente proibida a manifestação político-partidária nas atividades e reuniões do Conselho LGBTI/RJ.

Art. 40 - Nenhum membro do Conselho LGBTI/RJ poderá agir em nome deste sem prévia e formal delegação.

Art. 41 - O Conselho LGBTI/RJ, após aprovação deste Regimento Interno, atuará junto aos Poderes Executivo e Legislativo, visando a otimização da proposta orçamentária.

Art. 42 - Todas as votações do Conselho LGBTI/RJ serão declaradas oralmente e registradas em ata.

Parágrafo Único - Por deliberação da maioria simples dos (as) Conselheiros (as) presentes, a sessão poderá ser declarada secreta, parcial ou totalmente.

Art. 43 - Após a aprovação do presente Regimento Interno, o Plenário convocará eleição da Mesa Diretora, conforme o disposto no Art. 9º deste Regimento.

Art. 44 - A coordenação administrativa do Conselho LGBTI/RJ é de atribuição da Superintendência de Políticas LGBTI de acordo com o

ID FUNCIONAL	NOME	FUNÇÃO
5098369-5	MARIA CHRISTINA SOARES ALMEIDA	GESTOR
5127045-5	GABRIEL MARTINS DOS SANTOS	FISCAL
5100571-9	JULIANA FIGUEIREDO GOMES ERNESTO	FISCAL

Art. 3º - O gestor e os fiscais ora designados deverão observar e cumprir as regras estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, especialmente, os artigos 12 e 13 da referida norma
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro em 24 de abril de 2023	
LUCIANA MARTINS CALAÇA	
Presidente - FLXIII	Id: 2473568
FUNDAÇÃO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	
ATO DO PRESIDENTE	
PORTARIA FIA-RJ/P Nº 626 DE 17 DE ABRIL DE 2023	

ALTERA A PORTARIA FIA-RJ/P Nº 580, DE 01 DE AGOSTO DE 2022, QUE CRIOU A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CORREIO ELETRÔNICO ZIMBRA OPEN SOURCE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO- FIA/RJ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o processo nº SEI-031005/000027/2022,

RESOLVE:

Art. 1º - Altera a Comissão para Acompanhamento e Fiscalização da prestação de serviço de correio eletrônico Zimbra Open Source prestado atualmente para a versão comercial do Zimbra, com o PRODERJ - CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO;

Art. 2º - Que passa a vigorar com os seguintes servidores, Leandro de Souza Andrade, Id. Funcional nº 5117718-8, como Presidente, Ronaldo Santos Rodrigues, Id. Funcional nº 5127634-8 e Kamyla Da Silva Saantos, Id. Funcional nº 5124729-1, como Membros da Comissão;

Art. 3º - Fica designado o servidor FILIPE VERÇOZA ALVES, Id. Funcional nº 5117036-1, como Gestor da presente Contratação.

Art. 4º - Esta Portaria entrará na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2023	
FERNANDA LESSA FLORES RODRIGUES	
Presidente	Id: 2473448

Art. 1º do Decreto Estadual nº 41.798 de 02 de abril de 2009, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e ou outra secretaria em sua substituição, de acordo com o art. 1º do Decreto Estadual n.º 41.798 de 02 de abril de 2009, que terá como competência:

I - Gerir os recursos do Conselho LGBTI/RJ;
II - Propor formas de captação de recursos para o Conselho LGBTI/RJ
III - Prestar contas de todos os gastos do Conselho LGBTI/RJ, periodicamente, ao Plenário e aos órgãos competentes, por iniciativa própria e sempre que solicitado;
IV - Exibir, quando solicitado formalmente por qualquer Conselheiro (a), documentos relativos aos gastos do Conselho LGBTI/RJ, no prazo máximo de 72 horas a contar da data da solicitação;
V - Responsabilizar-se pela correspondência do Conselho LGBTI/RJ;
VI - Manter, sob sua guarda e responsabilidade, o arquivo de correspondência recebida e emitida, livros e outros documentos;
VII - Assegurar a distribuição aos (às) Conselheiros (as) das cópias das atas de Reunião para aprovação do Plenário.

Art. 46 - A composição da Mesa Diretora será sempre paritária, observando o rodízio na Presidência e mandato de 2 (dois) anos, respeitando as diversidades.
Parágrafo Único - o Primeiro mandato da Presidência será exercido por representante da Superintendência de Políticas LGBTI para facilitar a operacionalização do Conselho LGBTI/RJ.

Art. 47 - O presente Regimento Interno, após aprovado pelo Conselho LGBTI/RJ, só poderá ser modificado por quorum qualificado de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros, de acordo com o 7º deste Regimento Interno.

Art. 48 - Os casos omissos no presente Regimento Interno serão dirimidos pelo Plenário do Conselho.

Art. 49 - Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação.

Id: 2473522

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO LEÃO XIII

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA FLXIII Nº 637 DE 24 DE ABRIL DE 2023

COMISSÃO DE RECEBIMENTO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS QUE MENCIONA.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LEÃO XIII, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis à matéria,
CONSIDERANDO:

- o disposto no art. 58, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual estabelece o dever-poder de a Administração Pública fiscalizar a execução dos contratos administrativos;
- o disposto no art. 67 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que determina que a fiscalização da execução do contrato administrativo far-se-á por representantes da Administração Pública especialmente designada;
- o disposto no art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016,
- o constante dos autos do Processo nº SEI-310006/000153/2023
RESOLVE:
Art. 1º - Nomeia a Comissão de Recebimento, Acompanhamento e Fiscalização da execução do contrato 02/2023, em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016
Art. 2º - Ficam designados para compor a Comissão de Fiscalização da execução do contrato os seguintes servidores mencionados.

FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA FIA-RJ/P Nº 627 DE 18 DE ABRIL DE 2023

ALTERA A PORTARIA FIA-RJ/P Nº 599, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022, QUE CRIOU A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS E HIGIENIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO- FIA/RJ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o processo nº SEI-031005/000033/2022,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a Composição da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato de Prestação de Serviços de Controle de Vetores e Pragas Urbanas e Higiениização, por meio de Desinsetização, Desratização, com a empresa Acqualimp Soluções em Tratamento de Esgoto e Instalações LTDA - ME.

Art. 2º - Passa a vigorar com a seguinte composição, Leandro de Souza Andrade, Id. Funcional nº 5117718-8, na função de Presidente da Comissão e Ronaldo Santos Rodrigues. Id. Funcional nº 5127634-8, Luiz Carlos Falcão da Silva, Id. Funcional nº 5094509-2 na função de Membros da Comissão.

Art. 3º - Mantendo o servidor Moysés Gomes da Silva, Id. Funcional nº 2854943-0, como Gestor do presente Contrato.

Art. 4º - Esta Portaria entrará na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2023	
FERNANDA LESSA FLORES RODRIGUES	
Presidente	Id: 2473459
FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	
ATO DO PRESIDENTE	
PORTARIA FIA-RJ/P Nº 629 DE 18 DE ABRIL DE 2023	

ALTERA A PORTARIA FIA-RJ/P Nº 602, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023, QUE CRIOU A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO SPLIT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO- FIA/RJ, no uso de

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ATO DO PRESIDENTE
PORTARIA PRODERJ/PRE Nº 1.078 DE 19 DE ABRIL DE 2023
INSTAURA TOMADA DE CONTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ, no uso das atribuições legais e tendo em vista o constante dos autos do processo n.º SEI-430002/000339/2022,
RESOLVE:
Art. 1º - Instaurar Tomada de Contas para, no prazo de 60 (sessenta) dias, apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o possível dano ao erário verificado pela Comissão de Sindicância instituída pela Portaria PRODERJ/PRE n.º 990, de 05 de setembro de 2022, que apurou os fatos relatados no processo administrativo SEI-150016/000234/2022.
§1º - O prazo previsto no caput deste artigo, desde que justificadamente pela Comissão, poderá ser prorrogado até o máximo estabelecido no inciso I do art. 12 da Deliberação n.º 279, de 24 de agosto de 2017, do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE/RJ.
§2º - A Comissão deverá observar as disposições dos normativos em vigor, em especial a Deliberação TCE-RJ n.º 279/2017.
Art. 2º - A Comissão de Tomada de Contas será formada pelos servidores elencados abaixo, sob a presidência do primeiro:
I - Élio Thomé de Souza Filho, ID Funcional n.º 4347507-8;
II - Márcio Mathias Quintella, ID Funcional n.º 4347493-4; e
III - Iris Portela Marques, ID Funcional n.º 4189952-0.
Art. 3º - Os resultados dos trabalhos da Comissão de Tomada de Contas Especial, materializados sob a forma de relatório, serão encaminhados à Unidade de Controle Interno do PRODERJ, na forma do procedimento estabelecido no Decreto n.º 43.463, de 14 de fevereiro de 2012.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Rio de Janeiro, 19 de abril de 2023
FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA Presidente
Id: 2473162
CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE PATRIMÔNIO E LOGÍSTICA
DESPACHO DO DIRETOR DE 14/04/2023
PROCESSO SEI Nº E-04/445575/1987 - JOSE PAULO TELLES PIRES DE FARIA, Analista de Sistemas, ID 28211561- Tendo em vista o que consta do processo SEI Nº. E-04/445575/1987, CONCEDO 90 (noventa) dias de licença prêmio, nos termos do art. 19, inciso VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo Art. 129, do Decreto nº 2479/79, correspondentes ao período base de 25/05/2017 a 23/05/2022.
Id: 2473551

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ATO DO DIRETOR PRESIDENTE
PORTARIA EMOP Nº 1023 DE 19 DE ABRIL DE 2023
SUBSTITUIÇÃO DE FISCAL NAS COMISSÕES DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DAS CONCESSIONÁRIAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS NOS - DEPMANS/ COOMAN/DIRM, OBJETO DOS PROCESSOS NºS SEI-170002/000154/20, SEI-170002/000134/20, SEI-170002/000184/20, SEI-170002/000193/20, SEI-170002/000170/20, SEI-170002/000127/20, SEI-170002/003090/21, SEI-170002/003137/21.
O DIRETOR PRESIDENTE DA EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMOP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,
RESOLVE:
Art. 1º - Alterar a composição das Comissões de Gestão e Fiscalização dos serviços executados pelas Concessionárias de Serviço Público nos Departamentos de Manutenção - DEPMANs, constituídas pelas PORTARIAS EMOP SEI N s 173, 174, 175, 176, 178, 179, todas de 19/03/2020, publicadas no DOERJ de 23/03/2020, bem como pelas Portarias EMOP Nº 627 e 628, publicadas no DOERJ de 23/12/2021, cujo objeto consiste na gestão e fiscalização da execução da prestação de serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto, e o de fornecimento de energia elétrica.
Art. 2º - Incluir na presente Portaria. a gestão e fiscalização da execução da prestação de serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto, pela CONCESSIONÁRIA BRK AMBIENTAL MACAÉ S/A, que atende o 4º DEPMAN - Macaé, omitida no DOERJ de 23/03/2020, objeto do processo E-17/002/003.154/2014.
Art. 3º - Designar Letícia Leite Costa, Assistente, ID Funcional nº 5132611-6, como Fiscal nas Comissões em referência, em substituição à Sandra Lilian Moreira Cazonatti, Assistente I, ID Funcional nº 2040094-2, tendo em vista sua transferência de Diretoria.
Art. 4º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03 de abril de 2023, revogadas todas as disposições em contrário.
Rio de Janeiro, 19 de abril de 2023
ANDRÉ LUIZ RIBEIRO BRAGA Diretor Presidente
Id: 2473362
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ATO DO DIRETOR PRESIDENTE
PORTARIA EMOP Nº 1025 DE 20 DE ABRIL DE 2023
ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO PARA OS FINS QUE MENCIONA.
O DIRETOR PRESIDENTE DA EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMOP, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o estabelecido nos Artigos nos 213 a 216 do Regulamento de Licitações e Contrato da EMOP, e a indicação do Diretor de Planejamento e Projetos (50606498), constante do processo SEI-170002/000540/2021.

RESOLVE:

Art. 1º- Alterar a composição da Comissão constituída pela PORTARIA EMOP SEI Nº 998 DE 15 DE MARÇO DE 2023 (48609753) publicada no DOERJ, de 17/03/2023 (48743723), responsável pela Gestão e Fiscalização da Execução de Campanha de Investigação Geotécnica através da Ata de Registro de Preços nº 002/2021* - Processo SEI-170002/000540/2021.

Art. 2º - Designar a servidora Thalita Bueno Sabino, ID Funcional: 5139422-7, em substituição ao servidor Edson Carneiro Rodrigues, ID Funcional nº 5137226-6.

Art. 3º - A Comissão passa a vigorar com a seguinte composição:

GESTOR:
Júlio Cesar de Oliveira, ID Funcional nº 4416317-7

FISCALIZAÇÃO:
Valdir Couto da Costa, ID Funcional nº 2853024-1
Thalita Bueno Sabino, ID Funcional nº: 5139422-7

Art. 4º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 19/04/2023, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2023

ANDRÉ LUIS RIBEIRO BRAGA
Diretor Presidente

Id: 2473332

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES
EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 24/04/2023

PROCESSO Nº SEI-170002/003085/2022- Consubstanciado no pronunciamento do Pregoeiro, **INDEFIRO** os Recursos apresentados pelas empresas ARFLEX COMERCIO E SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO EIRELI, ENCLIMAR ENGENHARIA DE CLIMATIZAÇÃO LTDA., LIVRE INOVAÇÕES EIRELI, SULAMERICANA ENGENHARIA LTDA. e TECNO TEMP COMÉRCIO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA - EPP no Pregão Eletrônico nº 036/2022.

PROCESSO Nº SEI-170002/003085/2022- APROVO os procedimentos adotados até a presente data referente ao Pregão Eletrônico nº 036/2022, que tem por objeto a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia mecânica, para a aquisição e instalação de (02) duas unidades resfriadoras de líquido (chiller), incluindo o fornecimento e instalação de bombas de água gelada e 01 (um) painel de controle, contemplando toda automação, materiais, equipamentos e mão de obra necessários, que integrará a central de água gelada para atender ao sistema de climatização da unidade RIOPREVIDÊNCIA, do edifício situado na Rua da Alfandega, nº 08, Centro, Município do Rio de Janeiro-RJ. HOMOLOGO o Pregão Eletrônico nº 036/2022 e ADJUDICO o objeto supramencionado no valor de R\$ 5.954.100,94 (cinco milhões e novecentos e cinquenta e quatro mil e cem reais e noventa e quatro centavos) à empresa INNOVA AIR Serviços Técnicos LTDA., declarada vencedora do certame conforme consta em Ata.

Id: 2473539

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES
INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO DIRETOR DE 20.04.2023

PROCESSO Nº SEI-330020/000238/2023 - RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação em conformidade com o artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, em favor da empresa MUNDO GEO CONNECT, no valor de R\$ 1.650,00 (um mil, seiscentos e cinquenta reais), conforme o inciso II, do artigo 25 c/c o artigo 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/1993.

Id: 2473344

Procuradoria Geral do Estado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ATO DO PROCURADOR-GERAL DE 20.04.2023

REMOVE LUCIANA BROEDEL PASCOAL, Analista Processual, Id. Funcional nº 42765102, da Procuradoria Tributária para a Procuradoria de Métodos Adequados de Solução de Controvérsias e Direitos Humanos, da Procuradoria Geral do Estado, da Chefia do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, com validade de 03 de abril de 2023. Processo nº SEI-140001/000138/2023.

Id: 2473572



E-04/042/102922/2018	MARIA DA GLÓRIA O FERREIRA
E-04/042/102923/2018	RENATO FONSECA QUARESMA
E-04/042/103003/2018	MARCOS JOSÉ GOMES CEDRAZ
E-04/042/103068/2018	CRISTIANO SANTOS PIMENTEL
E-04/042/103072/2018	ANDRÉ LUÍS CORREA ROSA
E-04/042/103083/2018	MARCOS ALEXANDRE NASCIMENTO SAMPAIO
E-04/042/103176/2018	LOCACAR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA-ME
E-04/042/102755/2018	HOUZANA SILVA DA CARVALHO
E-04/042/103225/2018	CARLOS HENRIQUE RODRIGUES DA CONCEIÇÃO
E-04/042/103272/2018	PAULO DA SILVA FILHO
E-04/042/103279/2018	MARCELO DE SOUZA ARAÚJO
E-04/042/103286/2018	LEANDRO GUEDES DE PAULA
E-04/042/103288/2018	THIAGO SIQUEIRA DE OLIVEIRA
E-04/042/103289/2018	WELLINGTON MENDONÇA FLEURY CURADO
E-04/042/103304/2018	THOR NASCIMENTO SALCEDO DA MATTA
E-04/042/103331/2018	FELICIDADE PIRES VASCONCELOS
E-04/042/103340/2018	MARIA JOSÉ SILVA DO NASCIMENTO
E-04/042/103348/2018	JOAQUIM ALVES DOS SANTOS
E-04/042/103452/2018	CHRYSTIAN ZDANOWSKI DURIEZ
E-04/042/103350/2018	CARLOS EDUARDO SILVA PORTO
E-04/042/103382/2018	ALEXANDRE DE OLIVEIRA CARVALHO
E-04/042/103391/2018	HERALDS ALUGUEL DE VEÍCULOS LTDA
E-04/042/103451/2018	ROBERTO PINTO DE ALMEIDA
E-04/042/103525/2018	ARIEL GUSTAVO CORREA DA SILVA
E-04/042/103543/2018	GOAL VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA
E-04/042/103559/2018	RAINER ALEXANDRE PAPA REIS
E-04/042/103628/2018	ISAAC DANIEL MICHA
E-04/042/103688/2018	REA T E T LOC DE VEÍCULOS LTDA-ME
E-04/042/103705/2018	THIAGO HENRIQUE DA FONSECA
E-04/042/416/2018	JEFFERSON PEREIRA CIPRIANO
E-04/042/456/2018	FRANCISCO IRINEU MAGALHÃES
E-04/042/500/2018	DANIEL MOLINA MOREIRA
E-04/042/523/2018	EWERTON RAMOS DE SOUZA TURQUES
E-04/042/777/2018	ANTÔNIA DE MARIA VIEIRA
E-04/042/811/2018	SEBASTIÃO RICARDO SÁ
E-04/042/498/2018	JORGE LUIZ VIEIRA
E-04/042/873/2018	DANIEL DA SILVA DIAS
E-04/042/929/2018	GINETTA LEVI MORTERA
E-04/042/1052/2018	JORGE MARINHO DE CERQUEIRA
E-04/042/1430/2018	MARIA JOSÉ PAZZE LESSA
E-04/042/1812/2018	BEATRIZ DUQUE ESTRADA SERCIO
E-04/042/2317/2018	DANIELLA SANTOS DE SOUZA
E-04/042/2432/2018	CARLOS EDUARDO DE SOUZA SILVA
E-04/042/2556/2018	IMAAJ IND DE MÁQUINAS E AUTOMAÇÃO LTDA
E-04/042/3857/2019	JEFFERSON DE MELO PEREIRA
E-04/042/100622/2018	ANTÔNIO NUNES DA SILVA FILHO
E-04/042/100484/2018	JULIANA DE BARROS SAMPAIO
E-04/042/387/2018	TIAGO ROBERTO DA SILVA SANTOS
E-04/042/105/2018	FÁBIO JESUS F LOURENÇO
E-04/042/3751/2019	MARIA CRISTINA F L GUEIRA DA SILVA
E-04/042/3148/2019	MAURÍCIO DE MENEZES CORDEIRO
E-04/042/4043/2019	ANA CRISTINA MARTINS LEANDRO
E-04/042/4219/2019	COMUNIDADE APOSTÓLICA VITÓRIA
E-04/042/3752/2019	RAUL EDUARDO MONTES OGAS
E-04/042/3558/2019	JOSUÉ SILVA BISPO
E-04/042/578/2019	JOSÉ EUDES DO NASCIMENTO
E-04/042/816/2019	ALEX DE SOUZA ANDRADE
E-04/042/1092/2017	IDA DA SILVA COSTA
E-04/042/3844/2019	VOLMER PARTS COMERCIAL EXPORTADORA LTDA
E-04/42/529/2020	LEANDRO VILLA NOVA DE OLIVEIRA
E-04/042/102726/2018	CÍCERO FIRMINO DE OLIVEIRA
E-04/042/353/2020	ARMANDO SANTOS DE PÁDUA
E-04/042/575/2020	RENATA DE CASTRO GUIMARÃES
E-04/042/6584/2019	SÔNIA MARIA FIGUEIRAS PIRES
E-04/042/103426/2018	IONI DA SILVA RIBEIRO
E-04/042/1116/2019	COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS
E-04/042/2305/2016	MOREIRA E GONÇALVES LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA ME
E-04/042/102219/2018	PRISCILA ESPÍNDOLA THOMAZ
E-04/042/102092/2018	DAMIÃO DOS SANTOS VIEIRA
E-04/042/102165/2018	BRALDECIR VITALINO DA SILVA
E-04/042/102089/2018	MOUTINHO AUTOMÓVEIS LTDA
E-04/042/102084/2018	MANUEL PAREDES GERPE
E-04/042/102062/2018	FLÁVIA REGINA GONÇALVES ROSA
E-04/042/101883/2018	ESTER CORREIA DE LIMA
E-04/042/101881/2018	MATHEUS SANTOS DE ASSIS JINKINGS
E-04/042/101830/2018	IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS ITAIPU
E-04/042/101748/2018	LUIZ CARLOS PINTO GOMES
E-04/042/101733/2018	JOSÉ DE ARIMATÉA VIANA PINTO
E-04/042/101585/2018	OSMIR DOS SANTOS CORRÊA
E-04/042/101555/2018	JULIANA PANDINI CASTELPOGGI
E-04/042/101553/2018	VIAÇÃO MAUÁ S/A
E-04/042/101429/2018	JOSÉ MARIA DA SILVA
E-04/042/101350/2018	MARIA DA GLÓRIA N T ESCOLAR ME
E-04/042/101349/2018	GISELLE BASTOS STIVANELLO
E-04/042/101332/2018	ROMA AUTOMÓVEIS E SERVIÇOS LTDA
E-04/042/101325/2018	ROBERTO SOARES DE MOURA FILHO
E-04/042/101323/2018	REGINA C BOTELHO MORAES SARMENTO
E-04/042/101307/2018	MARCELO MARQUES PAULINO
E-04/042/101306/2018	JACIARA MENDES RIBEIRO
E-04/042/101301/2018	JOSÉ AMARO DA SILVA
E-04/042/101220/2018	MARCELO QUEIROZ DE FREITAS
E-04/042/101185/2018	JÚLIO CÉSAR FREITAS PIRES
E-04/042/101182/2018	CHRISTIANE PESSANHA DE ATHAYDE
E-04/042/101061/2018	MARLENE CARDOSO DA SILVA
E-04/042/100987/2018	VALÉRIA SOUZA MATOS DE ALBUQUERQUE
E-04/042/100938/2018	WASHINGTON DE SOUZA MATTOS
E-04/042/100883/2018	SÔNIA SOARES DE AZEVEDO

E-04/042/100845/2018	SÉRGIO ANTÔNIO DA SILVA
E-04/042/100798/2018	RAFAEL ANDRADE DE FARIAS NEVES
E-04/042/100759/2018	ANDRÉ LUIZ DA SILVA
E-04/042/100752/2018	MARIA CÉLIA VIANNA LIPORACE
E-04/042/100726/2018	RAQUEL DOS SANTOS SILVA
E-04/042/100715/2018	BANCO PAN S.A.
E-04/042/100629/2018	MK LOCAÇÕES E TRANSPORTES EIRELI
E-04/042/100628/2018	MK LOCAÇÕES E TRANSPORTES EIRELI
E-04/042/100406/2018	CRISTIANE FARIAS DO CARMO
E-04/042/100394/2018	JORGE LUÍS DOS SANTOS SILVA
E-04/042/100372/2018	IZA MARIA VASCONCELLOS MARTINS
E-04/042/100355/2018	DANIEL MIZAEI CAROLINDO
E-04/042/100318/2018	ÍTALO MURILO DOS SANTOS SILVA
E-04/042/100222/2018	FÊNIX COMÉRCIO DE GÁS LTDA ME
E-04/042/100218/2018	RENATA TORETTI DE PAULA
E-04/042/100216/2018	LUIZ MANOEL DA SILVA RODRIGUES
E-04/042/100193/2018	ALBERTO SILVEIRA DE AZEVEDO
E-04/042/100156/2018	NÁDIA MARIA DRUMMOND DE MOURA
E-04/042/100063/2018	ELIANE LEONORA CARVALHO
E-04/042/100055/2018	ANTÔNIO RAMOS EUGÊNIO
E-04/042/2592/2018	BANCO PAN
E-04/042/2559/2018	AMÉLIA PICORELLI LUCAS
E-04/042/2503/2018	SEVERINO DIAS PEREIRA
E-04/042/2326/2018	TORQUATO E RAMALHO LATICÍNIOS LTDA ME
E-04/042/2277/2018	TASSIANA MENEZES
E-04/042/2164/2018	TEREZA DE JESUS SALGADO
E-04/042/2081/2018	ISOCOM ISOLAMENTOS COMERCIAL LTDA
E-04/042/1937/2018	SANDRO MÁRCIO PEÇANHA FREITAS
E-04/042/1864/2018	PAULO ROBERTO ESTEVES DE MENDONÇA
E-04/042/1850/2018	MARCOS NOLL BARBOSA
E-04/042/1785/2018	PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL
E-04/042/1760/2018	ALEXSANDRO PEREIRA PINTO
E-04/042/1738/2018	PAULO ROBERTO SABINO
E-04/042/610/2018	FELIPPE FERREIRA PIAZZA
E-04/042/1609/2018	EBEC LOCAÇÃO DE VEÍCULOS S/A
E-04/042/1570/2018	CLÉBER DE OLIVEIRA FURTADO
E-04/042/566/2018	AUTO VIAÇÃO JABOUR LTDA
E-04/042/702/2018	LUIZ CARLOS DA SILVA QUINTO
E-04/042/710/2018	NILTON TELLES DA SILVA
E-04/042/988/2018	FATOR TRADE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS
E-04/042/1024/2018	GILSON LEAL CAJUEIRO
E-04/042/1135/2018	CLÁUDIO COUTINHO COELHO FILHO
E-04/042/963/2018	HUGO LEONARDO PEREIRA DE OLIVEIRA
E-04/042/1225/2018	ANTÔNIA FÁTIMA BANDEIRA
E-04/042/1390/2018	VICTOR SILVA PEREIRA
E-04/042/1466/2018	SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARDOSO MOREIRA
E-04/042/1467/2018	SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARDOSO MOREIRA
E-04/042/305/2018	GLÁUCIA MARIA DE MAGALHÃES
E-04/042/696/2018	MARCOS PAULO DA SILVA XAVIER
E-04/042/296/2018	ANDRÉ LUIZ ALMEIDA DO AMARAL
E-04/042/287/2018	BREMEN COM DE VEÍCULOS LTDA
E-04/042/286/2018	RIO DE JANEIRO COM DE VEÍCULOS LTDA
E-04/042/284/2018	AGO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA
E-04/042/109/2018	JOÃO AFONSO ZANZONI FILHO
E-04/042/25/2018	AUTO ESCOLA SIENNA NETTO LTDA
E-04/042/90/2018	LEANDRO MARCELINO DE ALMEIDA
E-04/042/1604/2014	JACI ROSA
E-04/042/2387/2015	W O SANTOS LOCAÇÃO ME
E-04/042/2537/2015	MINISTERIO GRANDE COLHEITA
E-04/042/2574/2015	TRD SERVIÇOS E ADMINISTRACAO LTDA
E-04/042/533/2014	JOSÉ RODRIGUES LOPES
E-04/042/3762/2016	MARIA LUIZA P LEMOS
E-04/042/2846/2016	HENRIQUE LUCAS DOS SANTOS NETO
E-04/042/56/2015	DIOGO LOCAÇÕES DE VEICULLOS LTDA ME
E-04/042/57/2015	DIOGO LOCAÇÕES DE VEICULLOS LTDA ME
E-04/042/58/2015	DIOGO LOCAÇÕES DE VEICULLOS LTDA ME
E-04/042/59/2015	DIOGO LOCAÇÕES DE VEICULLOS LTDA ME
E-04/042/60/2015	DIOGO LOCAÇÕES DE VEICULLOS LTDA ME
E-04/042/488/2015	ANA PAULA NASCIMENTO TEIXEIRA
E-04/042/1462/2013	LUIS CARLOS CORDEIRO PRATA
E-04/042/1407/2013	WAGNO PEDROSA DA SILVA
E-04/042/953/2015	WILTON BARBOSA RUSSO
E-04/042/157/2019	RITA SCHARF BEIRAO
E-04/042/103587/2018	VIRGINIA ISABEL SOUTELLO CAMAROTA
E-04/042/103400/2018	LIA DE ANDRADE LIMA
E-04/042/103600/2018	KATHERINE VITORIA ESTRELA FERRO LIMA
E-04/042/102589/2018	ETINA LOPES RANGEL MARIZ
E-04/042/101998/2018	GEORGE IRVIN F SADICOFF
E-04/042/103210/2018	PAULO CEZAR AMARAL SOARES
E-04/042/103682/2018	ISABEL RODRIGUES MONTEIRO
E-04/042/156/2019	WAGNER DE VASCONCELLOS NASCIMENTO
E-04/042/102334/2018	MONICA DE FIGUEIREDO XAVIER FERREIRA
E-04/042/103206/2018	MARIZA FURTADO DE MENDONÇA DUTRA DE ABREU
E-04/042/102473/2018	MARINA FATIO SCHULZE
E-04/042/102537/2018	FRANCISCO SILVINO DE AZEVEDO
E-04/042/102771/2018	DERCILIA DA COSTA E SILVA
E-04/042/1604/2019	LUCIMAR CORDEIRO DA TRINDADE
E-04/042/102478/2018	ROSELI EL BAYEH
E-04/042/698/2019	ELIAS CHAVES SOBRINHO
E-04/042/2742/2019	LUIZA DE MELO RAMALHO DA SILVA
E-04/042/2741/2019	CARLOS ALBERTO FERREIRA COELHO
E-04/042/2664/2019	ELIDINALDO DE LIMA
E-04/042/2293/2019	SILVANA RODRIGUES MAGALHAES DE BARROS
E-04/042/1603/2019	VANIA PONTES MENDES DA SILVA
E-04/042/960/2019	LETICIA DE OLIVEIRA PEREIRA
E-04/042/1737/2019	SUELI RABELO FERREIRA
E-04/042/1736/2019	ARTUR DE ALMEIDA ARSENIO
E-04/042/102851/2018	ANTONIA FLAVIANNY DE MOURA MONTEIRO
E-04/042/103115/2018	ELZA MAIRA GOMES RIBEIRO DE MOURA
E-04/042/694/2019	BRUNO CABRAL DE OLIVEIRA
e-04/042/4072/2017	LILIA DA GRAÇA RIBEIRO DE OLIVEIRA
E-04/011/45/2018	WILLIAM DA COSTA OLIVEIRA
E-04/025/1061/2015	ERIC VIDAL BOTELHO
E-04/013/365/2014	ADILSON DOS SANTOS CERBINO

Id: 2473318

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
FUNDO UNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE SEGURIDADE

EDITAL

O FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOPREVIDÊNCIA CONVOCA os beneficiários, listados abaixo, a entrar em contato com o Rioprevidência, através do e-mail ciencia@rioprevidencia.rj.gov.br para apresentar documentos e defesa, se houver, no prazo máximo de 15(quinze) dias úteis, a contar da publicação deste edital. O não atendimento ao solicitado acarretará a suspensão do benefício. Processo nº SEI-040161/011827/2020.

Proc. nº SEI-040161/013393/2022 - **SILVIO OLIVEIRA DA SILVA**
Proc. nº SEI-040161/013400/2022 - **CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE MELLO**
Proc. nº SEI-040161/013399/2022 - **PATRICIA PERES DO ROSARIO ROSA**
Proc. nº SEI-040161/013412/2022 - **AURELIO DA PIEDADE SILVA**
Proc. nº SEI-040161/013413/2022 - **SEBASTIÃO OLIVEIRA SILVA**
Proc. nº SEI-040161/014481/2022 - **ALCIONE BRITO DE OLIVEIRA**
Proc. nº SEI-040161/014518/2022 - **ERICA GARCIA PINHEIRO**

Proc. nº SEI-040161/014490/2022 - **ALINE CARDOZO OLIVEIRA**
Proc. nº SEI-040161/014503/2022 - **CARLA PEREIRA DOS SANTOS**
Proc. nº SEI-040161/014492/2022 - **ANA PAULA DA CRUZ LIMA**
Proc. nº SEI-040161/003386/2023 - **MARGARETE SILVA MACEDO**

Id: 2473409

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo 01 ao Contrato nº03/2019.

PARTES: Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro - RJPrev e Icatu Seguros S.A.

OBJETO: a alteração qualitativa do Contrato nº 03/2019, relativo à contratação de seguro específico para cobertura de riscos atuariais decorrentes da concessão de benefício devido em razão de invalidez e morte de participantes do plano de benefícios RJPREV-CD e de outros planos de servidores públicos civis ou empregados públicos que venham a ser administrados pela Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro - RJPrev, incluindo ainda a captação de novos participantes, na forma do PROJETO BÁSICO (Anexo I do Edital Concorrência RJPREV - nº. 01/2019) e do INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO (Edital Concorrência RJPREV - nº. 01/2019), com fundamento no inciso I, alínea a do art. 65, c/c art. 58, inciso I, da Lei nº 8.666/93, para melhor adequação às finalidades de interesse público. O contrato ora aditado permitirá a adesão de participantes nas

faixas de idade de 71 a 75 anos nos Planos de Benefícios oferecidos pela Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro - RJPrev, em adequação ao novo limite legal para aposentadoria compulsória estabelecido no inciso II do art.2º da Lei Complementar Estadual nº195/2021.

DATA DA ASSINATURA: 12/04/2023.

VALOR: o valor do contrato não será alterado.

FUNDAMENTO: inciso I, alínea a do art. 65, c/c art. 58, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-040163/000059/2023.

Id: 2473464

Secretaria de Estado de Polícia Militar

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº 028/2023-DGO

PARTES: SEPM e a empresa DBV COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DO BRASIL LTDA - CNPJ: 17.771.867/0001-43.

OBJETO: Aquisição de insumos odontológicos (compressas de gaze (não estéril).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses.

VALOR TOTAL: R\$ 2.327,50 (dois mil trezentos e vinte e sete reais e

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 25/2020

FUNDAMENTO: Processo nº SEI-270131/000071/2022.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, e a empresa CLÍNICA SÃO CARLOS S/A.

OBJETO: Promover a alteração quantitativa do objeto do contrato nº 25/2020 no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, que tem por objeto é a prestação de serviços contínuos de radioterapia para atender aos usuários do sistema de saúde do CBMERJ.

VIGÊNCIA: O 3º Termo Aditivo ao Contrato 25/2020 tem vigência a partir da publicação no DOERJ até 10/06/2023;

VALOR TOTAL: R\$ 589.392,50 (quinhentos e oitenta e nove mil trezentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 18/04/2023.

Id: 2473306

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

***INSTRUMENTO:** 1º Termo de Apostilamento ao Contrato nº 209/2022.

FUNDAMENTO: Processo nº. SEI-270042/000194/2021.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, e a empresa PRIVINA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a repactuação dos preços de transporte em todas as funções (de R\$ 4,05 para R\$ 4,30) do Contrato nº 209/2022, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada no serviço de copeiragem, cozinheira, garçom e servente, para atender as demandas da Secretaria de Estado de Defesa Civil (SEDEC) e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rio de Janeiro (CBMERJ) que possuem Unidades de Alimentação

Id: 2473552

Secretaria de Estado de Saúde

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 011/2023.

FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico 352/2022.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, e a empresa LLS COMERCIO E SERVICO EM EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA.

OBJETO: Pregão Eletrônico para contratação de empresa especializada para fornecimento, montagem e instalação de mobiliário.

VALOR TOTAL ADJUDICADO: R\$ 227.754,15 (duzentos e vinte e

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA E ATENÇÃO PRIMÁRIA
A SAÚDE

EDITAL

A SUBSECRETÁRIA DE VIGILÂNCIA E ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE torna público o resultado da avaliação referente ao 1º semestre de 2022, dos servidores enquadrados no Decreto de Gratificação de Produtividade, instituída pelo Decreto nº 44.843, de 16 de junho de 2014 e regulamentada pela Resolução SES nº 1.295, de 17 de novembro de 2015, que altera o anexo II da Resolução SES nº 976, de 09 de julho de 2014, após julgamento dos recursos, observadas as normas definidas. Processo nº SEI-080001/026034/2022. SVS

ID FUNCIONAL	NOME	NÍVEL	NOTA	RESULTADO
42157307	ALCIDEA SCHUENCK GUILANDE	SUPERIOR	70	APROVADO
30843758	ANA CARLA CORREA FRANCO	MÉDIO	70	APROVADO
42501687	ANDRÉ DE MIRANDA PINTO	SUPERIOR	70	APROVADO
32336942	ANGELA MARIA CASCÃO	SUPERIOR	70	APROVADO
42196175	ARCILEZ GREGÓRIO DA SILVA	SUPERIOR	70	APROVADO
42156076	BEATRIZ DIAS DE OLIVEIRA	SUPERIOR	70	APROVADO
42162505	BRUNO THURLER SANCHES	MÉDIO	70	APROVADO
31469744	CLAUDIA BERTOLLI ORMELLI	SUPERIOR	70	APROVADO
42157714	DELCINEA BASTOS S. BERNARDINO	SUPERIOR	70	APROVADO
42157951	DULCIENE DE OLIVEIRA PORTO	MÉDIO	70	APROVADO
42162360	ELISANGELA SCHULTZ	MÉDIO	70	APROVADO
36404683	FERNANDO MELO DE CARVALHO	MÉDIO	70	APROVADO
42158265	FRANCISCO CARLOS FERRAZ	SUPERIOR	70	APROVADO
31517277	GLADYS OLIVEIRA SOUZA	MÉDIO	70	APROVADO
04216097	HELOIZA HELENA O. M. AMARAL	SUPERIOR	70	APROVADO
31531369	ISRAEL LOPES DOS SANTOS	ELEMENTAR	70	APROVADO
42157692	ITAECI BRUM RUAS	SUPERIOR	70	APROVADO
31511953	JANAINA DE MACEDO FERREIRA MOLINO	MÉDIO	70	APROVADO
42161282	JANICE MARA MACHADO DA COSTA	SUPERIOR	70	APROVADO
42160235	JAQUELINE RODRIGUES DE SOUZA	MÉDIO	70	APROVADO
31518818	JOÃO ALBERTO CUNHA DE OLIVEIRA	MÉDIO	70	APROVADO
42158133	JOSE MAURO PEREIRA GOMES JUNIOR	MÉDIO	70	APROVADO
42153840	JOSÉ RIBEIRO MALTA HYGINO	MÉDIO	70	APROVADO
42686164	JULIANA MACEDO BRAGA M RUELA	SUPERIOR	70	APROVADO
42158087	JUSSARA DE SOUZA	MÉDIO	70	APROVADO
05639514	JUSSARA FIGUEIRA DE MEDEIROS	SUPERIOR	70	APROVADO
42158923	LILIAN RODRIGUES DE MIRANDA CUNHA	MÉDIO	70	APROVADO
42159946	LILIANE DE OLIVEIRA COSTA	SUPERIOR	70	APROVADO
42157625	LUCIANA ALMEIDA CAMPOS	SUPERIOR	70	APROVADO
31531857	LUIZ ALBERTO SABINO DA SILVA	ELEMENTAR	70	APROVADO
42489288	LUIZ CARLOS BARBOSA DE SOUZA	MÉDIO	70	APROVADO
31462650	MAGDA ADENISIA RODRIGUES	SUPERIOR	70	APROVADO
31493475	MARGARETH APARECIDA BATISTA	MÉDIO	70	APROVADO
42145830	MARIA ADELAIDE MENEZES RAMOS	SUPERIOR	70	APROVADO
31368441	MARIÂNGELA DE SOUZA SILVA	SUPERIOR	70	APROVADO
31124771	MARILEIDE PORTELA DA SILVA	MÉDIO	70	APROVADO
31556515	MARLY BARBOZA COELHO	MÉDIO	70	APROVADO
42530482	MICHELE LISBOA DOS SANTOS	MÉDIO	70	APROVADO
31883257	MIRIAN TEIXEIRA H COELHO	MÉDIO	70	APROVADO
42160901	PRISCILA BRANDÃO AGUIAR	MÉDIO	70	APROVADO
41960025	RAFAEL LUIZ RODRIGUES GOMES	MÉDIO	70	APROVADO
31557171	ROSEMARY MENDES ROCHA	SUPERIOR	70	APROVADO
42196540	SCHIRLENE DOS SANTOS RODRIGOS	SUPERIOR	70	APROVADO
30658659	SUELENI MOREIRA RIBEIRO	FUNDAMENTAL	70	APROVADO
42160936	VANESSA PAIVA MACHADO	MÉDIO	70	APROVADO
41960157	WAGNER DE SOUZA VAZ	MÉDIO	70	APROVADO

SUVISA

ID FUNCIONAL	NOME	NÍVEL	NOTA	RESULTADO
31480225	ADEMIR RAPOSO LEITE	SUPERIOR	70	APROVADO
42150744	ADNA DOS SANTOS AS SPASOJEVIC	SUPERIOR	70	APROVADO
31500544	ADRIANA CASTRO BARBOSA LOBO	SUPERIOR	70	APROVADO
31534155	ALCIMAR PINTO LOPES	MÉDIO	70	APROVADO
42484707	ALESSANDRA GEORGIA CAZARRE DO TORRES	SUPERIOR	70	APROVADO
31467288	ALESSANDRA RAMOS DA COSTA ZABAN	SUPERIOR	70	APROVADO
31530869	ALOIZIO OLIVEIRA DE SOUZA	ELEMENTAR	70	APROVADO
5466733	ANA LUCIA FREIRE ALLEMAO DESANDRADE RIBEIRO	SUPERIOR	70	APROVADO
31468080	ANA LUISA QUADROS DOS SANTOS MAURO	SUPERIOR	70	APROVADO
31221246	ANA MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES	MÉDIO	70	APROVADO
5636850	ANA PAULA MARTINS BRANDÃO	SUPERIOR	70	APROVADO
42161258	ANA SIU FUNG WONG	SUPERIOR	70	APROVADO
5636680	ANDRE LUIZ CERQUEIRA FERRAZ	SUPERIOR	70	APROVADO
5636655	ANDRE LUIZ MENEZES DE SOUZA	SUPERIOR	70	APROVADO

40299155	ANDRE QUEIROZ MACIEL	SUPERIOR	70	APROVADO
31477313	ANTONIO MANOEL RODRIGUES DASILVA	SUPERIOR	70	APROVADO
31234984	BÁRBARA COELHO DE SOUZA BASTOS	MÉDIO	70	APROVADO
31476856	BERNADETE ARAUJO DO ESPIRITO SANTO	SUPERIOR	70	APROVADO
5640172	BIANCA ANDRADE MARUN	SUPERIOR	70	APROVADO
30080355	CARLA TORRES DE ARAUJO SILVA	SUPERIOR	70	APROVADO
31467059	CARLOS ALBERTO DIAS PINTO	SUPERIOR	70	APROVADO
40738949	CARMEN ZAHLUTH DOS SANTOS	SUPERIOR	70	APROVADO
30319854	CELI MARIA BISPO DA FONSECA	FUNDAMENTAL	70	APROVADO
5636957	CHRISTIANE TRIGUEIROS MACEDO	SUPERIOR	70	APROVADO
31479820	CLOVIS MENDES LEITE NADALUTTI	SUPERIOR	70	APROVADO
31481035	DULCINDA FERREIRA CALDAS	FUNDAMENTAL	70	APROVADO
31476503	EDNA FERREIRA SANTA MARINHO	SUPERIOR	70	APROVADO
5636922	EDUARDO RAFAEL DE SOUZA	SUPERIOR	70	APROVADO
31477615	EDUIZA MARIA DA SILVA COSTA	FUNDAMENTAL	70	APROVADO
31468756	ERALDA FERREIRA DA SILVA	SUPERIOR	70	APROVADO
30510465	EUNICE OLIVEIRA BARBOZA	FUNDAMENTAL	70	APROVADO
31476481	FABIO DE JESUS SILVA	FUNDAMENTAL	70	APROVADO
31478115	FERNANDO DA SILVA BASTOS	SUPERIOR	70	APROVADO
30524776	GISELE TEIXEIRA GARCEZ	SUPERIOR	70	APROVADO
31471374	HELEN KELLER SARAIVA E SILVA BARRETO	SUPERIOR	70	APROVADO
31474047	HELOISA DA SILVA PINHEIRO	SUPERIOR	70	APROVADO
31477950	JAIRO DA SILVA FELIPE	SUPERIOR	70	APROVADO
5636990	JAQUELINE ARAUJO DOS SANTOS	SUPERIOR	70	APROVADO
31520677	JOÃO DE FARIAS FIGUEIREDO	SUPERIOR	70	APROVADO
31473237	JOSE CARLOS DE ALMEIDA	FUNDAMENTAL	70	APROVADO
30043050	JOSE FERREIRA DA COSTA	MÉDIO	70	APROVADO
42502748	JOSEFA SIEIRA CAAMANO CHAVES	SUPERIOR	70	APROVADO
31480454	JUSSARA DE MOURA SALGADO	SUPERIOR	70	APROVADO
42156041	KARLA SALLES DE WOLF	SUPERIOR	70	APROVADO
5502217	KATIA ALVES	SUPERIOR	70	APROVADO
31532179	KATIA APARECIDA TRINDADE DE OLIVEIRA	FUNDAMENTAL	67,5	APROVADO
31479758	KATIA TOBIAS DO NASCIMENTO CIRIACO	MÉDIO	70	APROVADO
30838215	LENILDO JOSÉ THURLER	SUPERIOR	70	APROVADO
31498019	LIGIA ALEXANDRA DE Q. CABRAL N. DE ALMEIDA	SUPERIOR	70	APROVADO
31478646	LILIA MARIA DOS SANTOS MIRANDA	SUPERIOR	70	APROVADO
30095050	LUCIA MARGARETH CARNEIRO	MÉDIO	70	APROVADO
31480640	MARCELO BRITTO CARVALHO DASILVA	SUPERIOR	70	APROVADO
5640237	MARCELO DORNELLES TAVORA	SUPERIOR	70	APROVADO
5637252	MARCELO FROTA CERDEIRA DE FRANCA	SUPERIOR	70	APROVADO
42503205	MARCIA REGINA THAMSTEM COELHO	SUPERIOR	70	APROVADO
31156657	MARCIO BERMAN	SUPERIOR	57,5	APROVADO
31474349	MARIA CLEONICE ARZIVENKO BECKER	SUPERIOR	70	APROVADO
31478719	MARIA CRISTINA BRAILE	SUPERIOR	70	APROVADO
5636833	MARIA DE FATIMA RODRIGUES CORE	SUPERIOR	70	APROVADO
31532659	MARIA IRADINA F. DO CARMO SOARES	ELEMENTAR	70	APROVADO
314778239	MARIA LIGIA DO ESPIRITO SANTO CALDAS	SUPERIOR	70	APROVADO
315182-14	MARIA LÚCIA SAMPAIO LOPES	SUPERIOR	70	APROVADO
32438419	MARIA PEDRINA SANTANNA DE SA CARVALHO	SUPERIOR	70	APROVADO
31533345	MARIA REGINA FERREIRA ANDRADE	MÉDIO	70	APROVADO
5638736	MARIZA CARDOSO RODRIGUES DE LIMA	SUPERIOR	70	APROVADO
31482660	MARTA SUELI MENDONÇA	MÉDIO	70	APROVADO
30873584	MIRIAN DA SILVA THOMÉ SILVA	SUPERIOR	70	APROVADO
30072263	MIRIAN DE ALMEIDA CYPRIANO	SUPERIOR	70	APROVADO
30074541	MONICA CAMPOS VELASQUE	FUNDAMENTAL	70	APROVADO
31482961	OSCAR HERUNDINO SILVA NETO	SUPERIOR	70	APROVADO
42504997	PATRÍCIA GONÇALVES SILVA	MÉDIO	70	APROVADO
40739031	PAULO CESAR FERREIRA DOS SANTOS	SUPERIOR	70	APROVADO
5348528	PAULO ROBERTO MIRANDA COELHO	SUPERIOR	70	APROVADO
31470033	RENATA BARANDA DE OLIVEIRA NETTO	SUPERIOR	70	APROVADO
30080053	RENATA CAMPOS VELASQUE	SUPERIOR	70	APROVADO
5636701	RENATA RUBIM DE ARAÚJO	SUPERIOR	70	APROVADO
42121680	RICARDO BARBOSA BARATA	MÉDIO	70	APROVADO

41991982	ROGERIA ANDRADE DE CARVA-LHO	SUPERIOR	70	APROVADO
30811457	ROMELIA DE OLIVEIRA SANTOS	SUPERIOR	70	APROVADO
5637430	ROSA MARTINEZ MELO	SUPERIOR	70	APROVADO
31482252	ROSANE COHEN	SUPERIOR	70	APROVADO
41817770	ROSANE DA SILVA MARINELLI	SUPERIOR	70	APROVADO
5636809	ROSANGELA DE SOUSA NUNES SEIXAS	SUPERIOR	70	APROVADO
31482368	ROSANGELA MARINHO DA SILVA	ELEMENTAR	70	APROVADO
31546366	ROSANGELA NAVEGA	FUNDAMENTAL	70	APROVADO
5636949	ROSIMAR CARVALHO DA SILVA MIRANDA	MÉDIO	70	APROVADO
31231365	SALUIARA MOURAO CALAND DIAS	SUPERIOR	70	APROVADO
42156327	SANDRA ALVES DUARTE	SUPERIOR	70	APROVADO
41376951	SANDRA ERTHAL DE SOUZA	SUPERIOR	70	APROVADO
33014370	SANDRA HELENA MENEZES DASCOSTA	SUPERIOR	70	APROVADO
42155584	SANDRA SOUZA DOS SANTOS	SUPERIOR	70	APROVADO
30078067	SUELY DE FATIMA RODRIGUES NOGUEIRA	MÉDIO	70	APROVADO
31535372	TERESA DE JESUS SANTOS	ELEMENTAR	70	APROVADO
31220029	VERA LUCIA DA SILVA GOMES	FUNDAMENTAL	70	APROVADO
5636817	VERONICA DE ABREU NOGUEIRA	SUPERIOR	70	APROVADO
5637309	WERNER MOURA EWALD	SUPERIOR	70	APROVADO

SVEA

ID FUNCIONAL	NOME	NÍVEL	NOTA	RESULTADO
31173160	ALOISIO GERALDO SABINO LOPES	MÉDIO	70	APROVADO
31558356	ANA CRISTINA DUARTE ORENS-TEIN	SUPERIOR	67,5	APROVADO
30038570	ANDRE LUIZ DA SILVA	SUPERIOR	70	APROVADO
41522974	ANDREA LOPES DE ARAÚJO SANTANA	SUPERIOR	70	APROVADO
30075041	ANGELA CRISTINA VELTRI	SUPERIOR	70	APROVADO
19733380	ANGELA MARIA CONRADO FARIAS	SUPERIOR	70	APROVADO
30043239	CACILDA MARIA GOMES COMUCCI	FUNDAMENTAL	62,5	APROVADO
31532845	CATARINA BATISTA V. DOS SANTOS	ELEMENTAR	70	APROVADO
30116481	CATIA DE OLIVEIRA SILVA DE PINA	MÉDIO	70	APROVADO
31451969	CLAUDIA LEDERMAN ROSEMBRACH	MÉDIO	70	APROVADO
42484197	CLAUDIO LUIZ DE SOUZA PINTO	MÉDIO	70	APROVADO
3007698	CLEIDE PEREIRA DE SOUZA	SUPERIOR	70	APROVADO
25526820	CRISTINA MARIA GIORDANO DIAS	SUPERIOR	70	APROVADO
42182808	DANYELA NUNES BATISTA	MÉDIO	47,5	REPROVADO
30072565	DEBORA SILVA DE O. FERNANDES	MÉDIO	70	APROVADO
31551742	DEISE IZABEL DA COSTA	MÉDIO	70	APROVADO
30079420	DENISE RIBEIRO FRANQUEIRA PIRES	SUPERIOR	70	APROVADO
2305902	ELAINE DE OLIVEIRA CERQUEIRA	SUPERIOR	70	APROVADO
42158311	ELAINE SANTANNA MENDONÇA	SUPERIOR	70	APROVADO
3048133	ELIZABETH BORGES LEMOS	SUPERIOR	70	APROVADO
30067480	ELIZABETH LOUGUE PINTO	SUPERIOR	70	APROVADO
30075769	FATIMA REGINA MOURA DE AZEVEDO	SUPERIOR	70	APROVADO
42505674	FERNANDO DE BRITTO SERODIO	SUPERIOR	67,5	APROVADO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA EXECUTIVA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES torna público o resultado do julgamento referente ao Pregão Eletrônico Nº 114/2023, Processo SEI E-08/001/1684/2019, destinado ao registro de preços para a aquisição de Insumo Nutricional (OSSONE®), para atender à assessoria de atendimentos às demandas judiciais, conforme as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I. A presente licitação restou deserta.

Id: 2473490

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA EXECUTIVA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES torna público o resultado do julgamento referente ao Pregão Eletrônico Nº 063/23, Processo nº SEI-080017/001923/2022, destinado ao registro de preços para a aquisição de suplementos alimentar a base de peptídeos de colágeno (DISFOR®), suplemento vitamínico-mineral composto por cálcio citrato malato (CCM), vitamina D3, VITAMINA K2 E magnésio (FIXARE®) e suplemento vitamínico-mineral constituído por minerais aminoácidos quelatos, para indivíduos acima de 50 anos (QUELATUS SENIOR®), para atender à assessoria de atendimentos às demandas judiciais, conforme as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I. A presente licitação restou fracassada.

Id: 2473491

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA EXECUTIVA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES torna público o resultado do julgamento referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 087/2023, Processo SEI-080001/021758/2022, destinado ao registro de preços para a aquisição de medicamentos (escopolamina, butilbrometo 10 mg e outros), para atender à Coordenação de Medicamentos, conforme as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I. A presente licitação restou FRACASSADA.

Id: 2473492

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

INSTRUMENTO: Ata de Registro de Preços nº. 073/2023. **PREGÃO ELETRÔNICO** nº 09/2023. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa STAFF MEDICAL DISTRIBUIDORA EIRELI. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE TESTES RÁPIDOS DE ANTÍGENOS CONTRA SARS-CoV2, contra o CORONAVÍRUS para realização de exames usados nos diagnósticos de patógenos respiratórios identificando o antígeno SARS-CoV2, para a demanda de atendimento de pacientes nas Unidades de Saúde sob gestão da Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro - FSERJ. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do instrumento no DOERJ. **VALOR TOTAL REGISTRADO** R\$ 1.627.422,00 (um milhão, seiscentos e vinte e sete mil, quatrocentos e vinte e dois reais). **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; do Decreto Estadual nº 46.751, de 27 de agosto de 2019; da Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1979, do Decreto Estadual nº 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, do

instrumento convocatório. Parecer 112/2023 (Doc. 45698643) e Autorização do Ordenador de Despesa (Doc. 50412087). **PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI-080007/016667/2022. DATA DA ASSINATURA:** 23/04/2023.

Id: 2473583

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato de COMODATO nº 011/2023. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa STERILGRAU PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. **OBJETO:** Uso pela FUNDAÇÃO SAÚDE, a título gratuito e com exclusividade, do bem: 13 INCUBADORAS BIOLÓGICAS. **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do Contrato de Comodato terá início a partir da data de sua publicação, em forma de extrato, no Diário Oficial do Estado, e se esgotará 06 (seis) meses, após o decurso do prazo de vigência final da referida Ata ou até o término do estoque dos insumos, podendo ser prorrogado, assim convido ao interesse público e por iniciativa das partes, através de termo aditivo. **FUNDAMENTO:** Processo Administrativo SEI-080007/011122/2022 e na ARP nº 055/2023, que se regerá pela legislação aplicável, em especial, artigos 579 a 585 do Código Civil, Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Estadual nº 287/79. **DATA DA ASSINATURA:** 17/04/2023.

Id: 2473392

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATOS DE TERMOS

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 245/2023. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa MALTA SOLUÇÕES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. **OBJETO:** Tem por objeto a indenização pela a prestação de serviços com substituição de peças, manutenção e fornecimento de insumos e locação de máquinas e equipamentos, para UPA 24h Marechal Hermes, no período de 01/12/2022 a 31/12/2022, conforme solicitado e comprovado através da apresentação das notas fiscais devidamente atestadas, tendo sua viabilidade jurídica confirmada pelo Parecer n.º 373 (SEI-47777402). **VALOR TOTAL:** R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). **FUNDAMENTO:** Decidido no processo administrativo SEI-080007/002163/2023. **DATA DA ASSINATURA:** 18/04/2023.

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 386/2023. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa FUNDAÇÃO PRO-INSTITUTO DE HEMATOLOGIA-RJ, FUNDARJ. **OBJETO:** Tem por objeto a indenização pela prestação de serviços de apoio técnico, administrativo e gerenciamento da agência transfusional, para Hospital da Mulher Heloneida Studart, no período de 01/12/2022 a 31/12/2022, conforme solicitado e comprovado através da apresentação das notas fiscais devidamente atestadas, tendo sua viabilidade jurídica confirmada pelo Parecer n.º 591 (SEI-49505761). **VALOR TOTAL:** R\$ 67.234,37 (sessenta e sete mil, duzentos e trinta e quatro reais e trinta e sete centavos). **FUNDAMENTO:** Decidido no processo administrativo SEI-080007/004499/2023. **DATA DA ASSINATURA:** 10/04/2023.

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 396/2023. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa FUNDAÇÃO PRO-INSTITUTO DE HEMATOLOGIA-RJ, FUNDARJ. **OBJETO:** Tem por objeto a indenização pela prestação de serviços apoio técnico, administrativo e gerenciamento de agências transfusionais, para o Hospital Estadual da Mãe - HEM, no período de 01/01/2023 a 31/01/2023, conforme solicitado e comprovado através da apresentação das notas fiscais devidamente atestadas, tendo sua viabilidade jurídica confirmada pelo Parecer n.º 611 (SEI-49669044). **VALOR TOTAL:** R\$ 53.609,17 (cinquenta e três mil seiscentos e nove reais e dezessete centavos). **FUNDAMENTO:** Decidido no processo administrativo SEI-080007/004589/2023. **DATA DA ASSINATURA:** 18/04/2023.

32340966	FRANCISCO JOSÉ DE ALMEIDA OLIVEIRA	SUPERIOR	70	APROVADO
30052858	GABRIELLE DAMASCENO DA COSTA CHAGAS	SUPERIOR	62,5	APROVADO
30068843	GEIZA VITORIANO DOS SANTOS	FUNDAMENTAL	70	APROVADO
30071941	GLORIA MARIA SILVA LOPES	SUPERIOR	70	APROVADO
30087147	HENRIQUE FIGUEIREDO JUNIOR	MÉDIO	67,5	APROVADO
3005156	HERCÍLIA PEREIRA BASTOS	MÉDIO	70	APROVADO
3005883	HILCLÉIA NUNES DE MEDEIROS	MÉDIO	70	APROVADO
31262970	IVOMAR MARIA JUSTO BERNARDO	MÉDIO	70	APROVADO
30070422	IVONE SOARES COSTA	FUNDAMENTAL	70	APROVADO
3127385	JULIANA REBELLO GOMES	SUPERIOR	70	APROVADO
30073367	KATIA REGINA VALENTE DE LEMOS	SUPERIOR	70	APROVADO
30083141	LISBETE FERRO MACHADO	SUPERIOR	70	APROVADO
32291850	MAGDALENA TORRES FUSTER	SUPERIOR	70	APROVADO
31499341	MARACY MARQUES PEREIRA	SUPERIOR	70	APROVADO
42159873	MARCIA MARIA CASTRO E TEODORO	SUPERIOR	70	APROVADO
30049520	MARCIA REGINA MAZALOTTI TEIXEIRA	SUPERIOR	70	APROVADO
31383645	MARIA CRISTINA REBELLO	SUPERIOR	70	APROVADO
42164893	MARIA DA GRAÇA LESSA SILVA	SUPERIOR	70	APROVADO
30062748	MARIA LUCIA DE OLIVEIRA	MÉDIO	70	APROVADO
30049938	MARIA MARGARIDA LIMA DE SOUSA	SUPERIOR	65	APROVADO
42721350	MARIANE MARQUES DE ANDRADES MELO	SUPERIOR	70	APROVADO
30079659	MARNEILI PEREIRA MARTINS	SUPERIOR	70	APROVADO
30063540	MARY ALICE NEVES	FUNDAMENTAL	70	APROVADO
30083559	MÔNICA FIGUEIREDO NOGUEIRA	MÉDIO	70	APROVADO
5675561	OSMAN NEVES BARBOSA	MÉDIO	70	APROVADO
30053544	PATRICIA SOARES MENEGUETE	SUPERIOR	70	APROVADO
30064058	PAULO JORGE LEITE	SUPERIOR	70	APROVADO
42158419	RAQUEL JOSI MAGALHÃES AVILA	MÉDIO	70	APROVADO
20362455	REGINALDO FERREIRA DE CERQUEIRA	SUPERIOR	65	APROVADO
31552439	RENATO DE ALMEIDA FILHO	SUPERIOR	70	APROVADO
30045975	RISOLEIDE MARQUES DE FIGUEIREDO	SUPERIOR	70	APROVADO
5714150	RITA DE CASSIA VASSOLER GOMES	SUPERIOR	70	APROVADO
30060044	ROSÉLIA GUIMARÃES CARVALHO	SUPERIOR	70	APROVADO
8720878	ROSEMARY PAZ DE BARROS	SUPERIOR	70	APROVADO
30483344	SELMA RITA DA COSTA FREIRE	MÉDIO	70	APROVADO
31715699	SHIRLEI MARIA DOS SANTOS	ELEMENTAR	70	APROVADO
30070538	SIDNEI NASCIMENTO CABRAL	SUPERIOR	70	APROVADO
31717519	SILVANA ARANTES DE SOUZA	ELEMENTAR	70	APROVADO
30051266	SILVIA CRISTINA DE C. CARDOSO	SUPERIOR	70	APROVADO
31369430	SOLANGE DE SOUZA PEREIRA	MÉDIO	70	APROVADO
30072034	SONIA CRISTINA AMANCIO DA SILVA	SUPERIOR	70	APROVADO

31239072	SONIA DE PAULA GONÇALVES	FUNDAMENTAL	70	APROVADO
42502780	SUELI BARBOSA MARTINS	SUPERIOR	70	APROVADO
31287263	SYLVIA REGINA DA SILVA DOSSANTOS	SUPERIOR	70	APROVADO
30065275	TANIA REGINA NAPOLITANO SANTOS	ELEMENTAR	70	APROVADO
30069718	VALÉRIA DE MORAES RODRIGUES	SUPERIOR	70	APROVADO
42484561	VALTER MONTES DE ALMEIDA	SUPERIOR	70	APROVADO
4181768	WAGNER MUNIZ DE MEDEIROS	SUPERIOR	70	APROVADO

Id: 2473525

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 402/2023. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa RC CONSTRUCOES COMERCIO E SERVICOS EM GERAL LTDA. **OBJETO:** Tem por objeto a indenização pela prestação de serviços de manutenção predial, para UPA 24h Santa Cruz, Campo Grande II e Campo Grande I, no período de 01/01/2023 a 31/01/2023, conforme solicitado e comprovado através da apresentação das notas fiscais devidamente atestadas, tendo sua viabilidade jurídica confirmada pelo Parecer n.º 644 (SEI-49863120). **VALOR TOTAL:** R\$ 651.010,29 (seiscentos e cinquenta e um mil, dez reais e vinte e nove centavos). **FUNDAMENTO:** Decidido no processo administrativo SEI-080007/004462/2023. **DATA DA ASSINATURA:** 19/04/2023.

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 476/2023. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa RRBL - SERVIÇOS MÉDICOS LTDA. **OBJETO:** Tem por objeto a indenização pela prestação de serviços médicos de anestesiologia, para o Instituto Estadual de Cardiologia Aloysio de Castro - IECAC e Hospital Estadual Carlos Chagas - HECC, no período de 23/03/2023 a 04/04/2023, conforme solicitado e comprovado através da apresentação das notas fiscais devidamente atestadas, tendo sua viabilidade jurídica confirmada pelo Parecer n.º 752 (SEI-50612360). **VALOR TOTAL:** R\$ 107.302,32 (cento e sete mil trezentos e dois reais e trinta e dois centavos). **FUNDAMENTO:** Decidido no processo administrativo SEI-080007/005368/2023. **DATA DA ASSINATURA:** 20/04/2023.

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 481/2023. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa NEURO HEAL SERVICOS MEDICOS LTDA. **OBJETO:** Tem por objeto a indenização pela prestação de serviços de produção assistencial, para Hospital Estadual Azevedo Lima - HEAL, no período de 27/02/2023 a 31/03/2023, conforme solicitado e comprovado através da apresentação das notas fiscais devidamente atestadas, tendo sua viabilidade jurídica confirmada pelo Parecer n.º 747 (SEI-50596510). **VALOR TOTAL:** R\$ 351.948,00 (trezentos e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e oito reais). **FUNDAMENTO:** Decidido no processo administrativo SEI-080007/005119/2023. **DATA DA ASSINATURA:** 20/04/2023.

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 482/2023. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa AVIV GESTÃO EM SAÚDE LTDA. **OBJETO:** Tem por objeto a indenização pela prestação de serviços de médicos, para o Hospital Estadual Azevedo Lima - HEAL, no período de 27/02/2023 a 31/03/2023, conforme solicitado e comprovado através da apresentação das notas fiscais devidamente atestadas, tendo sua viabilidade jurídica confirmada pelo Parecer n.º 753 (SEI-50612772). **VALOR TOTAL:** R\$ 1.142.113,38 (um milhão, cento e quarenta e dois mil, cento e treze reais e trinta e oito centavos). **FUNDAMENTO:** Decidido no processo administrativo SEI-080007/005816/2023. **DATA DA ASSINATURA:** 20/04/2023.

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 486/2023. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PARA EDUCAÇÃO, SAÚDE E INTEGRAÇÃO SOCIAL - IDESI. **OBJETO:** Tem por objeto a indenização pela prestação de serviços de apoio administrativo e operacional, para Hospital Estadual Azevedo Lima - HEAL, no período de 15/03/2023 a 31/03/2023, conforme solicitado e comprovado através da apresentação das notas fiscais devidamente atestadas, tendo sua viabilidade jurídica confirmada pelo Parecer n.º 744 (SEI-50583948). **VALOR TOTAL:** R\$ 643.709,42 (seiscentos e quarenta e três mil, setecentos e nove reais e quarenta e dois centavos). **FUNDAMENTO:** Decidido no processo administrativo SEI-080007/004691/2023. **DATA DA ASSINATURA:** 18/04/2023.

Id: 2473536

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Convênio de Cooperação Técnica nº 49890697/2023. **DATA DA ASSINATURA:** 10/04/2023. **PARTES:** O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio do Departamento de Transito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN-RJ, a Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro - FSERJ e a Central Estadual de Transplante do Estado do Estado do Rio de Janeiro - CET-RJ.

OBJETO: estabelecer acesso à FS/CET-RJ ao cadastro de identificação civil do DETRAN-RJ.
PRAZO: Este Convênio entrará em vigor a partir de sua publicação, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/1993.
PROCESSO Nº SEI-160005/000706/2020.

Id: 2473445

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Apostilamento - Termo de Ajuste de Contas nº 2658/2022. Processo nº SEI-080007/017753/2022 **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa KOLKE DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. **OBJETO:** retificação do valor contido na Cláusula Primeira (Do Objeto) e na Cláusula Segunda (Do valor) que passa a ser: R\$ 86.678,63 (oitenta e seis mil, seiscentos e setenta e oito reais e sessenta e três centavos).
DATA DE ASSINATURA: 18/04/2023.

Id: 2473537

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 036/2023. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa a S & B DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE MEDICAMENTOS LTDA. **OBJETO:** Alteração quantitativa do Contrato nº 036/2023 para a aquisição de escada de 2 degraus - Item 1, visando abastecer o HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses cantados a partir da data da publicação do extrato no DOERJ. **VALOR TOTAL:** R\$ 6.000,00 (seis mil reais). **NOTA DE EMPENHO:** 2023NE03619. **FUNDAMENTO:** inciso I, alínea b do art. 65, c/c art. 58, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Parecer 564 (SEI nº 49288652) e Autorização do Ordenador de Despesa (SEI nº 49750427). **DATA DA ASSINATURA:** 18/04/2023. Processo nº SEI-080007/001154/2022 (SEI-080007/003713/2023).

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 037/2023. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa a DLV COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA. **OBJETO:** Alteração quantitativa do Contrato nº 037/2023 para a aquisição de suporte soro (tipo: de chão) - Item 2, visando abastecer o HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses cantados a partir da data da publicação do extrato no DOERJ. **VALOR TOTAL:** R\$ 5.579,80 (cinco mil quinhentos e setenta e nove reais e oitenta centavos). **NOTA DE EMPENHO:** 2023NE03620. **FUNDAMENTO:** inciso I, alínea b do art. 65, c/c art. 58, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Parecer 564 (SEI nº 49288652) e Autorização do Ordenador de Despesa (SEI nº 49750427). **DATA DA ASSINATURA:** 19/04/2023. Processo nº SEI-080007/001154/2022 (SEI-080007/003713/2023).

Id: 2473421

FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMUNICA aos interessados a **SUSPENSÃO SINE DIE** da Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** especificado no site www.compras.rj.gov.br, sob o número: **PE 33/23 - Processo nº SEI-080007/001502/2022**, Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO**. A suspensão é para retificação do edital e a nova data de realização será oportunamente divulgada.

Id: 2473547

FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMUNICA aos interessados a **SUSPENSÃO SINE DIE** da Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** especificado no site www.compras.rj.gov.br, sob o número: **PE 23/23 - Processo nº SEI-080007/007404/2022**, Objeto: **contratação regular de limpeza e desinfecção das superfícies**. A suspensão é para retificação do edital e a nova data de realização será oportunamente divulgada.

Id: 2473468

Secretaria de Estado de Educação

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
COORDENADORIA GERAL DE INSPEÇÃO ESCOLAR,
CERTIFICAÇÃO E ACERVO

EDITAIS

A COORDENADORIA GERAL DE INSPEÇÃO ESCOLAR, CERTIFICAÇÃO E ACERVO, nos termos da Deliberação CEE nº 366/2017 e, tendo em vista a comprovação da regularidade dos Cursos de: 2º Grau, 1º Grau, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Curso Técnico, realizados nos estabelecimentos de ensino extintos, inframencionados, torna público os nomes dos alunos concluintes. Processo nº SEI-030029/000787/2022.

1 - COLÉGIO ESTADUAL REVERENDO MARTIN LUTHER KING - Rio de Janeiro
ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
SEI-030038/001062/2023
JEFFERSON DA SILVA AMARAL - 2015

2 - ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO SUPLETIVO PORTUGAL - Rio de Janeiro
ENSINO FUNDAMENTAL NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
SEI-030038/001062/2023
AMILTON ERBE FERNANDES - 1997

3 - ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO SUPLETIVO PROFESSOR AUGUSTO CONY - Rio de Janeiro
ENSINO FUNDAMENTAL
SEI-030038/000274/2023
MÁRCIA DOS SANTOS LUZ - 1986

4 - ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO SUPLETIVO AVERTANO ROCHA - Rio de Janeiro
ENSINO FUNDAMENTAL
SEI-030038/000488/2023
GILMAR SANTOS DE ALMEIDA - 2006

5 - CENTRO EDUCACIONAL MORES BASTOS - CEMOB - Rio de Janeiro
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO
SEI-030038/001272/2021
Jonathan Wiliian Cezario Martins - 2012

6 - COLÉGIO WAKIGAWA - Rio de Janeiro
ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
SEI-030038/000478/2023
Jose Ferreira Lopes Filho - 1993

7 - COLÉGIO do INSTITUTO MENINO JESUS - Rio de Janeiro
ENSINO MÉDIO
SEI-030038/006532/2022
Eduardo Pereira Castelo - 2015

8 - COLÉGIO ESCOLA TÉCNICA SILVA E SOUZA - Rio de Janeiro
ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
SEI-030038/001722/2023
Rudá Silva Figueiredo - 2007

9 - COLÉGIO MV1 - MONTEIRO LOBATO - Rio de Janeiro
2º GRAU
SEI-030038/000719/2023
Mario Umberto Guimarães Greca - 1998

10 - ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO SUPLETIVO PANAMÁ - Rio de Janeiro
ENSINO FUNDAMENTAL
SEI-030038/001814/2023
Cleber da Conceição da Rocha - 2012

11 - COLÉGIO CENECISTA VISCONDE DE MAUÁ - Magé
ENSINO DE 2º GRAU
SEI-030042/001651/2023
Luiz Cesar Cosme Moura - 1992

12 - COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA LUIZA VIEIRA - Magé
ENSINO MÉDIO MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
SEI-030042/001498/2023
Cleide Pacheco de Castro - 2007

13 - COLÉGIO ESTADUAL HERCÍLIA HENRIQUES MORET - Petrópolis
ENSINO DE 1º GRAU
SEI-030042/001466/2023
Rui Gonçalves - 1984

14 - COLÉGIO ESTADUAL RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro
ENSINO FUNDAMENTAL
SEI-030035/002285/2021
Flávio Neris Vieira - 2000
ENSINO MÉDIO
SEI-030035/002009/2023
Damiana Cristina de Oliveira - 2003

15 - COLÉGIO ATLAS - Rio de Janeiro
2º GRAU - TÉCNICO EM CONTABILIDADE
SEI-030035/005046/2021
José de Almeida Lobinho - 1991

16 - COLÉGIO E CURSO BARROSO MÉIER - Rio de Janeiro
2º GRAU
SEI-030035/004097/2021
Sonia Regina Trancolino Celestino - 1994

17 - INSTITUTO AGRAS DE ENSINO - Rio de Janeiro
ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
SEI-030035/005144/2022
Simone dos Reis - 2002

18 - INSTITUTO EDUCACIONAL IMACULADA CONCEIÇÃO - Rio de Janeiro
2º GRAU
SEI-030035/006979/2022
Marllia de Jesus Trindade - 1979

19 - INSTITUTO EDUCACIONAL JARDIM CATARINA - IEJAC - São Gonçalo
ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
SEI-030030/002539/2023
Franciely Cristina Gonzaga Alegre - 2009

20 - COLÉGIO ESTADUAL DE ENSINO SUPLETIVO VENEZUELA - Rio de Janeiro
ENSINO MÉDIO
SEI-030036/007158/2021
Pâmela Cristina Machado de Souza - 2014

21 - COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA ORMINDA RODRIGUES - Rio de Janeiro
ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
SEI-030036/002970/2022
Kelly Sobrinho Rocha - 2014

22 - COLÉGIO BRASILEIRO DE NOVA IGUAÇU - Nova Iguaçu
ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
SEI-030030/002249/2023
Douglas da Silva Santos - 2003

23 - COLÉGIO CENECISTA WALTER FRANCKLIN - Três Rios
2º GRAU - HABILITAÇÃO BÁSICA EM QUÍMICA
SEI-030042/000520/2022
Maria Rodrigues Bressan - 1980

24 - CAP - COLÉGIO DE APLICAÇÃO PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY - Rio de Janeiro
ENSINO MÉDIO
SEI-030038/006371/2022
Paulo Cesar Martins de Amorim Filho - 2014

25 - COLÉGIO ESTADUAL REVERENDO MARTIN LUTHER KING - Rio de Janeiro
ENSINO MÉDIO
E - 03/015/1016/2019
Maria Ferreira Prado - 2001

26 - FÓRMULA COLÉGIO E CURSO - Rio de Janeiro
ENSINO MÉDIO
030038/001632/2021
Suelen Abreu da Silva - 2013

27 - COLÉGIO ALFA RECREIO - Rio de Janeiro
ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
SEI-030038/003961/2022
Tytto Gabriel Costa Batista - 2009

28 - ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO SUPLETIVO THOMAS MANN - Rio de Janeiro
ENSINO SUPLETIVO DE 1º GRAU
SEI-030035/002247/2023
Jonione Ribeiro Silva - 1999
ENSINO FUNDAMENTAL NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
E - 03/035/3/2020

Suzane Barboza de Medeiros - 2003

29 - COLÉGIO ESTADUAL BENTO RIBEIRO - Rio de Janeiro
ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
SEI-030035/003660/2022
Bruna Cristina Ricardo de Oliveira - 2010

30 - COLÉGIO ESTADUAL JORNALISTA ORLANDO DANTAS - Rio de Janeiro
ENSINO MÉDIO
SEI-030035/002014/2023
Gabriela da Silva Sena - 2013

31 - COLÉGIO ESTADUAL RODRIGO OTÁVIO - Rio de Janeiro
ENSINO MÉDIO
SEI-030035/006286/2022
Adriana Brasileira de Araujo - 2010

32 - COLÉGIO LICEU CARIOCA - Rio de Janeiro
ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
SEI-030035/004967/2021
Leandro Dias Pereira - 2006

33 - COLÉGIO PEREIRA MENDES - Rio de Janeiro
1º GRAU
SEI-030035/004115/2022
Júlio César Candido de Freitas - 1992

34 - COLÉGIO PROFESSOR CASANOVA - Rio de Janeiro
2º GRAU - TÉCNICO EM ENFERMAGEM
SEI-030035/006369/2022
Maria Célia Riguetto - 1983
2º GRAU
SEI-030035/006410/2022
Marina Lucia Ramos do Nascimento - 1984
2º GRAU - TÉCNICO EM CONTABILIDADE
SEI-030035/004384/2021
Robson dos Santos Coutinho - 1997

35 - COLÉGIO SÃO MARCELINO - Rio de Janeiro
2º GRAU SUPLETIVO
SEI-030035/001186/2020
Marcelo Francisco da Conceição Carneiro - 1993

36 - COLÉGIO SÃO TOMÁS DE AQUINO - Rio de Janeiro
ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
SEI-030035/002473/2022
Juliana Assis Santana Bahia - 2016
ENSINO MÉDIO
SEI-030035/000640/2023
Thalles Miguel Ferreira Feitosa - 2017

37 - CURSO MITOS (FILIAL) - Rio de Janeiro
TÉCNICO EM INSTRUMENTAÇÃO CIRÚRGICA
SEI-030035/002020/2023
Thiago dos Santos Cavalcanti - 2012

38 - CSA - CURSO SOUZA AYRES - Rio de Janeiro
ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
SEI-030035/007000/2022
Ariane Ferreira Gomes - 2017

39 - COLÉGIO ESTADUAL VICENTE LICÍNIO CARDOSO - Rio de Janeiro
ENSINO MÉDIO
SEI-030029/003030/2023
Suede Silva de Oliveira Junior - 2006

40 - COLÉGIO FUTURO DE CAXIAS LTDA - Duque de Caxias
ENSINO MÉDIO
SEI-030029/003294/2023
Joanne Silva da Silveira - 2017
SEI-030029/003577/2023
Bianca Mattos Araujo - 2018

41 - EDUCANDÁRIO MARIA TENÓRIO - Duque de Caxias
ENSINO MÉDIO - TÉCNICO EM ENFERMAGEM
SEI-030029/003413/2023
Jonas Paolo dos Prazeres Conceição - 2002

42 - COLÉGIO ANTARES - Duque de Caxias
2º GRAU - TÉCNICO EM PROCESSAMENTO DE DADOS
SEI-030029/004224/2023
Wescley Souza Maia - 1997

43 - COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA TEREZINHA MELO GONÇALVES - Rio de Janeiro
ENSINO MÉDIO
SEI-030029/001933/2023
Jarluce Santos Silva - 2004

44 - COLÉGIO WERNECK - Duque de Caxias
2º GRAU - FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE 1ª À 4ª SÉRIE DO 1º GRAU
SEI-030029/003448/2023
Urabutan Aragão Pires - 1985

45 - COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA SUELY MOTTA SEIXAS - São Gonçalo
ENSINO MÉDIO
SEI-030029/003790/2023
Leandro Carvalho dos Santos - 2011

46 - ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO SUPLETIVO BERLIM - Rio de Janeiro
ENSINO FUNDAMENTAL NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
SEI-030029/004112/2023
Alessandra Velasco dos Santos - 2004

A COORDENADORIA GERAL DE INSPEÇÃO ESCOLAR, CERTIFICAÇÃO E ACERVO, nos termos da Deliberação CEE nº 366/2017 e, tendo em vista a comprovação da regularidade dos Cursos de: 2º Grau, 1º Grau, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Curso Técnico, realizados nos estabelecimentos de ensino extintos, inframencionados, torna público os nomes dos alunos e seus respectivos estudos realizados. Processo nº SEI-030029/000787/2022.

1 - ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO SUPLETIVO MARILIA DE DIRCEU - Rio de Janeiro
FASE VI - ENSINO FUNDAMENTAL NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
SEI-030038/000395/2023
MARIA DA GUIA VALENTIM DOS SANTOS - 1998

2 - COLÉGIO WAKIGAWA - PRAÇA SECA - Rio de Janeiro
1º ANO - ENSINO MÉDIO
SEI-030038/000948/2021
KARINA OLIVEIRA DOS SANTOS - 2012

3 - INSTITUTO PADRE LEONARDO CARRESCIA - Rio de Janeiro
5º ANO - ENSINO FUNDAMENTAL
SEI-030038/003462/2022
MARIA EDUARDA DA SILVA ENZLES ROCHA - 2015

4 - ESCOLA ESTÁCIO - UNIDADE JOÃO UCHOA - Rio de Janeiro
1ª SÉRIE - ENSINO MÉDIO
SEI-030038/003757/2022
VICTÓRIA RIBEIRO CORRÊA LIMA FERNANDES - 2018

5 - COLÉGIO ESTADUAL SANTA RITA - Vassouras
7ª SÉRIE - 1º GRAU
SEI-030031/001137/2023
Roberto Renato Gomes da Silva - 1996

6 - COLÉGIO CENECISTA JOÃO BAPTISTA FERRINI - Engenheiro Paulo de Frontin
8ª SÉRIE - 1º GRAU
SEI-030031/001120/2023
Maria de Lourdes Gonçalves Seabra - 1981

7 - COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA LUIZA VIEIRA - Magé
FASE II ENSINO MÉDIO MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
SEI-030042/001016/2023
Marco Antonio de Oliveira Evaristo - 2010

8 - COLÉGIO ESTADUAL MOYSÉS FURTADO BRAVO - Petrópolis
1º ANO DO ENSINO MÉDIO
SEI-030042/001560/2023
Rafaela Aparecida Magalhães Henrique - 2010

9 - COLÉGIO SÃO JOSÉ - Petrópolis
3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL
SEI-030042/001677/2023
Maria Eduarda de Oliveira Dias - 2015

10 - COLÉGIO ESTADUAL DE ENSINO SUPLETIVO VENEZUELA - Rio de Janeiro
1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO
SEI-030036/000008/2021
Alessandra Batista da Silva - 2013

11 - COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA ORMINDA RODRIGUES - Rio de Janeiro
1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
SEI-030036/002128/2022
Amanda Oliveira dos Santos - 2013

12 - COLÉGIO FONTAINHA - Rio de Janeiro
2ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO
SEI-030038/004400/2022
Dyacuiris Michele Miguel de Queiroz - 2015

13 - COLÉGIO ESTADUAL REPÚBLICA ARGENTINA - Rio de Janeiro
7º ANO DE ESCOLARIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL
SEI-030038/002165/2023
Derci dos Santos Marques - 2012

14 - COLÉGIO SANTO AMARO - Rio de Janeiro
5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL
030038/002200/2023
Juliana Jesus Cação Ribeiro - 2020

15 - CENTRO EDUCACIONAL BENÍZIO SILVA - Duque de Caxias
2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL
SEI-030029/004286/2023
Renan Júnior da Silva Vianna - 2018

RETIFICAÇÃO D.O. DE 18.04.2023 PÁGINA 38 - 2ª COLUMNA
EDITAL
6 - COLÉGIO ESTADUAL NAÇÕES UNIDAS - Rio de Janeiro Onde se lê: SEI-030030/002173/2023 2ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO Elaine Christina Souza de Siqueira - 2016 Leia-se: SEI-030036/008313/2022 2ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO Elaine Christina Souza de Siqueira - 2016
Id: 2473476

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA COORDENADORIA DE INSPEÇÃO ESCOLAR SERRANA I CEJA JAMAPARÁ
EDITAL

O DIRETOR DO CEJA JAMAPARÁ, Censo Escolar 33017999, torna pública a seguinte listagem de concluintes: CURSO DE ENSINO FUNDAMENTAL NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, ANO LETIVO DE 2018: Francisco Cauã dos Santos Lima Lopes, ANO LETIVO DE 2022: Ana Beatriz Germano de Castro, Bruna Cunha Arruda Figueiredo, Carlos Alberto Alves Guimarães, Laís Franssua Souza Rocha, Larissa Araújo Rossomy, Leonardo Damião Costa, Luana Martins Souza da Silva, Máyrton Thomaz Rodrigues, Sara Mariana da Silva Santos, Stephany de Oliveira Litiere, Solange Furtado, Viviane Aparecida Costa Moraes, CURSO DE ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, ANO LETIVO DE 2021: Daria Santos de Oliveira da Silva, ANO LETIVO DE 2022: Agucena Cristhini Vilar Santos, Ana Beatriz Germano de Castro, Ariane Jesus Fonseca de Carvalho, Camila de Fátima Madalena Geraldo, Cassiano Pereira Gonçalves, Clarice Damasceno Rocha Vitorino, Daiane Maria Alves de Souza, Diego Machado Pinto, Dinizia Maria Gonçalves Silva, Gabriel Ferreira de Oliveira, Jainara Damasceno Theofilo, Kamyla Fernandes Reis, Leonardo Montes Carvalho, Letícia de Moraes Siqueira Santos, Letícia Novais Borges, Lilian Martins dos Santos, Línia Mara dos Anjos Mota Januário, Lorena Ferreira da Cunha Santos, Lucas Ramalho Pienaro, Luciane Oliveira dos Santos Rodrigues, Lucio Mauro Mendes Julio, Luiz Americo Martins de Castro, Maiara Ponte dos Reis, Marcos Yuri de Souza Coelho Beijo, Marcus de Oliveira Costa Quindeler de Paula, Matheus GERALDI Mendes, Megg Anne da Costa Moraes Louredo, Nicoli Andrade Rodrigues, Priscila de Souza Silva Salvador, Rayara Chaves Arruda, Regina Falcão Martins Sales, Vania Falcão Martins, Weslani Lopes de Souza e Souza, Wilson de Paula Ferreira, Diretora: Rosângela de Souza Sendon, designada no DOERJ de 29/01/2013, página 53, 3ª coluna, Secretária Escolar: Vanessa Moreira Silva, designada no DOERJ de 15/01/2020, página 21, 2ª coluna. Servidoras responsáveis pela publicação: Veridiana de Almeida Soares Barrozo, ID. 4327960-0, Márcia Guedes da Silva, ID. 3665602-0. Processo nº SEI-030046/000465/2023.

Id: 2473406
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA COORDENADORIA DE INSPEÇÃO ESCOLAR SUL FLUMINENSE CIEP BRIZOLÃO 347 - DR. JORGE MIGUEL JAYME
EDITAL

O DIRETOR DO CIEP BRIZOLÃO 347 - DR. JORGE MIGUEL JAYME, Censo Escolar 33097798, torna pública a seguinte listagem de concluintes do CURSO DE ENSINO MÉDIO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. ANO LETIVO 2022: 1º Semestre turma NEJA IV: Abigail Fidelix de Paula da Silva, André Luiz Menezes Cardoso, Fabiana de Faria da Silva, Maciel Henrique Dutra do Nascimento, Tábata Rodrigues Fressati da Silva. ANO LETIVO 2020: 2º Semestre turma NEJA IV: Érica do Nascimento da Silva, José Ribeiro da Silva, Lara Kelly da Silva, Larissa Aparecida Alves Petrilho, Lucas de Oliveira Ramos, Marcia Lidiane da Fonseca, Natalia Maria Pires da Silva Brante, Rickelmy Gomes da Silva. Diretora: Priscylla Cristina Pereira Bezerra da Silva, designada no D.O de 10/01/2018, página 11. Secretária Escolar: Rosângela Maria Soares da Silva, designada no D.O de 30/01/2014, página 37, 3ª coluna. Servidores que autorizaram a publicação: Simone Lima Maciel ID, 433996313 e Regiane Gabriel Alves, ID 4324127-1. Processo nº SEI-030032/000146/2023.

RETIFICAÇÕES D.O. DE 25.03.2014 PÁGINA 43 - 2ª COLUMNA
EDITAL
CURSO: ENSINO MÉDIO MODALIDADE: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TURMA: 3002/2º SEMESTRE - ANO 2011 Onde se lê: 09 - Mônica Medeiros Barbosa Domingos Leia-se: 09 - Mônica Medeiros Barbosa Galdino
D.O. DE 23.11.2015 PÁGINA 56 - 1ª COLUMNA
EDITAL

CURSO: ENSINO MÉDIO
MODALIDADE: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
TURMA: 3001/2º SEMESTRE - ANO 2008
Onde se lê: 05 - Emerson da Silva Domingos
Leia-se: 05 - Emerson da Silva Domingo

Id: 2472374
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA COORDENADORIA DE INSPEÇÃO ESCOLAR-METROPOLITANA I CIEP 025- GETÚLIO SALES RODRIGUES
EDITAL

O DIRETOR DO CIEP 025 GETÚLIO SALES RODRIGUES, CENSO ESCOLAR Nº 33058393, torna pública a relação nominal de concluintes do CURSO DE ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS ANO LETIVO DE 2016 turma: NEJA IV 01- 1ºsemestre: Julianio Andrade Ribas: Secretária Escolar: Sandra Regina Gonçalves da Silva Souza, designada conforme no DOERJ de 15/02/2018, página 17,3ª coluna, Diretora Sandra Regina Lopes designada no DOERJ de 10/05/2018 pág. 33 3ª coluna. Servidores responsáveis pela publicação: Professoras Inspetores Escolares: Anaise Cristina da Silva Nascimento ID 4330534-2 e Marcia Bahia Barboza Sousa, ID 3927581-7. Processo nº SEI-030033/000867/2023.

Id: 2473220
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA COORDENADORIA DE INSPEÇÃO ESCOLAR METROPOLITANA IV
COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA ALBA CAÑIZARES DO NASCIMENTO
EDITAL

O DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA ALBA CAÑIZARES DO NASCIMENTO, Censo Escolar 33136459, torna pública a seguinte listagem de concluintes: CURSO DE ENSINO MÉDIO - ANO 2004: Geraldo Antônio Costa, Leonardo Rodrigues. CURSO DE ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ANO 2012, 1º SEMESTRE: Kátia Juliana Fontoura de Souza, Sabrina Ferreira Accioly. Diretor: Carlos dos Santos Gomes, designado no DOERJ de 22/10/2019, página 09. Secretária Escolar: Viviane Vilela Ferreira, designada no DOERJ de 24/11/2016, página 12, 1ª coluna. Servidores autorizantes: Lilian de Santana Guedes, ID. 4428419-5 e Solange Ornelas Ramos, ID. 4370623-1. Processo nº SEI-030036/002605/2023.

RETIFICAÇÕES D.O. DE 23-6-2015 PÁGINA 39 - 1ª COLUMNA
EDITAL
CURSO: ENSINO MÉDIO TURMA: 3003 - ANO 2011 Onde se lê: Thaillane Cristina Rocha da silva Leia-se: Thaillane Christina Rocha da Silva
D.O. DE 30-5-2022 PÁGINA 50 - 1ª COLUMNA
EDITAL

CURSO: ENSINO MÉDIO
TURMA: JA-3003 - 1º Semestre - ANO 2013
Onde se lê: Maria Madalena Venancio de Moraes
Leia-se: Maria Madalena Venancio de Moraes

Id: 2473364
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA COORDENADORIA DE INSPEÇÃO ESCOLAR METROPOLITANA IV CIEP BRIZOLÃO 225 MÁRIO QUINTANA
EDITAL

O DIRETOR DO CIEP BRIZOLÃO 225 MÁRIO QUINTANA, Censo Escolar 33106690, torna pública a seguinte listagem de concluintes: CURSO DE ENSINO MÉDIO, ANO LETIVO DE 2004, Turma 1302: Monick Hélén de Souza Castro. CURSO DE ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, ANO LETIVO DE 2008, 2º semestre, Turma JA-3002: Euzira da Costa Oliveira. ANO LETIVO DE 2012, 1º semestre, Turma JA 3001: Elizângela dos Santos Nascimento da Costa. Diretor: Bruno Ritochelli Martins, designado no DOERJ de 23/08/2021, página 13, 1ª coluna. Secretária Escolar Itinerante: Sebastiana dos Reis Bordalo, designada do DOERJ de 21/06/2018, página 16. Servidores responsáveis pela publicação: Re-jane Sampaio Teixeira Serpa, ID. 4390787-3 e Cyntia Fumie Otsuka, ID. 4347369-5. Processo nº SEI-030036/000338/2023.

RETIFICAÇÕES D.O. DE 20/04/2002 PÁGINA 19 - 2ª COLUMNA
EDITAL
CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2000 Onde se lê: 16- Grasielle Francisca dos Santos Leia-se: 16- Grasielle dos Santos Arruda.
Id: 2473365

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA COORDENADORIA DE INSPEÇÃO ESCOLAR METROPOLITANA IV
COLÉGIO ESTADUAL DOUTOR ALBERT SABIN
EDITAL

O DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL DOUTOR ALBERT SABIN, Censo Escolar 33082146, torna pública a seguinte listagem de concluintes: CURSO DE ENSINO MÉDIO, ANO 2012: Marilise Santos Vieira Cabral, Ygor Filipi de Oliveira Penedo. ANO 2009: Mayara Oliveira da Silva. ANO 2008: Rodrigo Silva Dantas. ANO 2006: Marcio Carneiro de Oliveira Pinheiro, Marcio dos Santos Marques. ANO 1997: Adriana de Oliveira. Diretora: Sônia Silva de Azevedo, designada no DOERJ de 11/03/2019, página 11. Secretária Escolar: Maria Helena dos Santos Martins, designada no DOERJ de 11/04/2005, página 19, 1ª coluna. Servidores responsáveis pela publicação: Solange Ornelas Ramos, ID. 4370623-1 e Lilian de Santana Guedes, ID. 4428419-5. Processo nº SEI-030036/002646/2023.

RETIFICAÇÕES D.O. DE 20.04.1998 PÁGINA 31 - 2ª COLUMNA
EDITAL
CURSO: FORMAÇÃO GERAL TURMA: 1306- ANO: 1997 Onde se lê: 14 - Jacqueline Valerio Duarte Leia-se: 14- Jaqueline Valerio Duarte
D.O. DE 03.06.2003 PÁGINA 29 - 2ª COLUMNA

EDITAL
CURSO: ENSINO MÉDIO TURMA: 1316 - ANO: 2003 Onde se lê: 13- Luiz Natal Gato Leia-se: 13-Luiz Natal Gatto
D.O. DE 26.12.2016 PÁGINA 20 - 1ª COLUMNA

EDITAL
CURSO: ENSINO MÉDIO TURMA: 1311 - ANO: 2003 Graciele Ramilo Nunes, matrícula nº 2003131120 Onde se lê: ANO LETIVO DE 2003, Turma 1311 Leia-se: ANO LETIVO DE 2004, turma de origem 1311
D.O. DE 26.12.2016 PÁGINA 20 - 1ª COLUMNA

EDITAL
CURSO: ENSINO MÉDIO TURMA DE ORIGEM: 3006/2010 - ANO LETIVO DE 2010 Mariana Viana Gomes Pinto, matrícula 200958180096547 Onde se lê: ANO LETIVO DE 2010 Leia-se: ANO LETIVO DE 2012
D.O. DE 06.05.2016 PÁGINA 29 - 3ª COLUMNA
EDITAL
CURSO: ENSINO MÉDIO/Projeto Autonomia TURMA: PAEM- M4- 01 ANO: 2014 Onde se lê: 14- Igor Rangel Martins Leia-se: 14-Igor Rangel Martins Moreira D.O. DE 19.11.2015 PÁGINA 36 - 3ª COLUMNA
EDITAL

CURSO: ENSINO MÉDIO
TURMA: 3007 - ANO: 2012
Onde se lê: 01- Thaynara Alves de Carvalho
Leia-se: 01-Taynara Alves de Carvalho

Id: 2473363
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
INSTRUMENTO: 2º Termo Aditivo do Contrato n.º 07/2021. PARTES: Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro e a Empresa ELEMMAx ELE-VADORES LTDA. OBJETO: Prorrogação de prazo contratual, a contar de 22/04/2023. VALOR: R\$ 78.399,96 (setenta e oito mil, trezentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos). DATA DA ASSINATURA: 20/04/2023. FUNDAMENTO DO ATO: Lei n.º 8.666/93. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-260004/002127/2022.
Id: 2473458
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 027/2023/HUPE.
PARTES: UERJ/HUPE e LABCOR LABORATORIOS LTDA.
OBJETO: Aquisição de material de OPMEs em regime de consignação para o Setor de Cirurgia Vascular e Cirurgia Cardíaca do HUPE.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
FUNDAMENTAÇÃO DA DESPESA: Pregão Eletrônico nº 462/2022.
VALOR: R\$ 211.200,00 (duzentos e onze mil e duzentos reais).
N.E: 2023NE00040.
GESTOR: ANA CAROLINA VELTRI PACHECO - matrícula nº 36.570-0.
FISCAIS: HENRIQUE MADUREIRA DA ROCHA COUTINHO - matrícula 39.931-1 e SIMONE SOARES - matrícula 31.130-8.
NOMEAÇÃO: Portaria nº HUPE/SEI/1335/2023.
DATA DA ASSINATURA: 18 de abril de 2023.
FUNDAMENTO DO ATO: Processo nº SEI-260008/004120/2022.

Id: 2473570
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RETIFICAÇÃO D.O. DE 12/04/2023 PÁGINA 38 - 1ª COLUMNA
EXTRATO DE TERMO
INSTRUMENTO: Termo de Rerratificação do Contrato 33/2023. Onde se lê: Portaria nº 029/PPC/2023 Leia-se: Portaria nº 002/PPC/2023
INSTRUMENTO: Termo de Rerratificação do Contrato 34/2023. Onde se lê: Portaria nº 029/PPC/2023 Leia-se: Portaria nº 002/PPC/2023
Id: 2473419

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS FACULDADE DE ENGENHARIA
EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR ADJUNTO, DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ELETRÔNICA E DE TELECOMUNICAÇÕES, ÁREA ROBÓTICA, MECATRÔNICA E AUTOMAÇÃO, NOS TERMOS DA LEI n.º 5.343/2008, DECRETOS nº 43.876/2012 e 43.007/2011, da RESOLUÇÃO UERJ n.º 03/91, dos ATOS EXECUTIVOS DA REITORIA nº 45/1993 e 021/2011. Proc. SEI-260007/016298/2023.

A DIRETORA DA FACULDADE DE ENGENHARIA torna público que no período de 01/06/2023 a 30/06/2023, encontram-se abertas as inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de 1 (uma) vaga, conforme acima.

Para realizar sua inscrição, o candidato deverá, no período do dia 01/06/2023, a partir de 00 h, até as 23 h 59 do dia 30/06/2023, adotar os seguintes procedimentos:

a) acessar o endereço eletrônico do Sistema de Processo Seletivo Simplificado - PROSSIM, (https://prossim.uerj.br/);

b) realizar o cadastro no sistema, caso não possua e, após realizar o login, acessar a seleção desejada;

c) tomar ciência das normas deste Edital;

d) preencher, de acordo com as instruções específicas disponíveis, o requerimento de inscrição;

e) emitir o boleto de inscrição gerado pelo sistema, exceto para candidatos cuja hipossuficiência financeira tenha sido comprovada, nos termos do item 4;

f) efetuar o pagamento do boleto gerado no valor de R\$ R\$ 329,05 (trezentos e vinte nove reais e cinco centavos), em qualquer agência do BRADESCO.

Id: 2473508

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS

FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E ENGENHARIAS

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR ADJUNTO, DO DEPARTAMENTO NAVAL E PESCA (DEPNAPE), ÁREA ENGENHARIA NAVAL E OCEÂNICA, NOS TERMOS DA LEI n.º 5.343/2008, DECRETOS n.º 43.876/2012 e 43.007/2011, da RESOLUÇÃO UERJ n.º 03/91, dos ATOS EXECUTIVOS DA REITORIA n.º 45/1993 e 021/2011. Proc. SEI-260007/051677/2022.

O DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E ENGENHARIAS torna público que no período de 17/05/2023 a 16/06/2023, encontram-se abertas as inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de 01 (uma) vaga, conforme acima.

Para realizar sua inscrição, o candidato deverá, no período do dia 17/05/2023, a partir de 00 h, até as 23h59 do dia 16/06/2023, adotar os seguintes procedimentos:

a) acessar o endereço eletrônico do Sistema de Processo Seletivo Simplificado - PROSSIM, (https://prossim.uerj.br/);

b) realizar o cadastro no sistema, caso não possua e, após realizar o login, acessar a seleção desejada;

c) tomar ciência das normas deste Edital;

d) preencher, de acordo com as instruções específicas disponíveis, o requerimento de inscrição;

e) emitir o boleto de inscrição gerado pelo sistema, exceto para candidatos cuja hipossuficiência financeira tenha sido comprovada, nos termos do item 4;

f) efetuar o pagamento do boleto gerado no valor de R\$ 329,05 (Trezentos e vinte e nove reais e cinco centavos), em qualquer agência do BRADESCO.

Id: 2473569

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

FACULDADE DE ENGENHARIA

EDITAL

A DIRETORA DA FACULDADE DE ENGENHARIA torna público e homologa o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para uma vaga de Professor adjunto, com carga horária de 40 h/s, do Departamento de Engenharia Elétrica, Área de Instalações Elétricas Prediais e Industriais, cujo provimento ocorrerá nos termos dispostos na Lei n.º 5.343/2008, Decreto n.º 41.614/2008, Decreto n.º 43.007/2011, na Resolução UERJ n.º 03/91, no Ato Executivo n.º 45/REITORIA/93 e no Ato Executivo n.º 021/REITORIA/2011. Proc. n.º SEI-260007/043125/2022.

Class.	Nome do Candidato	Aval. 1	Aval. 2	Aval. 3	Média Final
1º	Gabriel dos Santos	8,50	9,00	8,83	8,78

Id: 2473312

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 186/2023

A UERJ torna público que realizará no dia 08/05/2023 às 10h, a licitação para aquisição de KIT PARA MONITORIZAÇÃO DE PRESSÃO. Proc. SEI-260008/002459/2023.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 187/2023

A UERJ torna público que realizará no dia 08/05/2023 às 10h, a licitação para aquisição de GRAMPEADORES CIRÚRGICOS. Proc. SEI-260008/005438/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 188/2023

A UERJ torna público que realizará no dia 08/05/2023 às 10h, a licitação para aquisição de FIBRAS LASER PARA ABLAÇÃO VENOSA. Proc. SEI-260008/009323/2022.

PROJETO	PROPONENTE	NOME DO PROJETO	DOCUMENTO	DATA DO TERMO DE COMPROMISSO	N.º DO TERMO DE COMPROMISSO
34516	GREMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA UNIAO CRUZMALTINA	FESTIVAL UNIÃO CRUZMALTINA SHOW	34441570000139	15/04/2023	NDS 4634/2022
34551	GREMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA RAÇA RUBRO-NEGRA	FESTIVAL RAÇA RUBRO-NEGRA SHOW	31074110000121	15/04/2023	NDS 4633/2022
34579	GREMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA IMPÉRIO DE NOVA IGUAÇU	FESTIVAL DO SAMBA IMPERIAL DE NOVA IGUAÇU	43477064000190	15/04/2023	NDS 4632/2022

Id: 2473466

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

EDITAL

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO RIO DE JANEIRO, em cumprimento ao disposto na Lei nº 8266 de 27 de dezembro de 2018, na Lei nº 7.035 de 07 de julho de 2015, na Resolução Conjunta SEELJE/SECEC nº 96 de 15 de abril de 2019 e na Resolução nº 89 de 10 de agosto de 2020, **CONCEDE** a fruição do benefício fiscal em favor do patrocinador abaixo:

01	Processo nº Projeto: Produção: Proponente: CPF/CNPJ: Patrocinador: CNPJ: Valor Total Incentivado: Destinação Obrigatória (1/5 do Valor Incentivado):	SEI 180007/001155/2023 Lona na Lua: Arte, Educação e Cidadania Nacional Associação Cultural e Social Lona na Lua 13.191.238/0001-93 Ampla Energia e Serviços S.A. 33.050.071/0001-58 R\$ 1.155.150,00 R\$ 231.030,00
----	--	---

Id: 2473524

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 189/2023

A UERJ torna público que realizará no dia 08/05/2023 às 10h, a licitação para aquisição de MEDICAMENTOS. Proc. SEI-260008/002484/2023.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 142/2023

A UERJ torna público que a licitação para aquisição de QUADRICLO, anteriormente marcada para 29/03/2023 às 10h, FICA ADIADA PARA 08/05/2023 às 14h. Proc. SEI-260007/034350/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 190/2023

A UERJ torna público que realizará no dia 09/05/2023 às 10h, a licitação para aquisição de ÓPTICA ENDOSCÓPIO ETC. Proc. SEI-260008/000482/2022.

Conforme Decretos nº. 45.109/2015 e nº. 45.680/2016.

Editais e anexos disponíveis no site: www.compras.rj.gov.br.

Id: 2473394

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

SUBSECRETARIA EXECUTIVA

PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

UNIDADE EXECUTORA DO PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 9º Termo Aditivo ao Contrato SEA/UEPSAM nº 010/2014. **PARTES:** Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade e o Consórcio SAG - Serveng Civilsan S.A/ Acciona Água S.A/ Goetze Lobato Engenharia Ltda. **OBJETO:** prorrogação do prazo de vigência e execução do Contrato SEA/UEPSAM nº 010/2014, por 06 (seis) meses e suspensão da execução do contrato, a partir do dia 24/04/2023, pelo prazo de 06 (seis) meses. **VALOR:** sem valor. **DATA DA ASSINATURA:** 19/04/2023. **PROCESSO Nº SEI E-07/000.615/2012.**

Id: 2473439

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Apostilamento ao Contrato INEA nº 62/2022.

PARTES: Instituto Estadual do Ambiente E A EMPRESA LUMINUS ELETRICIDADE GERADORES E SERVIÇOS EIRELI.

OBJETO: reajustar o valor do Contrato nº 62/2022 para R\$ 389.002,61 (trezentos e oitenta e nove mil dois reais e sessenta e um centavos), considerando o índice INPC (IBGE), acumulado de 03/2022 a 03/2023, nos últimos 12 meses, conforme solicitação elaborada pelo Serviço de Contratos SERVCONT (50505100), bem como ao cronograma de reajuste. A dotação orçamentária para o corrente exercício de 2023 é assim classificada: Programa de Trabalho: 2432.18.122.0002.2016 2463.18.122.0002.2016, Fonte de Recursos: 1.899.218/ 1.501.230 / 1.753.23, Natureza da Despesa: 3390

VALOR: Não se aplica

PRazo: Não se aplica

DATA DA ASSINATURA: 19/04/2023.

FUNDAMENTO: Processo nº SEI-070002/010252/2021

Id: 2473297

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EDITAIS

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000. Processo nº SEI E-07/002.9123/2018.

CONVOCA:

NOME: Cleiton Sumar Lessa. **CPF Nº** 116.432.727-56, **ENDEREÇO:** Estrada da Boa Sorte, S/N, Barra do Sana - Macaé/RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Punta Del Este, nº 187 - Cavaleiros - Macaé - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000. Processo nº SEI-070010/000443/2022.

CONVOCA:

NOME: Maurício Gordiano da Silva **CPF Nº** 014.638.327-37, **ENDEREÇO:** Rua Benetido Lacerda, 26 - Imbetiba - Macae- RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Punta Del Este, nº 187 - Cavaleiros - Macaé - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

Id: 2473433

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

PREGOEIRO E MEMBROS DE EQUIPE DE APOIO

AVISO

O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO, nomeados pela Portaria INEA/COOEXEC nº 242 de 27 de setembro de 2022, do Instituto Estadual do Ambiente-INEA torna público que fará realizar o pregão abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO 009/2023.

OBJETO: Aquisição de equipamentos de energia (estabilizadores e nobreaks) para a expansão do atual parque de equipamentos de TIC's do INEA e SEAS

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço global por item.

VALOR ESTIMADO: R\$ 1.858.197,50 (Um milhão oitocentos e cinquenta e oito mil, cento e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

DATA DE INICIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 26/04/2023 às 9:00 horas.

DATA LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 09/05/2023 às 10:30 horas.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09/05/2023 às 10:35 horas

DATA E HORA DO PREGÃO: 09/05/2023 às 11:00 horas.

PORTAL: www.compras.rj.gov.br

NÚMERO DA LICITAÇÃO NO PORTAL: 31574

AQUISIÇÃO: O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, podendo alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de 02 (dois) CD'S, acondicionados em embalagens plásticas rígidas, na Avenida Venezuela, 110 - Sala 405 - Saúde - Rio de Janeiro - RJ - no horário de 10:00 às 12:00 e de 14:00 às 16:00 de segunda à sexta feira.

INFORMAÇÕES: Os interessados poderão obter informações sobre o Edital no endereço e horário acima mencionado ou pelo telefone (21) 2334-5962.

PROCESSO Nº SEI-070002/000255/2023.

Id: 2473425

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

***INSTRUMENTO:** Termo de Rerratificação Contrato nº 025/2021. **PARTES:** A Empresa de Pesquisa Agropecuária do estado do Rio de Janeiro- PESAGRO-Rio e a Empresa Claro S/A. **OBJETO:** O presente instrumento tem por finalidade a rerratificação da Cláusula Sexta e da Cláusula Nona - Caput e Parágrafo Décimo Quinto do Contrato de Prestação de Serviço n.º 025/21, tendo em vista a alteração do valor de pagamento por equivocada isenção de ICMS. **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Onde se lê: CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO: Dá-se a este Contrato o valor total de R\$ 85.320,00 (oitenta e cinco mil trezentos e vinte reais). Leia-se: CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO: Dá-se a este Contrato o valor total de R\$ 127.748,16 (cento e vinte e sete mil setecentos e quarenta e oito reais e dezesseis centavos). **PARÁGRAFO SEGUNDO:** Onde se lê: CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 85.320,00 (oitenta e cinco mil trezentos e vinte reais), em (36) parcelas, no valor de R\$ 2.370,00 (dois mil trezentos e setenta reais), cada uma delas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente na conta-corrente n.º 5000-8, agência 2002-8, de titularidade da CONTRATADA, junto à instituição financeira contratada pelo Estado. Leia-se: CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 127.748,16 (cento e vinte e sete mil setecentos e quarenta e oito reais e dezesseis centavos), em 36 (trinta e seis) parcelas, no valor de R\$ 3.548,56 (três mil quinhentos e quarenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), cada uma delas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente na conta-corrente n.º 5000-8, agência 2002-8, de titularidade da CONTRATADA, junto à instituição financeira contratada pelo Estado. **PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, consoante o Protocolo ICMS n.º 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS n.º 85/2010. Autorização: SEI-020003/000579/2021 - **ASSINATURA:** 27/03/2023.

*Omitido no D.O. de 06/04/2023.

Id: 2473543

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termos de Compromissos numerados conforme planilha abaixo. **PARTES:** Estado do Rio de Janeiro por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SECERJ e proponentes conforme planilha. CNPJ N.º Conforme planilha. **OBJETO:** Execução do Projeto mencionado na planilha abaixo. **PRazo PARA EXECUÇÃO:** 120 (Cento e vinte) dias, contados a partir da data da publicação neste Diário. **VIGÊNCIA:** Até 29 de dezembro de 2023. **VALOR POR PROJETO:** R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). **DATA DA ASSINATURA:** conforme planilha. **FUNDAMENTO:** Lei Estadual no 7035/2015, Edital 05/2022 “Não Deixe o Samba Morrer 2” Categoria C - Lote 1 - Suplentes **PROCESSO Nº SEI-180008/000073/2023.**

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 180021/011/2021.

PARTES: FUNARJ e CLARO S/A.

OBJETO: A alteração quantitativa do contrato nº 18/011/2021, relativo à prestação de serviços de dados de longa distância (WAN), com fundamento no inciso I, “b” do art. 65, c/c art. 58, inciso I, da Lei nº 8.666/93, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

DATA DA ASSINATURA: 20/04/2023.

VALOR: O acréscimo do objeto contratual resultará na alteração do valor do pagamento à CONTRATADA, devendo a CONTRATANTE pagar a quantia total de R\$ 172.832,00 (cento e setenta e sete mil, oitocentos e trinta e dois reais), mantendo-se as demais condições de pagamento.

FUNDAMENTO: Proc. nº SEI E-18/002/000261/2021.

Id: 2473340

Secretaria de Estado de
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO LEÃO XIII

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas 002/2023.
PARTES: Fundação Leão XIII e a empresa ACF da Silva LTDA (CNPJ 10.555.527/0001-36).
OBJETO: Reconhece que a empresa prestou serviço continuado de preparo, fornecimento e distribuição de alimentos nas Unidades do CRS Campo Grande, CRS Itaipu e Vila dos Idosos-Sepetiba, sem a devida cobertura contratual, durante o período de fevereiro de 2023.
VALOR: R\$ 257.379,16 (duzentos e cinquenta e sete mil, trezentos e setenta e nove reais e dezesseis centavos).
FONTE DE RECURSOS: 122
DATA: 19.04.2023.
FUNDAMENTO: artigo 59, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.
PROCESSO Nº SEI-310006/000377/2023.

Id: 2473541

Controladoria Geral do Estado

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
CORREGEDORIA GERAL DO ESTADO
SUPERINTENDÊNCIA DE RESPONSABILIZAÇÃO
DE AGENTES PÚBLICOS

1ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

EDITAL

O PRESIDENTE DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, nos autos do inquérito administrativo instaurado com base no Processo SEI-030040/000584/2021, e, tendo em vista o disposto no artigo 75 do Decreto-Lei nº 220, de 18/07/75, **FAZ SABER** ao servidor **ROBERTO GOMES PEREIRA NETO**, Professor Docente I, Vínculo 2, Id. Funcional 34531068, Matrícula nº 844.710-4, que deverá comparecer à sede da referida Comissão situada nesta Cidade, na Avenida Erasmo Braga, 118, 12º andar, Centro/RJ, Tel: 2333-1895, no horário de 10 às 15 horas, a fim de prestar depoimento no processo administrativo disciplinar a que responde pelo cometimento de 10 (dez) faltas consecutivas, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, a contar da primeira publicação do presente Edital.

Id: 2472520

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
CORREGEDORIA GERAL DO ESTADO
SUPERINTENDÊNCIA DE RESPONSABILIZAÇÃO
DE AGENTES PÚBLICOS

3ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

EDITAL

O PRESIDENTE DA 3ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, com base nos autos do Processo Administrativo Disciplinar SEI-030022/010262/2021, tendo em vista o disposto no artigo 75 do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975, **FAZ SABER** os servidores **LAYON IGOR AMARO**, Id Funcional nº 4.472.565-5; **WATILA MENDES LIRO**, Id Funcional nº 5.036.774-9 e **ALEXANDRE DE MELLO CATALANI ROSA**, Id Funcional nº 5.037.214-9, que deverão comparecer à sede da referida Comissão, situada nesta Cidade à Avenida Erasmo Braga, 118 - 12.º andar - Sala de Comissões - Centro/RJ, Tel. 2333-1890, no horário de 10h às 16h, a fim de prestar depoimento no Processo Administrativo Disciplinar, para apurar irregularidades, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, a contar da primeira publicação do presente Edital.

Id: 2473067

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
CORREGEDORIA GERAL DO ESTADO
SUPERINTENDÊNCIA DE RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS

3ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

EDITAL

O PRESIDENTE DA 3ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, nos autos Processo Administrativo Disciplinar SEI-030029/009908/2022, tendo em vista os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, o disposto no artigo 70 do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo R.E.F.P.C. aprovado pelo Decreto nº 2.479/79, **CITA** pelo presente Edital, a servidora **VANESSA DE SOUZA PERES**, Professor Docente I- 30 Horas, Identidade Funcional nº 5.075.536-6, Matrícula 3.082.703-4, Vínculo 1, para receber o Termo de Ultimação e Citação na sede da referida Comissão situada nesta Cidade, na Avenida Erasmo Braga, nº 118 - 12º andar - Sala das Comissões - Centro/RJ - Tel: 2333-1890, no horário de 10h às 16h, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da última publicação, a fim de apresentar defesa escrita, uma vez que foi indiciado pela inobservância ao art. 52, inciso V, Parágrafo 1º, do Decreto Lei nº 220/75, disciplinado e regulamentado pelo R.E.F.P.C., aprovado pelo Decreto 2479/79, com redação alterada pela Lei Complementar nº 85/96.

Id: 2473055

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
CORREGEDORIA GERAL DO ESTADO
SUPERINTENDÊNCIA DE RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS

3ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

EDITAL

O PRESIDENTE DA 3ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, com base nos autos do Processo Administrativo Disciplinar SEI-080001/000032/2020, tendo em vista o disposto no artigo 75 do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975, **FAZ SABER** a servidora **LEDYR DE ABREU ALVES**, Auxiliar Administrativo de Serviços de Saúde (inativa), Matrícula nº 0199.243-7, ID Funcional 3.196.425-7, Vínculo 1 (SES), com o cargo de Auxiliar de Enfermagem, Matrícula não identificada - (Prefeitura Municipal de Vassouras-Inativo) que deverá comparecer à sede da referida Comissão, situada nesta Cidade à Avenida Erasmo Braga, 118 - 12.º andar - Sala de Comissões - Centro/RJ, Tel. 2333-1890, no horário de 10h às 16h, a fim de prestar depoimento no Processo Administrativo Disciplinar, para apurar Acumulação Ilicita, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, a contar da primeira publicação do presente Edital.

Id: 2472743

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES
EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

***INSTRUMENTO:** Termo Aditivo nº 02 ao Termo de Cooperação Técnica nº 024/2022. **PARTES:** Empresa de Obras Públicas do Estado Rio de Janeiro - EMOP-RJ e a Secretaria de Estado de Polícia Civil - SEPOL. **OBJETO:** Prorrogação, por mais 60 (sessenta) dias, da vi-

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 005/2023.
PARTES: INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ITERJ e A EMPRESA INOVA INDUSTRIA, COMÉRCIO E CONTRUÇÕES LTDA.
OBJETO: Prestação de serviços para realização de reforma da Casa de Farinha da Associação de Produtores Rurais do Vale Mambucaba, Angra dos Reis - RJ.
DATA DA ASSINATURA: 20/04/2023.
VALOR TOTAL: R\$ 174.061,73 (cento e setenta e quatro mil e sessenta e um reais e setenta e três centavos).
PRAZO: 03 (três) meses, valendo a data da publicação do extrato do instrumento no DOERJ como data inicial da vigência.
RECURSOS: Programa de Trabalho 53310.21.631.0459.2710, Natureza da Despesa 33903918 - Fonte: 100.
FUNDAMENTO: Processo nº SEI-330020/001086/2023.

Id: 2473350

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES
INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÕES
D.O. DE 14/04/2023
PÁGINA 34 - 3ª COLUNA

EXTRATO DE TERMOS

Onde se lê: ... 330020/000188/2023 - Assentamento Rural Fazenda Normandia -...
Leia-se:... 330020/000188/2023 - Assentamento Rural Fazenda Experimental Itálva -...

Onde se lê: ... Avelino Magalhães Filho e s/m - Lote 10 (TPCU)...
Leia-se:... Avelino Magalhães Filho e s/m - Lotes 10 e 10-A (TPCU)-...

Id: 2473523

SECRETARIA DE ESTADO INFRAESTRUTUR E CIDADES
INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 28/03/2023
PÁGINA 45 - 2ª COLUNA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2019.

Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO
DE INTERESSE SOCIAL
COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: TERMO ADITIVO I AO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 026/2022. **PARTES:** CEHAB-RJ e a empresa GRANRIO ENGENHARIA LTDA. **OBJETO:** Adequação de serviços, com redução de valor do contrato inicial com fundamento no Art. 81, inciso II, parágrafo 2º da Lei 13303/2016, referente as obras de recuperação das edificações multifamiliares, do Conjunto Residencial Quitungo, na Estrada do Quitungo, Município do Rio de Janeiro, RJ. **VALOR:** Redução do valor Inicial do contrato no percentual de 0,01% (zero vírgula um por cento), passando o mesmo a assumir o valor de R\$ 15.198.234,54 (quinze milhões, cento e noventa e oito mil, duzentos e trinta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 20/04/2023. **REGISTRO INTERNO Nº 025/2023. FUNDAMENTO:** Despacho exarado no Processo SEI170041/000230/2021, Leis Federal nº13.303/2016, Lei Estadual nº 287/79 e Decreto nº 46.188/2017. **PROCESSO Nº SEI490002/000590/2023.**

Id: 2473404

Procuradoria Geral do Estado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato PGE-RJ nº 24/2023.
PARTES: Estado do Rio de Janeiro, pela PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/FUNPERJ, e a sociedade empresária ENERGYWORK COMÉRCIO E SERVIÇOS ELETRO ELETRÔNICOS LTDA.
OBJETO: Aquisição para reposição de módulo eletrônico controlador de motor - ECM (Engine Control Module), original ou genuíno, para grupo gerador, da marca "Perkins".
PRAZO DE ENTREGA: 10 (dez) dias úteis.
VALOR TOTAL: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).
ASSINATURA: 24 de abril de 2023.
FUNDAMENTO: Processo nº SEI-140001/000177/2023.

Id: 2473489

Você precisa de um
Certificado Digital?

Que seja um da
Imprensa Oficial

Agende seu horário e
receba seu certificado
na hora!

A partir de:
Pessoa física: R\$ 105 Pessoa jurídica: R\$ 130



Obrigatoriedade de contratação por órgãos públicos

O Decreto 47.365/2020 determina a obrigatoriedade de contratação da certificação digital pelos órgãos da administração pública direta e indireta com a Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Agendamento
Site: www.certicadodigital.ioerj.com.br
Telefone: 0800 28 44 675
Local de atendimento: Sede da Imprensa Oficial
(Rua Prof. Heitor Carrilho, 81) Niteroi

